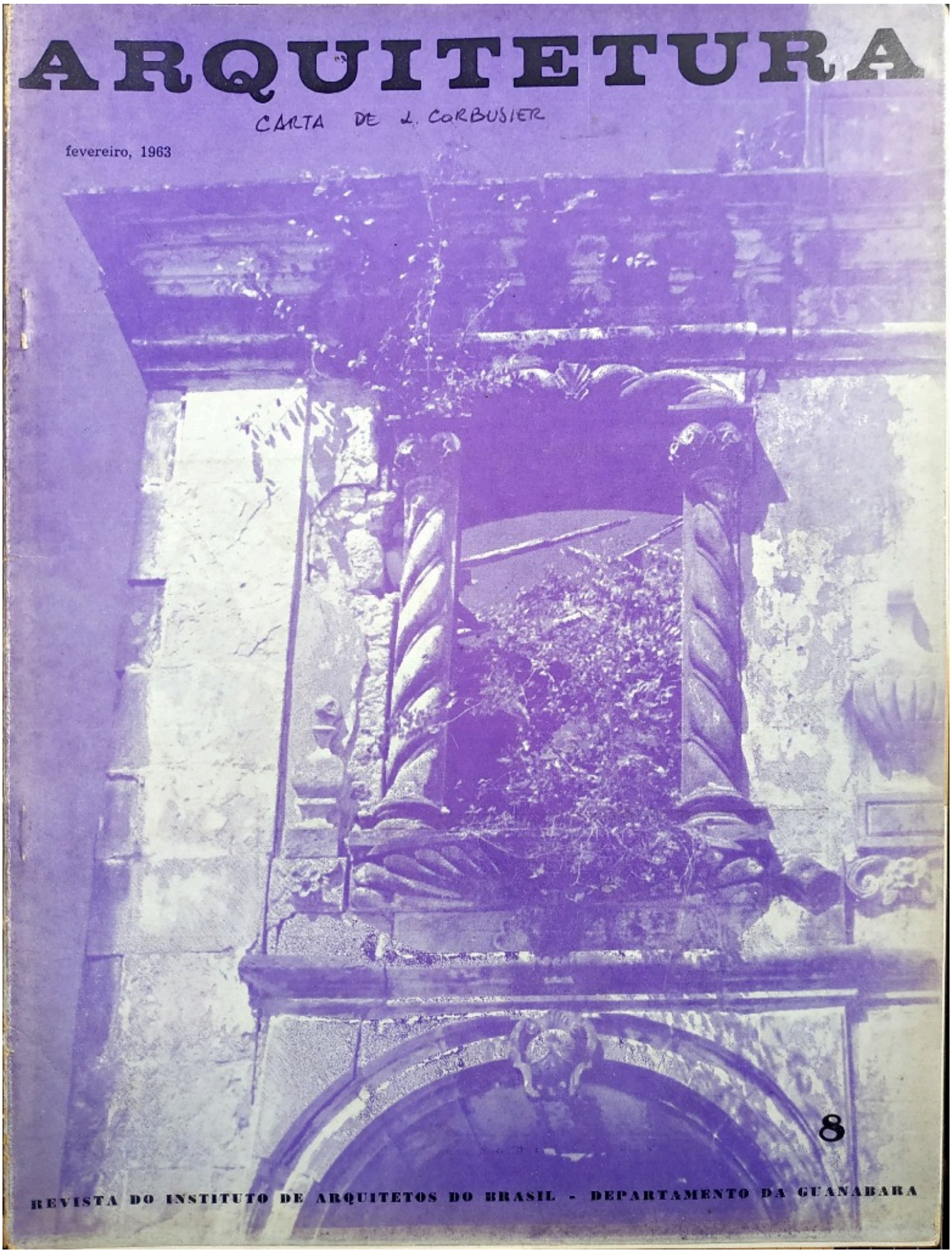
ARQUITETURA

CARTA DE L. CORBUSIER

fevereiro, 1963



8

REVISTA DO INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL - DEPARTAMENTO DA GUANABARA

Fórmula de um sólido *Prestígio*



Tendo por veículo a tradição
uma vez que sua atividade
data de 1894, quando
ÂNGELO MARCELLO DE PAOLI,
homem laborioso e dinâmico
iniciou, em Belo Horizonte,
o que hoje viria a ser:
DE PAOLI S. A. - COMÉRCIO E INDÚSTRIA
firma que desfruta
de elevado conceito no meio
imobiliário da cidade.
Com um corpo técnico de alto padrão
profissional, formado de três gerações
de arquitetos e engenheiros
de cujo espírito criativo e ousado
tem resultado um elevado número
de grandes obras, realizadas em
todo o território nacional.

DIRETORIA :

RODOLPHO DE PAOLI - Presidente • MOACYR DUQUE VIRIATO CATÃO - Vice-Presidente • MARCELLO DE PAOLI - Superintendente • MARCIO DE PAOLI - Diretor-Gerente • ROMOLO DE PAOLI - Diretor-Técnico • RAUL DE PAOLI - Diretor-Técnico

DE PAOLI S.A.
COMÉRCIO E INDÚSTRIA

Rua México 119 - 17º e 18º andares - Tels. 32-3635 e 42-0820

ENGENHARIA DE FUNDAÇÕES S.A.

FUNDAÇÕES EM GERAL

—

INFRA — ESTRUTURAS

—

RUA SANTA LUZIA, 799 — 16º ANDAR-RIO DE JANEIRO

ENGENHARIA DE FUNDAÇÕES

ARQUITETURA está sendo distribuída gratuitamente, além de outros, a:

3.125 arquitetos em todo o Brasil

2.150 firmas construtoras no Rio e em São Paulo

390 firmas construtoras nos demais Estados

623 indústrias ligadas à construção e à arquitetura em todo o país

130 firmas de decoração, mobiliário e equipamento de interior no Rio e S. Paulo

150 revendedores de materiais de construção no Rio e S. Paulo

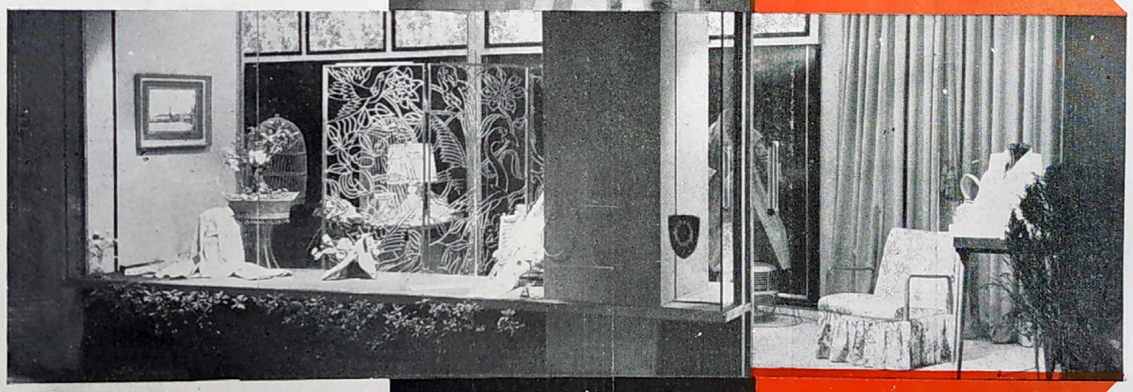
65 órgãos federais, estaduais e municipais ligados à arquitetura e a construção em geral.

RUA SANTA LUZIA, 799 — 16º ANDAR-RIO DE JANEIRO

Portas e vitrinas de cristal temperado "Blindex" são uma especificação habitual dos projetos de vanguarda. "Blindex" divide sem desarticular. Protege sem isolar. Dispensa caixilhos. Oferece resistência 7 vêzes superior à dos cristais comuns. E proporciona, com fartura, um dos elementos mais importantes da arquitetura moderna: luz do dia. Em seu próximo projeto, inclua portas de cristal temperado "Blindex". Tudo ficará mais claro.



É bom gôsto.
É Blindex.



INDÚSTRIA BLINDEX BRASILEIRA

SANTA LÚCIA CRISTAIS LTDA.

SÃO PAULO
VENDAS: R. TOCANTINS, 96 -
TEL. 52-6543 e 52-6438

RIO DE JANEIRO
VENDAS: AV. PRES. VARGAS,
642 - G. 505 - TEL. 23-9915

Standard - Rio

impermeabilizando há mais de 50 anos...



marquises
terraços
caixas d'água
sub-solos
calhas
piscinas
etc.

CAVO

COMPANHIA AUXILIAR DE VIAÇÃO E OBRAS

MATRIZ
RUA SANTA LUZIA, 685 - 10º
TEL. 32-2270
TELEG. "NEUCHATEL"
RIO DE JANEIRO

FILIAL
RUA PRESIDENTE SOARES BRANDÃO, 163
TEL. 33-5998
TELEG. "NEUCHATEL"
SÃO PAULO

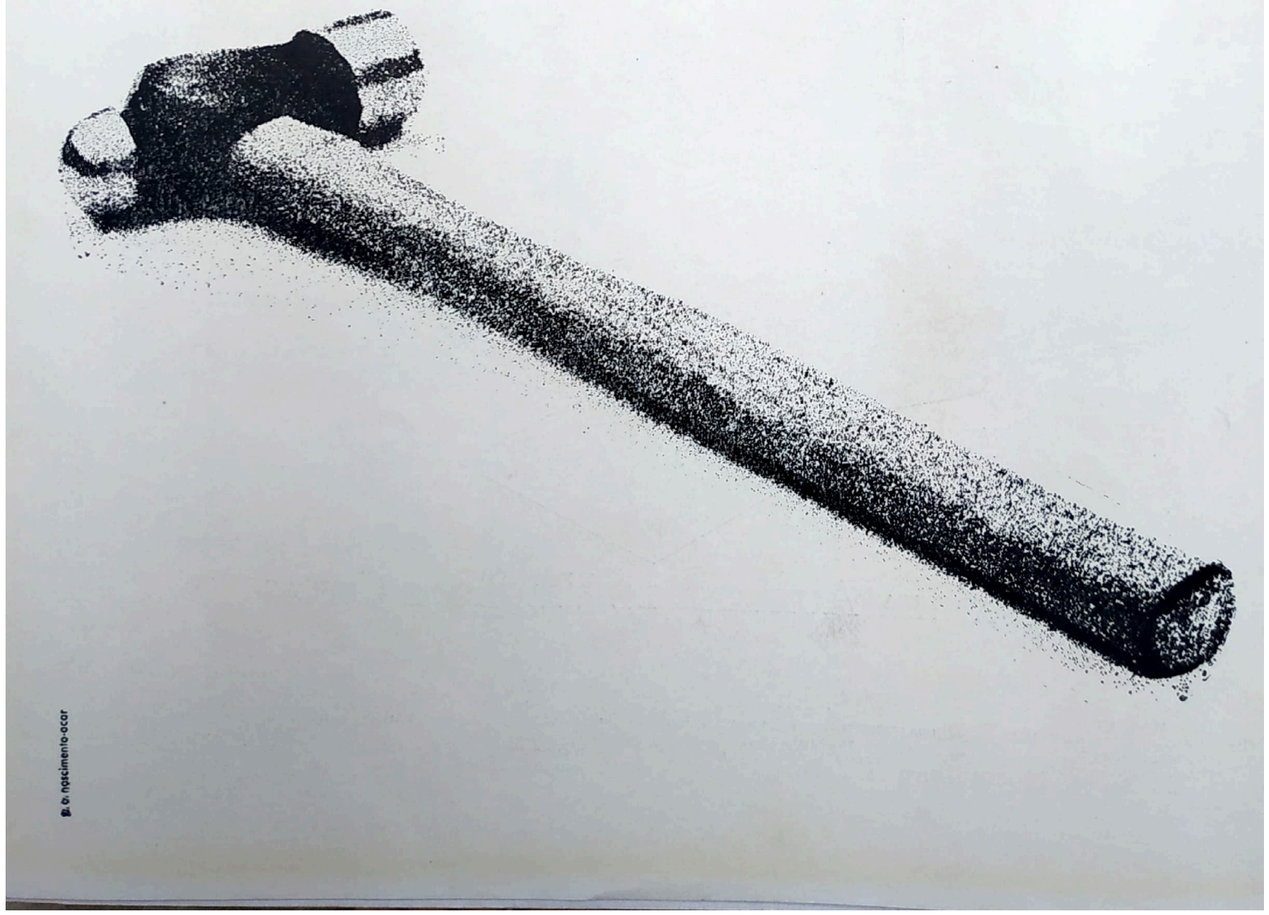
FILIAL
RUA GOITACAZES, 14 - S. 601
TEL. 2-1617
TELEG. "NEUCHATEL"
BELO HORIZONTE

FILIAL
RUA 15 DE NOVEMBRO, 556 - S. 701/2
TEL. 4-1220
TELEG. "NEUCHATEL"
CURITIBA

O PRINCÍPIO ESTÁ NO FIM

O senhor admitiria que alguém destruisse propositadamente algo, a primeira vista perfeito? No entanto, isso acontece diàriamente na Ideal-Standard S.A. Durante as fases de preparação e modelagem dos sanitários de louça altamente vitrificada, o produto sofre testes contínuos e severos até o acabamento. Antes, porém, de ser entregue ao Departamento de Vendas, passa por uma seleção final – o "contrôle do martelo". Técnico de grande experiência, verdadeiro investigador de imperfeições, procede a um minucioso exame do produto. Se por acaso fôr constatada uma falha, ainda que quase imperceptível, a peça é sumàriamente destruída a golpes de martelo. Muitas vêzes os fragmentos daí resultantes são objeto de novas pesquisas, pois na Ideal-Standard o ciclo da luta pela qualidade é constante e ininterrupto. Não existem produtos Ideal-Standard de segunda linha no mercado – todos têm a garantia de uma única qualidade do mais alto padrão.

IDEAL-Standard
padrão mundial de qualidade em sanitários



ARQUITETURA

N.º 8, fevereiro, 1963

Revista mensal do Instituto de Arquitetos do Brasil — Departamento da Guanabara — Av. Rio Branco, 277, grupo 1 301

Conselho de Redação: Maurício Roberto, presidente; Affonso Eduardo Reidy, Edgar Graeff, Ernâni Vasconcellos, Henrique E. Mindlin. Icaro de Castro Mello, Marcelo Roberto, Marcos Konder Netto, Oscar Niemeyer, Paulo Antunes Ribeiro, Paulo Ferreira Santos e Sylvio de Vasconcellos.

Conselho de Direção: Alfredo L. Britto — IAB; Álvaro Pacheco; Maurício Nogueira Batista — IAB.

Redação: *redator-chefe* — Maurício Nogueira Batista - IAB; *secretário* — Alfredo L. Britto - IAB; *departamento de arte* — Carlos Eugênio Hime - IAB.

Editor:
Álvaro Pacheco.

Colaboradores: Claudius Ceccon - IAB; Ferreira Gullar.

Publicação da Editôra Artenova Ltda. — *Diretores*: Álvaro Pacheco e Renaldo Alexandre Essinger — Trav. 11 de Agôsto, 6, grupo 201.

Esta publicação é distribuída gratuitamente a todos os arquitetos do Brasil, instituições de ensino superior, associações de classe e entidades culturais nacionais e estrangeiras, professôres de arquitetura e engenharia de todo o País, centros acadêmicos, repartições públicas federais, estaduais e municipais ligadas à arquitetura, à engenharia e à construção em geral, governos estaduais, tôdas as firmas construtoras do Rio e S. Paulo, e de outros estados, firmas de decoração, galerias de arte, escritórios técnicos.

Os artigos assinados são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Venda avulsa em livrarias e bancas especializadas; preço do exemplar: Cr$ 250,00; exterior — US $1; assinaturas: 1 ano — Cr$ 2.400,00; exterior: US $10; tiragem: 10.000 exemplares.

Redação: IAB-GB — Av. Rio Branco, 277, grupo 1 301 — tel.: 22-1703.

Publicidade e Assinaturas: Travessa 11 de Agôsto, 6, grupo 201 — tel.: 31-2641 — Rio.

Composição e Impressão: Livraria Freitas Bastos, S.A. — Rua 7 de Setembro, 111, Rio.

Capa: Igreja de Nossa Senhora da Guia, Santa Rita, Paraíba — detalhe.

SUMARIO

Editorial

2 O Plano Trienal e a Habitação

Artigos

4 Formulação para uma eventual mudança de política externa ou
A procura do retôrno à felicidade
Arq. Maurício Roberto

5 O Arquiteto na Sociedade Norte-Americana
Thomas H. Creighton

19 Favelas
José Arthur Rios

25 Arquitetura e Desenvolvimento
Maurício Vinhas de Queiroz

Reportagem

7 Le Corbusier no Brasil
Depoimentos de Lúcio Costa, Heráclio Sales, Gustavo Capanema, Geraldo Ferraz e Miranda Netto; destaques dos jornais.

Galeria

33 Artes Visuais
Ferreira Gullar
Carlos Drummond de Andrade

História

37 Obras tombadas pelo Patrimônio
Arquitetura tradicional do Nordeste

Concurso

40 Centro Social do SESI
Equipes vencedoras

Ensino

41 O Ensino de Acústica na Escola de Arquitetura
Eng. Roberto Paulo Richter

Humor

43 Claudius

Destaque

44 de reportagens, livros e revistas

Notícias

46 Currículo de arquitetura, prêmio Lúcio Meira, notas da U.I.A.

49 Conselho Superior do I.A.B.

Legislação

50 Normas para construção na Zona Sul, IV Centenário, Reforma Administrativa

Bôlsa de Materiais

61 Ideal Standard
Eucatex

O Plano Trienal e a Habitação

editorial

Ninguém, hoje, negará a fundamental importância do ato de planejar. Erguer uma casa, construir uma ponte ou uma estrada, fazer u'a máquina, estabelecer um negócio, distribuir um produto, gerir uma fábrica, um hospital, uma escola ou levantar uma cidade, são, tôdas, ações que implicam numa idéia anterior de plano. O plano ou projeto é a raiz da própria coisa. Nêle são consideradas, prèviamente, as possibilidades, as condições e as características de sua realização e os frutos que dela fruírem.

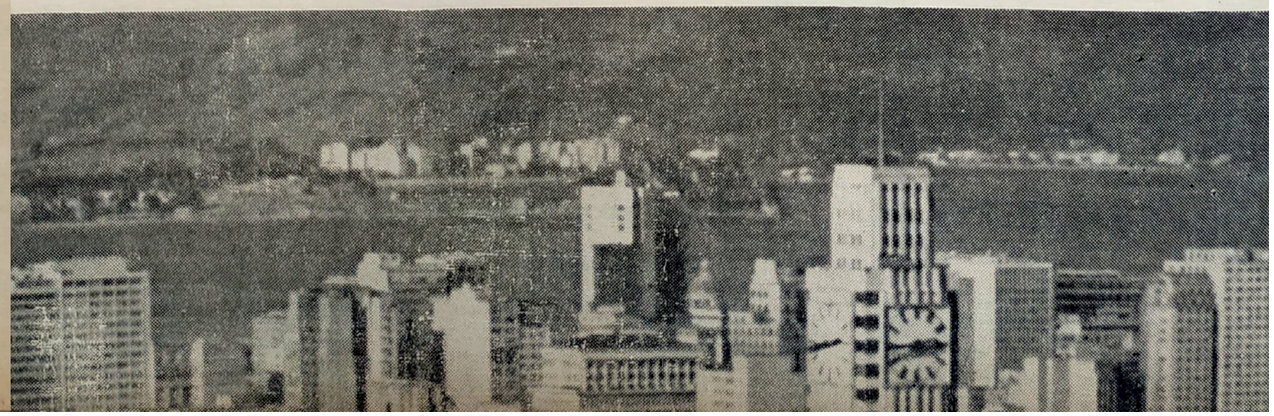
O Govêrno, para enfrentar as atuais circunstâncias do desenvolvimento econômico do país, elaborou um plano a ser executado no correr dos próximos três anos. Não vamos, aqui, analisar o Plano Trienal. É de nossa intenção, porém, ressaltar um ponto dêste Plano que, dado o marcante aspecto social e a estreita ligação com o exercício profissional do arquiteto, é, para nós, básico. Referimo-nos à questão do planejamento das comunidades urbanas e rurais e as implicações dela decorrentes: a habitação e o equipamento comunitário que engloba as necessidades próprias ao ser que vive em sociedade.

Uma única referência é feita, em todo o Plano Trienal, à habitação. No capítulo que trata dos Pré-investimentos para o Aperfeiçoamento do Fator Humano, na parte destinada à saúde, à habitação aparece — juntamente com a alimentação e o saneamento básico — como fundamental na eliminação das "doenças de massas que são aquelas que ainda predominam nas grandes coletividades brasileiras por fôrça dos determinismos da pobreza e das precárias condições de vida".

O Plano salienta, em outro trecho, que a melhoria das condições de saúde — e, no mesmo rol, poderemos colocar as de habitação e alimentação — está condicionada "à elevação da renda e sua mais equitativa distribuição, conjugando-se com a ascenção do nível de vida, de que a saúde é um componente". Ponto êste do qual estamos perfeitamente cônscios e em pleno acôrdo com os autores do Plano.

Mas, apesar de sabermos dêste condicionamento, estamos certos de que é possível, dentro de nossa atual estrutura, estabelecer medidas para disciplinar e ordenar o crescimento dos núcleos urbanos do país. Vamos mais longe, acreditamos que deixar de tomar estas medidas, capazes de minorar as angustiantes condições de vida das cidades, atingidas quase tôdas elas por um extraordinário incremento populacional, significa total ausência de sensibilidade para os aspectos humanos do desenvolvimento econômico.

Estas medidas, tìpicamente de planejamento, não onerariam excessivamente os gastos da administração pública. As cidades, com planejamento correto ou sem êle, crescem e continuarão a crescer. Importa pesar, então, o sentido dêste crescimento. A ausência de um plano que dê ao aglomerado humano em expansão as necessárias características de organicidade, implicará, fatalmente, em maiores despesas para a coletividade, dado o caráter caótico desta mesma expansão. A estas despesas cumpre somar, ainda, o terrível ônus social, por ela trazido, e refletido nas deficientes condições de circulação, péssima habitação, abastecimento precário, serviços públicos falhos, mau estado sanitário da população e o con-



seqüente desajustamento social cujo preço é incalculável.

Qualquer medida destinada a desenvolver uma região **acarreta um incremento populacional ou determina deslocamentos de seus habitantes; fatos êstes que irão, forçosamente, configurar-se, espacial e fisicamente,** em fenômenos de urbanização.

A verificação dêste processo leva-nos a desejar que a todo planejamento corresponda um plano territorial. Forma de, a nosso ver, dar-se maior rendimento social à valorização trazida à comunidade por aquêle desenvolvimento. A não ser assim, perguntamos, de que servirá esta valorização, se o espaço urbano **onde ela vai se verificar permanece prêso aos padrões anárquicos e negativos que orientaram e continuam dirigindo o crescimento dos outros** centros mais populosos e adiantados **que forçosamente se lhe impõem como paradigmas?**

Esta pergunta leva-nos a pensar se o problema, aqui, não estaria revestido por características mais acentuadamente culturais, **que** econômicas. **A persistência do** fator cultural, **associado às formas de exploração da** terra urbana, **atualmente em uso, levarão estas comunidades a repetir os mesmos erros por que passaram as** cidades, **do mundo inteiro, crescidas sob o signo da** revolução industrial **e suas conseqüências.**

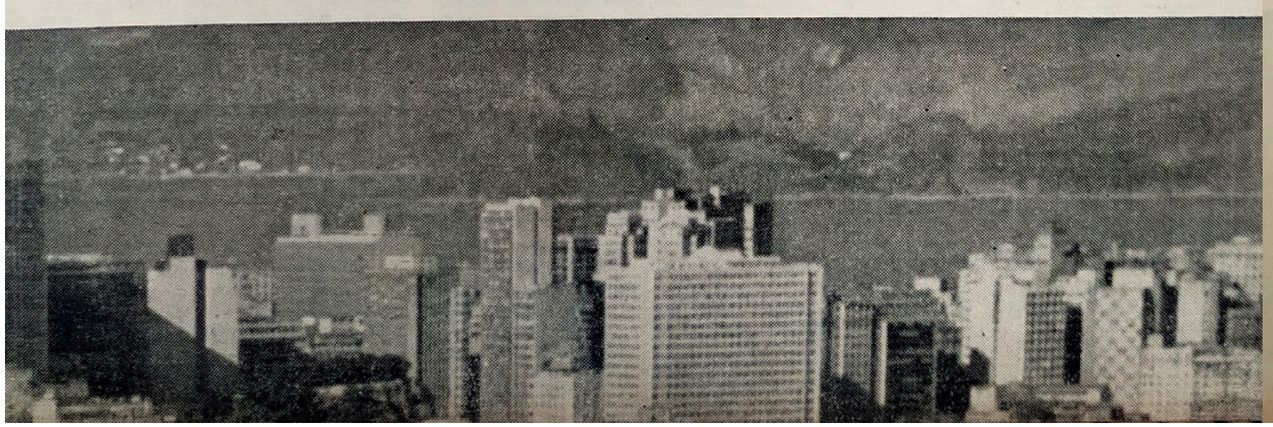
Por estas razões, achamos imprescindível introduzir no processo de crescimento das cidades **brasileiras um fator, até hoje inédito: o** planejamento urbano. **Fator da mais funda importância. Até agora, as únicas normas atuantes — quando chegaram a atuar — neste processo, foram as de um** zoneamento **formal e discricionário que nunca chegou a delimitar perfeita, harmônica ou orgânicamente as diversas funções da** cidade; **um** traçado **viário na maioria das vêzes, sôlto dêste mesmo** zoneamento **ou feito para ligar núcleos que se desenvolveram sem nenhuma relação com a estrutura natural do** aglomerado humano; **e um** loteamento **baseado, quase sempre na repartição da** terra urbana **existente na época colonial. Estas normas tiveram um aglutinante constante: a explo**ração imobiliária.

Impõe-se, sem perda de tempo, substituir esta maneira de conceber urbanismo **(sic) — arcaica como a maioria de nossas instituições — por uma outra que possa dar às** cidades brasileiras **um ser mais próprio e mais consentâneo com os fatôres** urbanos **do Brasil de hoje.**

Em certa parte do Plano Trienal, **ao se definir o que seja planejamento econômico, está dito que:** "A experiência de outros países tem indicado que são necessários alguns anos para alcançar uma razoável eficácia na execução de um plano bem concebido. Mas, exatamente porque o planejamento é um processo contínuo, que se introduz por etapas e se aperfeiçoa na medida em que é implantado, o mais importante é iniciá-lo. Seria um êrro preparar um plano bem elaborado e completo para **iniciar de uma** vez a sua execução. Também seria um êrro pensar em introduzir tôdas as reformas institucionais, para sòmente então tratar dêste último. No planejamento, como na cartografia, o mais prático é iniciar o trabalho com uma pequena escala, capaz de proporcionar fàcilmente uma visão de conjunto. Esta visão é que permite relacionar os problemas em função de sua complexidade, de forma que a solução de um venha a facilitar a dos demais."

O Instituto de Arquitetos do Brasil, por concordar com êste conceito de planejamento tem pautado sua atividade, ùltimamente, no sentido da luta pela implantação de uma política de planejamento que ao equacionar os problemas urbanos, regionais **e de** habitação, **traga à população brasileira a perspectiva de uma vida comunitária, orgânica e integrada. Mas, repetimos, esta vida não será alcançada pela adoção de medidas sôltas, isoladas e esparsas. A solução do** problema da moradia **não pode esquecer que a** casa **é função da** estrutura urbana. Habitação **não se reduz à expressão simples de** teto. **Ela implica, muito mais, na idéia de** habitat **— mundo próprio de cada ser organizado, onde êle vive e cresce naturalmente.**

Acreditamos, portanto, que a solução está em encarar a habitação **dentro de um planejamento capaz de assegurar o crescimento das** cidades **de acôrdo com o** plano nacional de desenvolvimento econômico. **Desta maneira, seria possível conjugar as condições indispensáveis de funcionamento da indústria, sua expansão e a implantação dos estabelecimentos industriais e de transportes com satisfatórias condições de trabalho e** bem-estar para coletividade. **Êste planejamento permitiria, ainda, dotar as cidades dos requisitos** urbanísticos mínimos **e que têm direito uma população que demonstra estar à altura do desafio lançado aos povos ainda não desenvolvidos.**



Formulação para uma eventual mudança da política externa ou, a procura do retôrno à felicidade

Arquiteto Maurício Roberto

1 — Considerando ser necessário transformar a recente experiência com o "Seminário Internacional de Arquitetura Industrial" em fatos construtivos;

2 — Considerando já ter sido suficientemente demonstrado que os Congressos Internacionais, com exceção do de Atenas — o qual, tendo a sorte de se realizar numa época em que a Arquitetura atravessava, mundialmente, uma fase renovadora, produziu a "Carta de Atenas" — além dos contatos pessoais, pouquíssimos resultados oferecem;

3 — Considerando que os verdadeiros profissionais — os arquitetos militantes — cada vez mais abandonam estas reuniões, deixando-as quase exclusivamente entregues àqueles que querem fazer turismo;

4 — Considerando que êsses Congressos, estas reuniões de comissões podem interessar a países da Europa, os quais, sendo muito próximos uns dos outros, têm condições e problemas semelhantes;

5 — Considerando que os problemas cruciantes da nossa classe — mercado de trabalho, regulamentação da profissão, honorários, etc. — são especificamente nossos e exigem soluções peculiares, quase nada nos adiantando, por isso mesmo, a experiência estrangeira;

6 — Considerando que a experiência profissional de grande parte dos arquitetos brasileiros — traduzida em número de obras realizadas é tão grande quanto a dos nossos colegas estrangeiros;

7 — Considerando — em virtude de todos êstes fatos — ser compreensível que as autoridades oficiais brasileiras não queiram prestigiar realizações de tal gênero;

8 — Considerando que a realização de um Congresso ou de Reunião no nosso País — assim como a viagem oficial de representantes nossos a Congressos ou Reuniões em país estrangeiro — exige dos dirigentes do IAB, além do enorme desgaste físico e prejuízo monetário, uma grande perda de prestígio junto das autoridades governamentais, que não querem colaborar;

9 — Considerando que esta perda de prestígio prejudica enormemente a classe na luta pelas suas verdadeiras reivindicações profissionais;

10 — Considerando que a posição de vanguarda no conceito mundial, que o Brasil possui em relação à sua Arquitetura, é devida quase exclusivamente à promoção feita pelo Itamarati, no estrangeiro, das obras de fato boas, que possuímos;

11 — Considerando, finalmente, ser o nosso trabalho profissional — com a demonstração da renovação constante dos quadros dos nossos arquitetos (concurso Peugeot, Prêmio Internacional da última Bienal, etc.) — a única e verdadeira arma com que podemos impor respeito ao estrangeiro;

12 — PROPONHO:

1 — Que o Instituto de Arquitetos do Brasil continue ligado sòmente à cúpula da União Internacional de Arquitetos. Êste fato permitiria a manutenção do contato com o órgão internacional e garantiria a participação facultativa dos profissionais brasileiros nas exposições e congressos bienais;

2 — Que todos os arquitetos brasileiros, membros de comissões permanentes da U.I.A., se demitam;

3 — Como conseqüência, haveria a desobrigação total de compromissos para realizações de congressos, reuniões, seminários, etc., em nosso país;

4 — A realização, nos anos pares — com organização exclusiva do Instituto de Arquitetos do Brasil — de uma exposição de Arquitetura para correr o mundo (começando sempre, de preferência, pela África, que poderá ser o nosso mercado imediato).

Para que esta realização fôsse possível, deveríamos adotar as seguintes medidas:

a) Eleição, bienal, de um comitê de exposição; composição obrigatória: um arquiteto da Guanabara, um de São Paulo, um de Minas Gerais, um do Sul e um do Norte.

b) Criação do "Fundo de Exposição Internacional". Êsse fundo que se comporia de cotas com valor anual, cada uma, correspondente a 5% (cinco por cento) do salário mínimo no Estado da Guanabara (aproximadamente, hoje, de Cr$ 1.000,00 (um mil cruzeiros) — seria vendido sòmente durante os anos ímpares a qualquer pessoa, sendo compulsório, porém, para todos os associados do I.A.B. (titulares e aspirantes).

c) Tôda a pessoa ou entidade que comprasse 10 (dez) cotas, ou mais, teria o seu nome em um quadro, juntamente com os de outros patrocinadores, viajando com a Exposição;
O Fundo financiaria as fotografias, a montagem, o transporte da exposição e seria administrado pela comissão da Exposição Internacional.

d) O itinerário da Exposição deveria ser traçado pelo Conselho Superior do I.A.B. e os contatos com as autoridades dos países do percurso deveriam ser feitos pela Comissão de Assuntos Internacionais do I.A.B.

5 — A promoção, nos anos pares, de edições especiais sôbre o Brasil em revistas internacionais já consagradas. Deveriam ser conseguidas edições: em uma revista americana (A. Forum, Progressive ou Record), em uma francesa (L'Architecture d'Aujourd'hui), em uma russa e, talvez, em uma italiana.

A seleção dos trabalhos para êstes números seria feita pela Comissão da Exposição Internacional e o contato com os editôres deveria ser feito pela Comissão de Assuntos Internacionais do I.A.B.

Os arquitetos, autores dos projetos escolhidos, forneceriam e financiariam o texto, as plantas e fotografias das suas obras para estas publicações.

À guisa de estímulo, o I.A.B. forneceria um diploma ao Arquiteto que tivesse a sua obra escolhida para participar dessas edições ou da Exposição Internacional.

Se adotássemos estas medidas, tenho a impressão de que retornaríamos a ser felizes e poderíamos, então, seguir o saudável exemplo de Melina Mercuri: "Irmos todos para a praia."

O Arquiteto na Sociedade Norte-Americana

Thomas H. Creighton

Mais uma vez publicamos as palavras de Thomas H. Creighton, editor de "PROGRESSIVE ARCHITECTURE", a conhecida revista mensal da Reinhold Publishing Co. Neste editorial TC analisa o programa de expansão de serviços que se propôs o "American Institute of Architects".

Apesar de em passagens como a de proposição de uma divisão qualitativa do trabalho do arquiteto, o problema ser encarado sob uma visão especificamente americana, as observações de TC com relação ao comportamento do arquiteto naquela sociedade, merecem tôda nossa atenção.

O programa dos serviços de expansão do Instituto Americano de Arquitetos se relaciona diretamente com a posição do arquiteto na sociedade e "PROGRESSIVE ARCHITECTURE" aprova totalmente êsse programa. A idéia que se tinha antigamente, de que a arquitetura abrangeria sòmente o projeto e supervisão da construção foi substituído pelo conceito ousado e inteligente de responsabilizar o arquiteto pela coordenação dos demais problemas ligados à construção tais como aquisição e uso do terreno, financiamento, desenho interior e em proporção muito maior — os serviços contratados. A posição do arquiteto torna-se limitada e frustrada, enquanto êle é, simplesmente, um instrumento de utilidade numa das fases da construção. O início da criação de seu projeto é limitado por decisões já tomadas sem que êle tenha sido consultado, e a sua conclusão depende de decisões feitas por outros numa fase mais adiantada da construção. A posição de "PROGRESSIVE ARCHITECTURE" tem sido sempre a de que, o arquiteto é a única pessoa com conhecimento suficiente e responsabilidade para coordenar e integrar tôdas as fases relacionadas com o projeto. Mas esta situação tem sido raramente observada, desde que a sociedade não reconhece o arquiteto no papel de responsável único, preferindo aceitar serviços fragmentados de grupos semiprofissionais; outra razão é que o próprio arquiteto, comumente, não se interessa devidamente por êsse problema nem é treinado para um trabalho mais completo. O programa do Instituto apresenta duas facêtas: uma delas apresenta o cliente normal com argumentos razoáveis e a outra se relaciona com o arquiteto provido de informações úteis.

Deveria ser bastante fácil argumentar contra êste nôvo programa. O arquiteto, via de regra, deve melhorar suas aptidões nos campos que, atualmente, são indiscutivelmente seus, antes de reclamar o campo dos outros. A qualidade média do projeto de arquitetura que está sendo produzido e construído nos Estados Unidos, hoje em dia, não é muito elevada. O que está abaixo da média é inominável e mesmo os trabalhos acima da média são, anualmente, em número muito pequeno, sem grande importância e nenhuma originalidade.

A maioria de nossos edifícios em construção não se distinguem nem por formas novas nem têm mostrado progresso algum no sentido funcional, seguindo sempre a rotina de copiar maneirismos ou soluções fáceis sem apresentar qualquer preocupação com criações novas.

Se essa é a realidade que constatamos, como então se pode dar ao arquiteto uma responsabilidade maior? Achamos que uma razão válida para essa ausência de criação pode ser a limitação que sofrem os arquitetos na fase chamada do "projeto", quando vários fatôres que o afetam são determinados por outras pessoas que não o arquiteto. No caso do arquiteto tomar sob sua responsabilidade um campo mais amplo, a fase do projeto será certamente beneficiada desde que êle possua um contrôle maior sôbre sua criação. E no caso de continuar com um resultado fraco não poderá culpar ninguém, a não ser êle próprio. A sociedade não pode ser prejudicada pelo especulador de terreno, empreiteiro, decorador e outros, que já têm dentro de seus setores uma grande autonomia. Fazer aumentar a influência da arquitetura não pode ser senão salutar.

Várias outras questões permanecem, entretanto. Há arquitetos, por exemplo, interessados sòmente em projetar e que não estão, de forma alguma, dispostos a assumir responsabilidades em outros setores, como previsto nesse nôvo programa. Talvez, de acôrdo com a sugestão de John Johansen no nosso Simpósio de Arquitetura do ano passado, deva ser feita uma distinção entre o arquiteto de "serviços gerais" e o "inovador estético que pratica a arquitetura como arte pura". Além disso deve-se considerar o arquiteto que deseja aumentar sua prática em novos campos, e que precisa de uma formação educacional extra, com cursos especializados de alto nível. A alteração no currículo das escolas de arquitetura é outro grande problema a ser enfrentado.

Uma coisa é evidente: a posição do arquiteto de hoje, é uma posição de desafio. A fim de melhorar sua produção criadora êle precisa, ou evitar os problemas "práticos" que crescem cada vez de modo mais complexo, e prestar mais atenção à arte que é suposto praticar, ou enfrentar um programa semelhante ao do Instituto e segui-lo até o fim.

A posição do AIA é arrojada; merece todo o apoio.



Gregori Warchavchik.
S. Paulo

Nasceu a 2 de abril de 1896, em Odessa, Rússia. Formou-se em Roma, no Instituto Nacional de Belas-Artes, em 1924. Warchavchik lançou o primeiro manifesto publicado no Brasil, em defesa da arquitetura funcional, no Correio da Manhã, *de 1 de novembro de 1925. Em 1927, projetou a primeira casa modernista em São Paulo, cuja construção terminou no ano seguinte. Construiu a seguir mais três residências que submeteu, em 1929, à crítica de Le Corbusier, em sua primeira visita ao Brasil. Foi, então, nomeado por Le Corbusier o delegado para tôda a América do Sul, dos CIAM (Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna). Em 1930, no mês de abril, Warchavchik inaugurou na casa da Rua Itápolis, 119, uma exposição, única no gênero no País até hoje, compreendendo arquitetura, mobiliário, decoração, pintura, escultura, artes aplicadas e até literatura, exposição que marcou uma época na vida artística paulista. Em 1931, foi convidado por Lúcio Costa, então na direção da Escola Nacional de Belas-Artes, para ocupar a cadeira de arquitetura, no intuito de renovar o ensino desta disciplina. Nesse mesmo ano, trabalhando no Rio e em São Paulo projetou a primeira residência moderna no Rio de Janeiro, construída no mesmo ano em que teve a honra dos louvores de Frank Lloyd Wright, então em visita ao Rio de Janeiro. Em 1932, formou-se no Rio a sociedade de construções Warchavchick & Lúcio Costa, que prosseguiu, por algum tempo, na propaganda e na difusão dos princípios da nova arquitetura. Em conseqüência do movimento inaugurado por êstes dois arquitetos, promoveu-se no Rio, em 1933, na Escola Nacional de Belas-Artes o 1.º Salão de Arquitetura Tropical. Warchavchick recebeu o 2.º Prêmio no Concurso para o Paço Municipal de São Paulo (1939); o 1.º prêmio de prédios de apartamentos para o Biênio 1942-1943 — Rua Barão de Limeira 1003, e o 1.º prêmio no Concurso para o Estádio Municipal de Santos (1942-1943). Projetou um conjunto de 6 000 apartamentos para a Avenida do Estado, realizando, ao mesmo tempo (1943-1944), uma série de construções para o Guarujá. Prosseguindo seus trabalhos nos anos seguintes, projetou e construiu grande número de residências, fábricas, grandes edifícios e sedes de clubes, entre as quais as do Clube Atlético Paulistano, Pinheiro e Hebraica.*

Henrique E. Midlin,

Nascido em São Paulo, em 1.º de fevereiro de 1911. Diplomado pela Escola de Engenharia Mackenzie de São Paulo, em 1932, sob o título de Engenheiro-Arquiteto vigente naquela época. Autor do livro Modern Architecture in Brazil, *publicado simultâneamente (1956) na Holanda, Inglaterra, Estados Unidos, e traduzido para o alemão e para o francês.*

Principais obras realizadas — *edifício de apartamentos* Três Leões, *São Paulo (1951); sede e templo para a Congregação Israelita Paulista (1957); edifício industrial para a Metal Leve S. A. e Bimental, São Paulo (1958 e 1959).* Projetos em construção — *Sinagoga para Ass. Religiosa Israelita, Rio; Casa dos Velhos, São Paulo; Conjunto Comercial e Residencial* Cidade Copacabana — *Rio de Janeiro, com 53 9000 m2, aproximadamente, de área construída; Edifício Avenida Central — Rio)34 andares, 70 0000 m2 de área construída); Edifício do National City Bank of New York, no Recife; edifício do Bank of London, São Paulo.* Prêmios — *1.º prêmio num concurso para o nôvo edifício do Ministério das Relações Exteriores (Itamarati), Rio (1942); 1.º prêmio de Habitação Individual na 1.ª Bienal de São Paulo (1951 — residência George Hime); 2.º prêmio no concurso para o edifício do Senado Federal, Rio (1955); 1.º prêmio no concurso para o nôvo edifício do Bank of London & South America Limited, São Paulo (1959); 1.º prêmio no concurso para o edifício do Bank of London & South America Limited, Brasília (1960).*

A par de sua expressão formal, teve a arquitetura contemporânea brasileira um desenvolvimento equivalente nas investigações arquitetônicos — soluções funcionais, estruturais e construtivas ?

GW A pergunta parte de um pensamento já em si acabado, a saber que a arquitetura brasileira contemporânea possui uma **expressão formal**, o que considero vago, se não se estabelecer uma relação sôbre os valores desta expressão. Existe o funcional desde o passado, nas casas-grandes das fazendas brasileiras, como também existem o estrutural e o construtivo. Na arquitetura brasileira contemporânea nem sempre há uma adequação entre o formal e os demais componentes. Soluções funcionais, estruturais e construtivas são quase sempre produzidas numa boa forma. Teòricamente, a estrita adaptação formal à finalidade funcional deve produzir a boa forma, em qualquer arquitetura. Sem especificar os casos em que haja **expressão formal** representativa do que a pergunta estabelece como arquitetura contemporânea brasileira, ficará difícil responder-se se houve num ou noutro caso um desen**volvimento equivalente**.

HEM Não. A investigação de soluções funcionais, estruturais e construtivas apropriadas ao Brasil, ou às várias regiões do Brasil, está muito aquém da pesquisa formal. Em matéria de soluções funcionais que pudessem constituir um **vernáculo**, uma linguagem básica, poder-se-ia quase dizer que nos limitamos aos problemas de insolação. Falta-nos, em geral, consideração profunda dos elementos humanos — sociais e psicológicos — sem a qual não passará de figura de retórica qualquer **funcionalidade** de que se possa falar. No setor estrutural, embora contemos com vários **tour de force** admiráveis e com uma técnica de rotina bastante desenvolvida, ainda resta muito por **fazer**, tanto no sentido da maior **integração**



Depoimentos

Pela terceira vez em 33 anos e com um intervalo de 26 anos de sua última visita, Le Corbusier estêve no Brasil e, durante 10 dias, movimentou o ambiente cultural brasileiro, provocando pronunciamentos, entrevistas, reportagens e recebendo homenagens diversas.

Abrimos êstes depoimentos com as palavras do arquiteto Lúcio Costa. Lúcio Costa, em gesto dos mais generosos, além de escrever as palavras que seguem, cedeu-nos os originais da mensagem deixada como despedida e do desenho de Le Corbusier satirizando a profissão do arquiteto que publicamos nesta edição.

LE CORBUSIER E LÚCIO COSTA

"Pede-me ARQUITETURA, do IAB, algumas palavras sôbre a rápida estada de Le Corbusier no Rio.

A viagem teve caráter profissional e particular. Convidado anteriormente pelo Departamento Cultural do Itamarati, recusou desculpando-se com a saúde ("mon age"). É que a época da pregação, das conferências, passou. A última que lhe ouvi foi em Veneza, em 52; conferencista consumado, a sala ficou, como sempre, repleta (Gerard Philippe, então na cidade com o TNP, estava sentado no chão). Agora, só viaja em função do seu trabalho de arquiteto e urbanista. É assim que deliberou ir a Brasília a fim de conhecer a cidade, sentir-lhe o ambiente e examinar os terrenos relacionados com a tarefa em vista para o govêrno francês. Sabedor da visita, o Ministro Darcy Ribeiro hospedou-o na capital, e o "ministro carioca", Péricles Madureira de Pinho (realizador das casas do Brasil, inclusive a de Paris), e o Embaixador Bayens o receberam e homenagearam aqui. Finalmente, Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde que o havia convidado em 1936, o recebeu e saudou, em nome do Museu de Arte Moderna, com tão sincero calor e propriedade que as suas palavras o tocaram profundamente: "Monsieur Le Ministre, vous avez parlé avec votre coeur, vous avez touché mon coeur". Foi como iniciou o seu breve agradecimento. E foi ainda recebido com carinho e fidalguia pelo paisagista Burle Marx no seu belo sítio de Guaratiba.

Estive com êle apenas aqui no Rio, na companhia de Italo Campofiorito, incumbido por Oscar Niemeyer de assessorá-lo e levá-lo a Brasília. O tempo foi escasso e, salvo na manhã da chegada, chuvoso. Não o levei a ver coisas; nem mesmo o hospital dos Bancários que Leonídio Ribeiro se prontificara a mostrar. O que viu e visitou foi ao acaso do caminho. É assim que conheceu e gostou do Aeroporto Santos Dumont, mostrou particular interêsse pelo Pedregulho, tanto do ponto de vista social como arquitetônico, e pelo Museu; louvou o monumento aos mortos da guerra. Estêve também, de passagem, na casa do Sérgio Bernardes, que não pôde apreciar devidamente porque já era noite, chovia e o interior, muito fechado, estava abafado e escuro demais. Aproveitei então para levá-lo a ver o Jorge Moreira, por quem se interessara quando, ao informá-lo sôbre a Universidade, na saída do Galeão, soube do acidente e que estava acamado. No próprio sábado da chegada, a caminho do hotel, pediu para ver o Ministério; como estivesse fechado, andou pelo pátio onde apreciou os pilotis, a brisa, o granito, os azulejos, o pano de vidro e o quebra-sol; estêve no saguão e no "hall" do andar do gabinete, que lhe agradou, inclusive a réplica do Isaías de Antônio Francisco Lisboa, e o grande painel "Jogos Infantis" de Portinari. "Je ne le savais pas capable de faire ça"... E, se me tivesse ocorrido, teria também gostado da massa densa e precursora da ABI, mas o carro prosseguiu na direção de Santa Luzia e da Abenida Beira-Mar.

Estêve também na Tôrre Eifel, da Ouvidor, onde comprou um casaco de linho que pagou com 50 novos francos, recebendo, espantado, alguns milhares de cruzeiros de trôco; e, à noite, como desejasse ver danças típicas, assistiu com interêsse as demonstrações de gafieira e escola de samba, no Copacabana. No embarque levei para êle o número da Módulo dedicado a Joaquim Cardoso.

Mas recomendo, sobretudo, aos meus amigos do IAB a leitura das suas impressões de 1929, registrados em PRÉCISIONS; *"corollaire brésilien": o Copacabana-Palace e o Hotel Glória eram novos, o asfalto das ruas liso e ainda não havia apartamentos. Verdadeiro hino à Guanabara e suas antigas favelas, que começa, — "quando tudo é uma festa"... e termina assim: "...Votre destin est d'agir maintenant. Agirez-vous sous le signe despotiquement sombre du hardlabour? Non, je le souhaite, vous agirez en Latins qui savent ordonner, ordonnancer* (1), *apprecier, mesurer, juger et sourire".*

LÚCIO COSTA
20 de janeiro de 1963

P.S. (*póstumo*): *não agimos nem como latinos, nem sob o signo do trabalho-pesado, — agimos como* especuladores.

L. C.

(1) A palavra *ordonnancer* é genuinamente francesa e, portanto, intraduzível. Implica não sòmente a idéia de ordenar segundo qualquer critério avulso, mas a de fazer segundo critério hierárquico de valor plástico. Por estas e outras é que a França é o que é.

L. C.

LE CORBUSIER: O MINISTÉRIO E A UNIVERSIDADE

Heráclio Sales colheu, para o "Jornal do Brasil", o depoimento de Gustavo Capanema, promotor da vinda de Le Corbusier ao Brasil em 1936.

Abrindo sua entrevista com Capanema, Heráclio Sales afirma que *"Le Corbusier e o Brasil,* será o título provável de um dos capítulos mais expressivos da história da Arquitetura moderna, capítulo que não interessará os outros países apenas pelas dimensões internacionais do nome do genial criador da *Ville Radieuse,* mas porque nêle se contará em que circunstâncias veio juntar-se êsse nome glorioso aos de alguns brasileiros predestinados para fazer daqui o inesperado centro de irradiação de um movimento que acabou empolgando o mundo ante a idéia de uma Arquitetura concebida como a maior das artes plásticas sem deixar, contudo, de *affirmer qu'une certaine zone du bonheur peut être donnés à chacun et à tous"*.

Eis, a seguir, o que contou o deputado Capanema ao JB:

— "Por volta de 1935 — conta o Sr. Gustavo Capanema — deixei-me dominar por duas tarefas, colocadas antes por mim entre outras iniciativas de natureza renovadora ou revolucionária: dar sede própria ao Ministério da Educação, que era também da Saúde e funcionava precàriamente em alguns andares do Edifício Rex, na Rua Álvaro Alvim; e iniciar a construção de uma Cidade Universitária que não fôsse apenas um conjunto estático de Faculdades, mas um centro dinâmico de cultura, uma concentração do espírito das necessidades e dos anseios nacionais, no domínio da pesquisa científica e dos altos estudos.

Uma Cidade Universitária concebida assim queria eu deveria ter uma projeção arquitetônica correspondente en. seriedade, beleza e monumentalidade. Não me era possível imaginar de outro modo a futura sede do Ministério, a que eu procurava dar o sentido de um núcleo irradiador de idéias modernas para todos os campos da cultura brasileira. Horrorizava-me a concepção de um edifício tipo *art nouveau,* que apenas fizesse aqui um prolongamento do mau gôsto e da frivolidade que dominavam ainda o mundo em matéria de Arquitetura.

Para quem apelar? Nosso meio era ainda muito pobre. Teríamos de chamar ao Brasil um mestre de fora. Mas quem?

UM NOME, UMA IDÉIA

— Em tôrno de mim, havia algumas mãos inseguras, conquanto marcadas por evidente antecipação de genialidade. Minha resolução era um desafio às correntes reacionárias, então dominantes e poderosas. Devia ser escudada pela certeza de que não seríamos mal sucedidos. Na Europa havia um nome ao qual se ligava uma idéia de renovação que não encontrara ainda oportunidade e lugar para se concretizar. Minha atenção se voltou firmemente para Le Corbusier, que tinha quarenta e poucos anos de idade e já dera sinais do seu gênio. O que eu pretendia fazer, com a sede do Ministério da Educação, encontrava ponto de apoio confortador na sua concepção da Arquitetura como a união entre *la sagesse et l'entreprise,* arte que conjugasse *la raison et la poèsie*.

Decidi apelar para êle. Pedi a um amigo comum, Monteiro de Carvalho, que o fôsse buscar, isto é, que fôsse a Paris convidá-lo a vir ao Brasil examinar a possibilidade de tomar a si a tarefa de projetar a Cidade Universitária e o edifício do Ministério.

RISCO E PROJETO

Há no edifício do Ministério uma placa na qual se lê a informação de que a obra foi realizada segundo *risco* de Le Corbusier e projeto de Oscar Niemeyer, Lúcio Costa, Afonso Reidy, Carlos Leão, Jorge Moreira e Ernâni Vasconcelos. A palavra *risco,* aí, tem o antigo sentido português, equivalente a anteprojeto. A fixação inicial da idéia pelo mestre francês teria de evoluir para outra solução, dada uma divergência suscitada entre êle e os jovens brasileiros, quanto ao lugar da edificação.

Logo que chegou aceitando meu convite, Le Corbusier manifestou o desejo de construir o edifício no lugar em que se ergue hoje o Museu de Arte Moderna. E fêz o *risco* para êsse lugar. Já havíamos, entretanto, depois de vencer várias dificuldades, obtido do Prefeito Pedro Ernesto a doação do terreno da Esplanada. E o *risco* teve que ser adaptado, então, com o projeto que se tornou definitivo nas mãos dos arquitetos brasileiros, aos quais se juntara entusiàsticamente o genial mestre europeu.

Não é fácil imaginar hoje a soma e variedade de dificuldades que tivemos de enfrentar, mesmo depois de apoiados na experiência de Le Corbusier e guiados pelo seu gênio, para dar ao nosso País e ao mundo essa primeira objetivação, em têrmos monumentais, dos princípios da Arquitetura moderna. Além de obter o terreno e organizar, em meio às controvérsias, o projeto certo, tivemos de resolver o problema da mão-de-obra e dos materiais de construção, principalmente os de acabamento, num meio desprovido de recursos técnicos; andar às voltas com os artistas plásticos, desde Portinari, Celso Antônio, Adriana Janacopulos e Bruno Giorgi, desde Burle Marx até os outros, tão numerosos, que fracassavam ou prestavam serviços de obscura embora importante significação; e ainda arrancar, parcela por parcela, de um Govêrno que não queria inflacionar, os provimentos indispensáveis a tão custosa realização. Tudo era, entretanto, tão empolgante quanto difícil. Gilberto Freire, que visitava comigo as obras, já na última fase, observou-me um dia: "Valeria a pena ser Ministro da Educação sòmente para construir êste edifício".

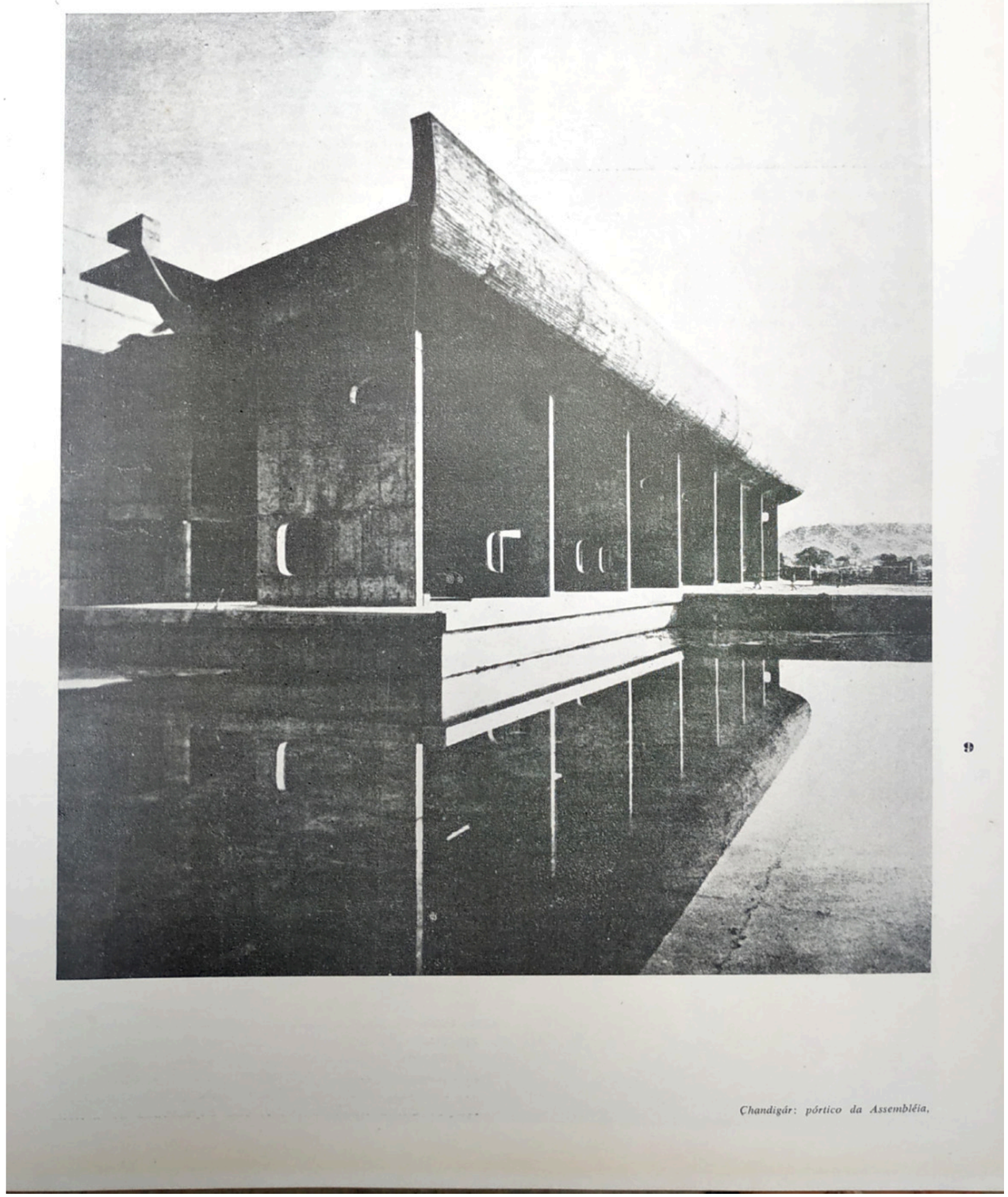
UM GOLPE

— Para chegar, contudo, àquele resultado, tive que oferecer a cabeça à tempestade da reação, lançando mão, inclusive, de um golpe de audácia que aumentou a violência dos ataques desferidos contra mim, quando depois de concurso por mim mesmo promovido para escolher um projeto, antes da vinda de Le Corbusier, mandei pagar o prêmio ao primeiro colocado (Arquimedes Memória), com a ressalva de que não aproveitaria o seu trabalho; e escolhi entre os derrotados pela comissão conservadora um jovem que se chamava Lúcio Costa, através de quem entraria o Ministro em contato com os outros jovens que se tornariam os mestres da Arquitetura moderna em nosso País, responsáveis por essa imensa e cada vez mais prodigiosa seqüência de edificações, que tanta honra fazem à cultura artística e à capacidade técnica do nosso povo.

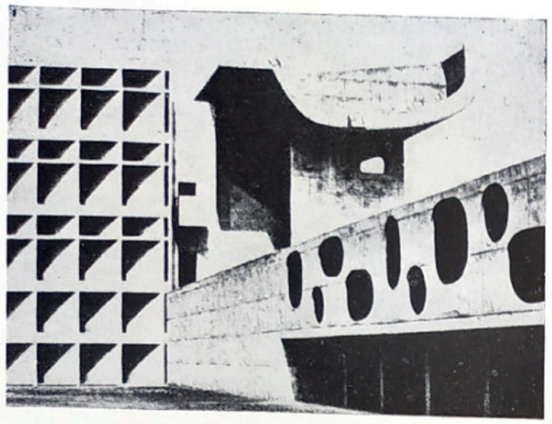
UM LIVRO INÉDITO

— Além do projeto da Cidade Universitária — maravilhoso projeto que se inclui em suas obras completas e está nos arquivos do Ministério, mas teve que ser também adaptado a outro terreno — Le Corbusier aceitou e realizou com entusiasmo uma terceira tarefa que lhe dei: fazer uma série de conferências públicas sôbre Arquitetura moderna, com as quais contribuiria, ainda, não só para melhorar o nível do nosso meio artístico mas principalmente para aumentar na atmosfera de retina do Brasil daquela época a receptividade das idéias de renovação que seriam cristalizadas no nôvo edifício da Esplanada.

Essas conferências, taquigrafadas e arquivadas também no Ministério, em número superior a cinco, constituem — informa, concluindo, o Sr. Gustavo Capanema — um importante livro inédito de Le Corbusier, que um dia se incorporará à sua obra, tornando mais nítido o traço de ligação entre o seu nome e o do nosso País".



Chandigár: pórtico da Assembléia.



Chandigár: pátio de estacionamento.

LE CORBUSIER EM S. PAULO

No Estado de São Paulo, Geraldo Ferraz dá o seu depoimento sôbre a primeira viagem de Le Corbusier ao Brasil. Era 1929. O Brasil iniciava os primeiros passos na direção de uma afirmação cultural própria.

"Esta é a terceira vez que Le Corbusier vem ao Brasil. Da primeira, a arquitetura moderna brasileira se resumia às primeiras casas de Warchavchik, em São Paulo. Foi em novembro de 1929. Recordá-lo é colocar em função evocativa tôda a Paulicéia Desvairada que não existe mais, que está tomada por outros desvarios, que se tornou a cidade "sem solução de nossos dias". Na Livraria Garraux, à Rua Quinze, José Olympio, que primava em ser um atento vendedor de livros, sabia que éramos compradores dos livros de Le Corbusier.

Ao contrário das edições em dimensão horizontal, que acabaram tornando mais adequadas as reproduções de plantas arquitetônicas, Les Editions Crés & Cie., de Paris, publicaram as primeiras obras de Le Corbusier, na década de vinte, em dimensão vertical. Foi o editor de Zurique, Girsberger, quem lançou o nôvo formato, há pouco mais de vinte anos. Mas desde "Vers une Architecture", "L'art decoratif d'aujour'hui", "Urbanisme", "Almanach d'architecture moderne", passando pelo balanço jamais reeditado de "La Pinture moderne", e chegando até "Une maison. Un Palais", com o qual se encerrou a década de vinte — Le Corbusier era editado em Paris. Foi aí que êle lançou com Ozenfant e Paul Dermée a revista "L'esprit nouveau" (1919-1925), publicação que termina a sua carreira polêmica, como polêmica era tôda a obra de Le Corbusier até então, no pavilhão de "L'esprit noveau", na Exposição das Artes Decorativas de 1925 em Paris. Que nos recordemos, apenas um brasileiro assistiu a essa demonstração de Le Corbusier e seus companheiros, o pintor Lula Cardoso Aires, adolescente estudante na capital francesa.

Em 1929, Le Corbusier vinha a Buenos Aires. Fazia apenas um ano da fundação dos CIAM (Congrès Internationaux pour l'Architecture Moderne", e o delegado sul-americano que êle pôde nomear foi Warchavchik, o único arquiteto moderno cujos trabalhos viu — não havia aliás outros — naquele ano distante. Entrevistamos, então, Le Corbusier, para o vespertino em que trabalhávamos, graças a um aviso que nos transmitiu Paulo Prado, que conhecia nosso interêsse pela arquitetura moderna. O primeiro contato com Le Corbusier foi na casa de Paulo Prado, à Avenida Higienópolis, em companhia de Flávio Rezende Carvalho, que bombardeou o arquiteto suiço com uma série de perguntas, até impertinentes. Éramos impertinentes então, e Le Corbusier não ia escapar assim, tranqüilamente.

Depois da entrevista foi a jornada de visita à cidade, às construções de Warchavchik, em um automóvel em que iam Paulo Prado, Le Corbusier, o arquiteto Warchavchik, o escultor Celso Antônio e nós. Foi ao fim dessa visita, em que Le Corbusier viu os projetos de Warchavchik, construídos e em construção, e as esculturas de Celso Antônio, que êle deliberou escrever a Giedion dizendo de sua descoberta: encontrara em São Paulo um arquiteto que deveria ser o representante do CIAM na América do Sul.

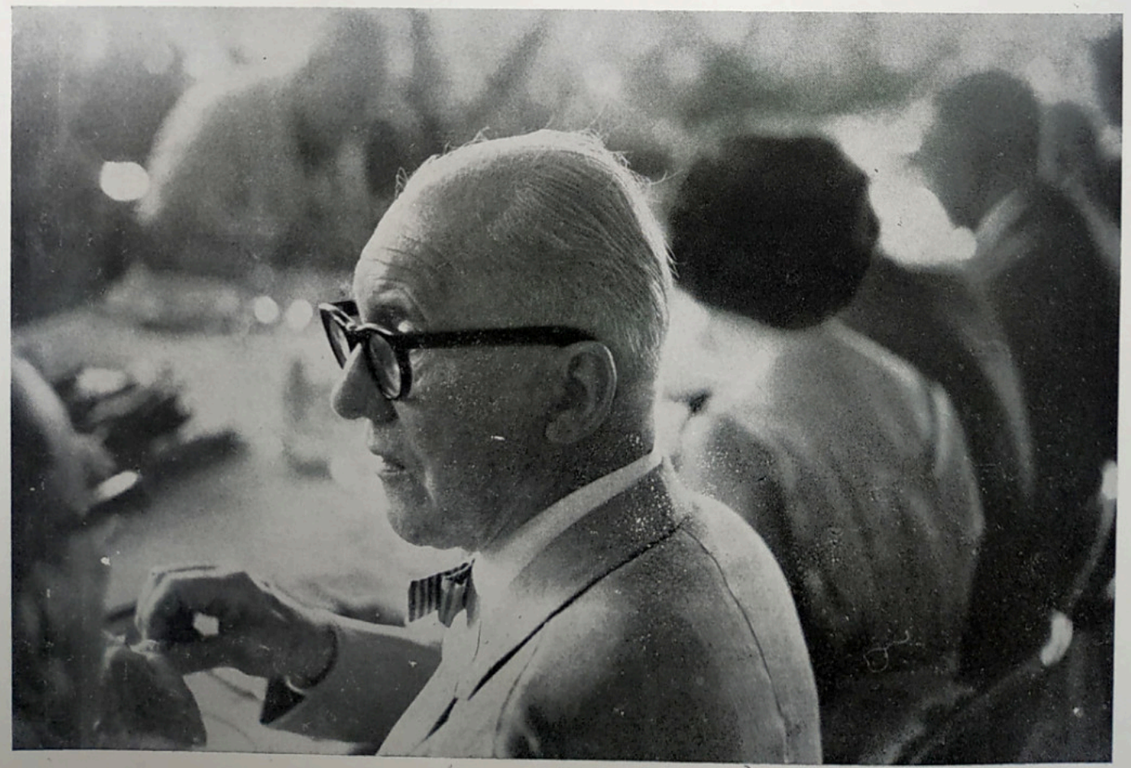
Trinta e dois anos depois, Le Corbusier está no Brasil. Aos 74 anos, na última declaração que lemos dêle, há meses, é um homem que se confessa "raté". Malogrado em que? A campanha que realizou através de seus livros, as grandes emprêsas que lhe foram confiadas — ao realizar a "Unidade de Habitação de Marselha", ou ao desempenhar-se, na India, do planejamento e construção ao lado de Maxwell Fry e sua mulher, da nova capital do Punjab, Chandigarh — foram emprêsas levadas até o fim, e atestam a sua imensa capacidade... Êsse autodidata, que saiu da escola antes dos 14 anos, revelou-se um gênio da arquitetura de nosso tempo. Como nenhum outro, sua capacidade de artista plástico realizou a fusão entre as artes, porque êle é, ao mesmo tempo, arquiteto, escultor e pintor...

A importância, para nós, de Le Corbusier, entretanto, só começa depois. Mário de Andrade, em 1929, queria que, mais do que uma conferência, lhe pedissemos uma casa, um projeto. Quem o pediria? A conferência foi realizada no Instituto de Engenharia, o velho Instituto de Alexandre Albuquerque, na esquina da Rua Cristóvão Colombo com a Rua Senador Feijó, onde pela primeira vez, nesse ano, Anhaia Melo terminara sua série de conferências sôbre urbanismo.

Mas os leitores não familiarizados estarão perguntando, afinal, de quem se trata. Quem é êsse Le Corbusier na ordem das coisas? A arquitetura nova, decorrente dos novos materiais, da revolução industrial, da conceituação oposta ao ornato (Adolfo Loos escrevia numa mesa de café de Viena seu célebre "slogan": "O ornato é um crime", enquanto um dos mestres da era Vitoriana definia a arquitetura como a arte de ornamentar os edifícios — a oposição está bem clara), vinha sendo "pressentida" desde o Palácio de Cristal (1851), desde a "Red House" de William Morris (1859). A linhagem dos pioneiros que abre o século XX compõe-se de Van der Velde, Frank Lloyd Wright, Auguste Perret, Peter Behrens, Adolfo Loos, Berlage, Mackintosh... Wright pertence ao fim do conceito romântico da natureza, Le Corbusier ao início do conceito romântico da máquina, escreveu Henry-Russekk Hitchcock, ao estudar as três primeiras décadas de nosso século, para qualificar os dois arquitetos.

A segunda leva trazia-nos os nomes e os trabalhos de Tony Garnier, Gropius, Erich Mendelsohn, Oud, Taut, Freyssinet. É quando surge Le Corbusier. Nascido quatro anos depois de Gropius, em 1887 Charles-Edouard Jeanneret, que adotaria o nome de Le Corbusier, provém da Suiça francesa, de La Chaux-de-Fonds, onde nasceu a 6 de outubro. Sua longa formação é uma experiência vivida por um artista nato. Com presciência e intuição freqüentou os estúdios de Perret, em Paris; de Behrens, em Berlim. Em 1912, editava em sua cidade um estudo sôbre arte decorativa na Alemanha. Quando da exposição de "L'Esprit Nouveau", editava páginas de seu "Carnet de route d'etudiant" (cheio de observações flagrantes de 1910). O "Carnet" nos fornece traços do itinerário pela Grécia e Roma, das "horas laboriosas sob a luz divulgadora da Acrópole", quando "os que praticam a arte da arquitetura se encontram, num momento de sua carreira, o cérebro vazio, o coração quebrado de dúvidas, diante desta tarefa de dar uma forma viva a uma matéria morta, concebendo a melancolia dos solilóquios em meio das ruínas — as palestras geladas com as pedras mudas".

Em Viena, Josef Hoffmann, o mais notável dos discípulos de Otto Wagner, adivinhando as suas possibilidades, convida-o a ficar. Le Corbusier recusa. Seu destino o chamava para mais longe. "Vers une architecture" mostraria-



Corbusier no MAM; foto Walter Firmo.

nos, anos depois, onde pararia a sua concepção que, conforme Giedeon (1942), conciliaria a idéia da engenharia e da arquitetura: "o ponto de partida é o desenho estrutural da casa de 1915". E as palavras de "Vers une architecture": "Estética do Engenheiro, Arquitetura, duas coisas solidárias, consecutivas, uma em pleno desdobramento, a outra em penosa regressão... O senso do artista, porém, salvará o rigorismo da fórmula: "A casa é uma máquina de habitar". A coordenação do pensamento de Le Corbusier plasma-se no pavilhão de "L'esprit nouveau", em 1925, já então dedicada à reforma da habitação — transformação do plano, estandardização, industrialização...

Mas é nesses anos, 1925-28, que de algumas casas, emergentes da planta livre, o arquiteto se eleva até a concepção do Palácio das Nações, concurso para Genebra, aberto pela Sociedade das Nações. O escândalo internacional que se seguiu à desclassificação do notável projeto de Le Corbusier, levanta protestos de todos os cantos da Europa: à tomada de consciência do movimento da arquitetura moderna. Desde o venerando Henri van der Velde, aos grupos mais novos, de Roterdam, de Varsóvia, de Dessau (Bauhaus), de Viena, de Zurique, todos protestam. A derrota de Le Corbusier pelo academismo vigorante na solução do concurso leva a vanguarda a reunir-se no Congresso de La Sarraz; estavam formados os Congressos Internacionais da Arquitetura Moderna, para lutar e propagar os novos princípios da arquitetura viva, racional, funcional.

Foi no ano seguinte que Le Corbusier visitou o Brasil pela primeira vez. A figura legendária que se encarna nesse suíço de rosto magro e atento, desdobrou-se, antes e depois da Segunda Guerra Mundial, em projetos e em planos de urbanização. O tom discursivo, polêmico, insinuante, de seus primeiros livros, ainda permanece. Naquele 1929, êle desenhou, no Rio e em São Paulo, soluções arrojadíssimas... Warchavchick guarda ainda os desenhos de Le Corbusier para o Rio de Janeiro.

Na segunda vez que veio ao Brasil, a convite do Ministério da Educação, chefiaria êle a equipe formada por Lúcio Costa, Affonso Eduardo Reidy, Jorge Machado Moreira, Niemeyer, Carlos Leão e Ernâni Vasconcelos, a equipe que desenvolveu e adotou seu projeto, com tôdas as indicações sôbre os pilotis, os "brise-soleil", os granitos a utilizar, e os revestimentos adequados ao Rio. Sua participação foi determinante.

Eis-nos, então, diante de um dos homens que mais procuraram uma solução para a arquitetura, e que se coloca, no século, entre os "harmonizadores", visando a dignidade do homem no seu "habitat", porquanto arquitetura é a organização do espaço para as atividades humanas e o problema do arquiteto um problema biológico."

LE CORBUSIER: URBANISMO NO RIO

Miranda Netto, colunista do "Jornal do Comércio", ao falar de Le Corbusier, rememora o Rio de 1929. Lamenta que a cidade tenha crescido de forma caótica.

"O que teria pensado Le Corbusier da cidade do Rio de Janeiro, que êle conheceu ao se apagarem as luzes da "belle epoque", quando os monstros de cimento armado não tinham surgido para gáudio dos especuladores e para a tortura da população. Nesse tempo, em que ainda o Teatro Municipal aparecia na imponência de sua arquitetura francesa, em que a feia e graciosa Biblioteca Nacional, conúbio das artes com as armas, ou a super-clássica Escola Nacional de Belas Artes ditava o tom da Avenida Central, o "único" edifício de apartamentos que existia na então Capital da República era o Edifício Lafont, que estaria muito bem situado na "Avenue des Champs Elyseés", já que os arquitetos Viret e Marmorat não eram franceses apenas no nome, mas em todo o resto do pensamento artístico.

Justamente disto é que desejo falar hoje, Le Corbusier já está por demais conhecido no mundo, para que se possa acrescentar alguma coisa às loas que em tôrno do seu nome se tecem. Loas e ataques violentos, acrescentaria, o que em nada diminui sua grandeza. A figueiras estéreis não se atiram pedras.

O Rio nesse tempo era uma cidade de casas baixas. No máximo quatro andares. Seis andares eram considerados uma ousadia arquitetônica. Lembro-me da admiração extasiada que me despertava, aos doze anos, um edifício existente na minha cidade natal, Pôrto Alegre. e que se chamava "Malakoff". Até hoje não consegui saber a origem do nome, que talvez remonte à guerra russo-japonêsa.

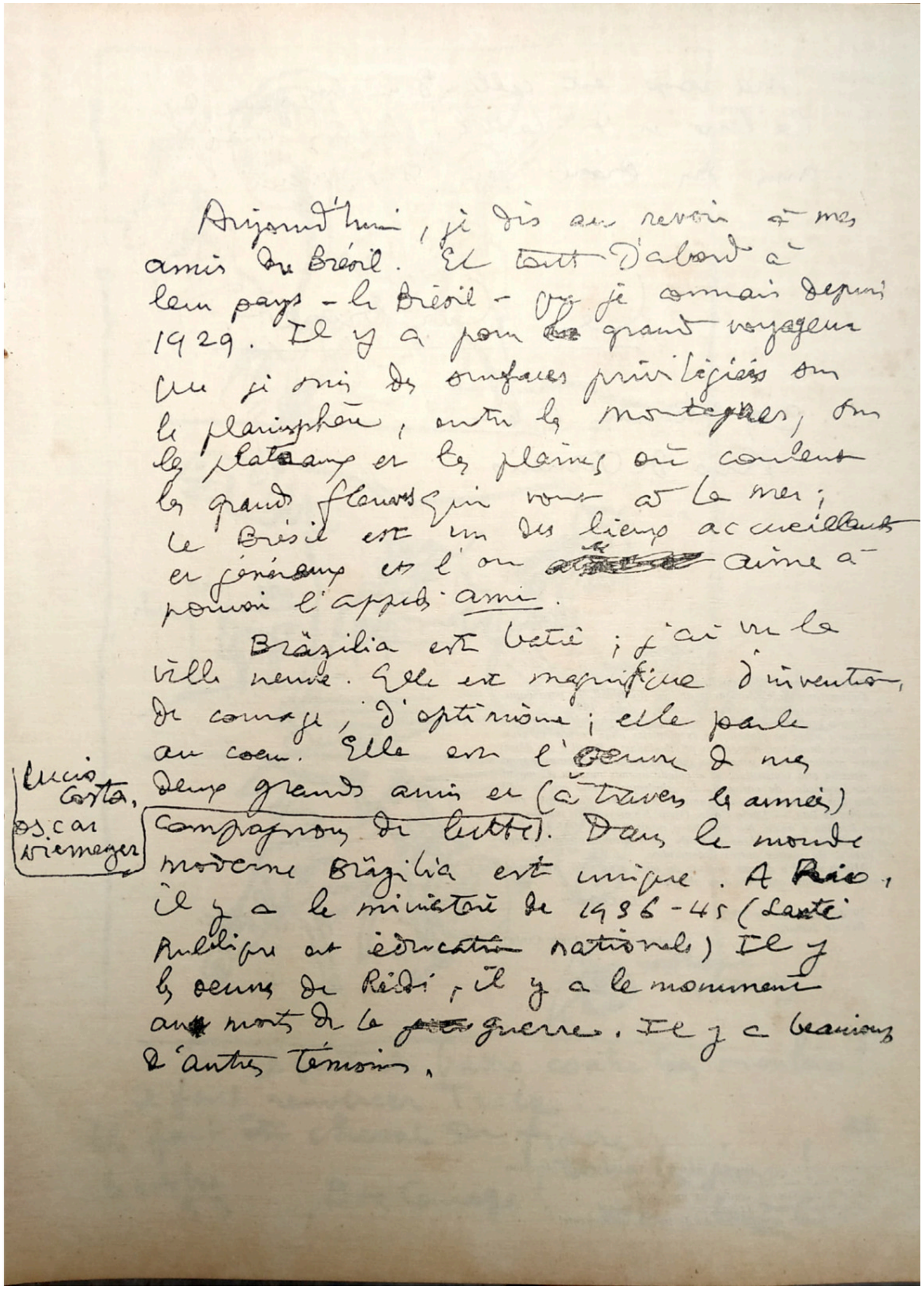
O "Malakoff" com seus seis andares tronava, como se dizia no Renascimento italiano, tronava sôbre o casario baixo, de beiral que enchia as ruas que iam dar na Praça Quinze, nessa praça cujo quiosque "art-noveau" abrigou tantas gerações de poetas e literatos amigos do chopp. Seis andares eram um prodígio para época, 1916. Mas vamos a Le Corbusier. O que teria pensado Le Corbusier dêste Rio de Janeiro assinado urbanisticamente, pràticamente perdido? Quando por aqui passou, há mais de vinte anos a caminho de Buenos Aires onde realizaria um curso de conferências, apaixonou-se pela nossa cidade. E agora dou a palavra a Lúcio Costa, que não desmente o nome e é o mais lúcido, o mais humano dos grandes arquitetos da atualidade.

"Impressionado pela beleza diferente da paisagem natiiva e convencido de que o desenvolvimento iminente da cidade comprimida entre o mar e a montanha iria comprometer sem remédio (Lúcio Costa escreveu isto há quase quinze anos) o seu esplendor panorâmico, criando por outro lado problemas insolúveis de tráfego e ainda o desconfôrto da habitação, como decorrência de seu acúmulo e crescimento em altura sôbre loteamento impróprio, concebeu, com aquela facilidade e falta de inibição próprias do gênio uma ordenação arquitetônica monumental capaz de absorver no seu bôjo a totalidade das inversões imobiliárias em perspectiva, bem como os capitais interessados nas futuras obras de viação metropolitana, tudo a ser levado a cabo por iniciativa e com a participação direta da municipalidade.

Tratava-se, em síntese, de um extenso viaduto de percurso sinuoso, conforme a topografia local, construído a cavaleiro das edificações de poucos andares então existentes e destinado à comunicação rápida dos bairros distantes, tanto para tráfego de automóveis como de coletivos. Ao longo dêsse viaduto ficariam os "lotes para construção de arranha-céus" todos com vista para o mar ou para a montanha, os "terrenos artificiais" como os denominava com propriedade Le Corbusier. O resto, os "terrenos de verdade" ficariam para casas isoladas, para áreas ajardinadas, facilitando a recuperação futura das quadras para urbanização e recreio coletivo".

Clarividência de Le Corbusier, clarividência de Lúcio Costa. E eu acrescento que a ter sido adotado o projeto estaria também resolvido o caso do metropolitano. O sistema monotrilho suspenso (Wenner-Green) mostrou agora a sua excelência em Seattle, na feira internacional. Os inimigos do sistema, adeptos da técnica das toupeiras, argumentam com os metros de Paris, de Londres, de Moscou... E acrescentam: pois se até Milão constrói hoje o seu subterrâneo!

Poderia argumentar com a lei social da inércia, e ainda com a circunstância de que um "elevado" pressupõe urbanização racional e lógica e não o aproveitamento dos velhos lotes medievais (na Europa) ou imperiais (no Rio) para uma estrutura da era da tecnologia. Por baixo do viaduto de Le Corbusier correriam fàcilmente os monotrilhos suspensos, ligando em pouquíssimos minutos, o fim



Ma voix est celle d'un voyageur de la Terre et de la vie. Laissez moi ami du Brésil vous dire merci !

Le Corbusier

29 décembre 1962
Rio de Janeiro.

Para os meus amigos do Brasil.

Despeço-me, hoje, dos meus amigos do Brasil. E, para começar, do próprio Brasil, país que conheço desde 1929.

Para o grande viajante que eu sou, há no planisfério, entre as motanhas e sôbre os planaltos e as planícies onde correm os grandes rios em direção ao mar, áreas privilegiadas; o Brasil é um dêsses lugares acolhedores e generosos que se gosta de chamar amigo.

Brasília está construída; vi a cidade apenas nascida. É magnífica de invenção, de coragem, de otimismo; e fala ao coração. É obra dos meus dois grandes amigos e (através dos anos) companheiros de luta, — Lúcio Costa, Oscar Niemeyer. No mundo moderno Brasília é única. No Rio, há o ministério de 1936-45 (*Educação e Saúde*), *há as obras de Reidy, há o monumento aos mortos da guerra. Há muitos outros testemunhos.*

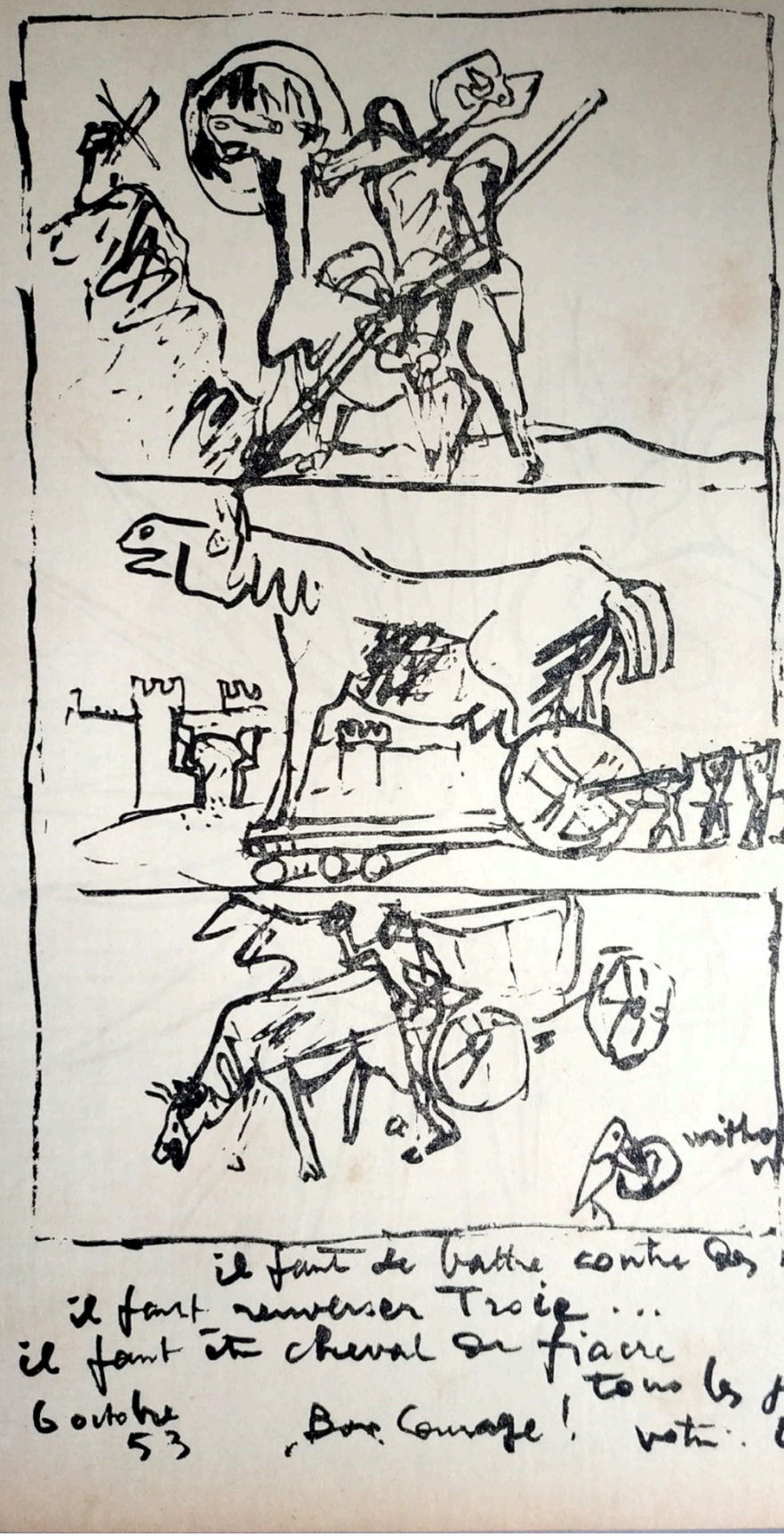
Minha voz é a de um viajante da terra e da vida. Amigos do Brasil, deixem-me que lhes diga obrigado!

Le Corbusier

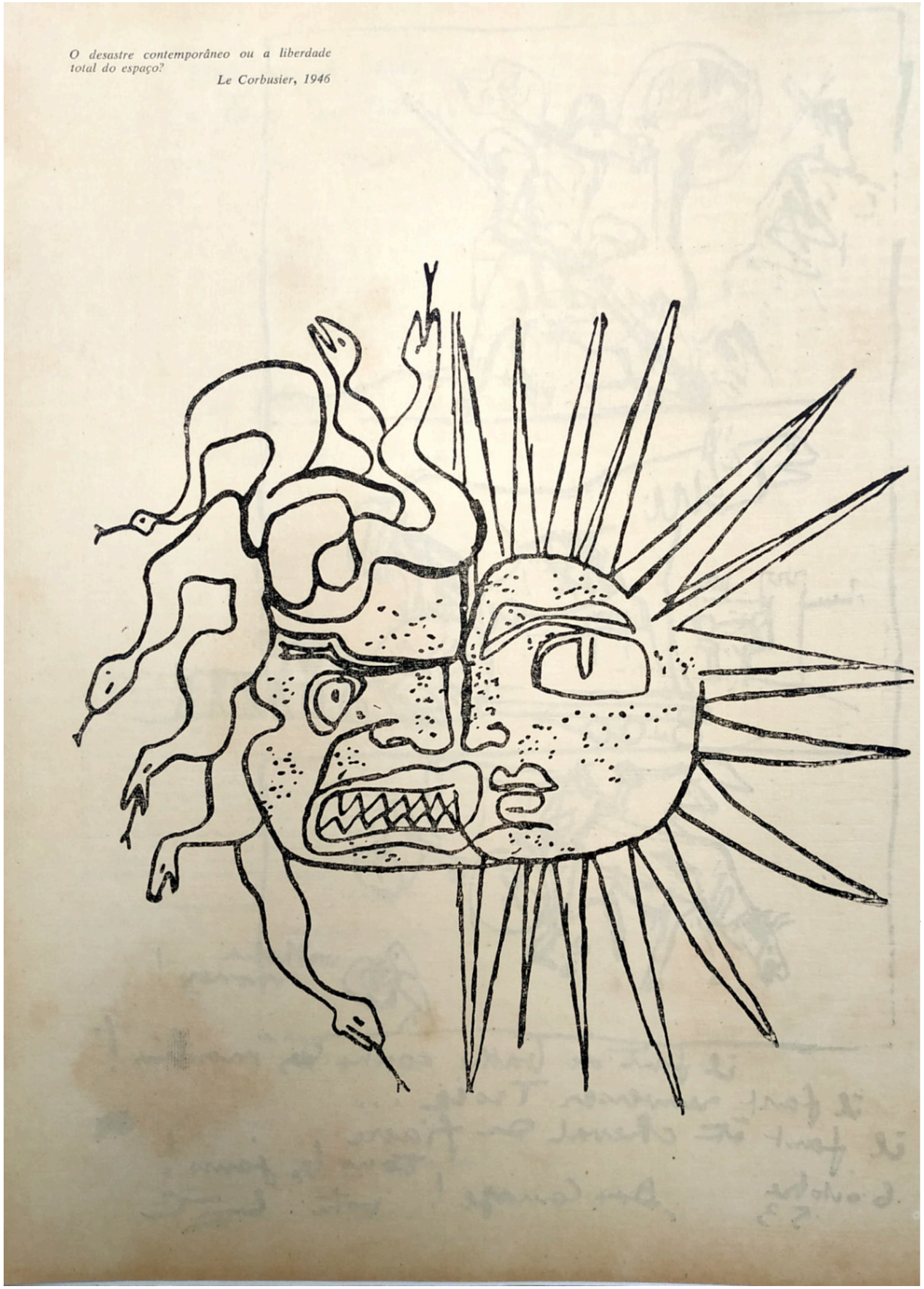
29 de dezembro de 1962
Rio de Janeiro.

(Tradução do arq. Lúcio Costa).

Na página oposta, um desenho inédito de Le Corbusier, oferecido a Lúcio Costa em dezembro do ano passado.
É preciso bater-se contra os moinhos!
É preciso demolir Tróia...
É preciso ser como o cavalo de tração, diàriamente!



il faut se battre contre des moulins !
il faut renverser Troie ...
il faut être cheval de fiacre tous les jours !
6 octobre 53 „Bon Courage ! votre.



O desastre contemporâneo ou a liberdade total do espaço?
Le Corbusier, 1946

da Avenida Niemeyer aos confins da Zona Norte. E nada impediria que futuramente êsse viaduto se fechasse sôbre si mesmo como um "ring", no interior do qual ficaria a cidade, livre, humanizada, capaz de abrigar uma "comunidade" e não a congerie que aí está, caracterizada por uma percentagem imensa de marginais, pontilhada de crimes e de desajustamentos sociais. O urbanismo é capaz de resolver problemas sociais, essa é uma verdade de que os homens de govêrno ainda não se convenceram. Urbanismo no sentido exato, plano, trabalho de equipe, luta contra a especulação, planejamento não apenas de uma cidade mas de uma região, de uma "zona de influência". Justamente essa qualidade de Corbusier, "autodidata de gênio", livrou-o da rotina. Um arquiteto "profissional", criado dentro dos cânones da Escola não seria capaz de construir a igreja de Ronchamps. Ronchamps e as grandes intuições urbanísticas de Le Corbusier, farão de seu nome um dos maiores nomes da arquitetura do século XX. Pena é que o Rio não tenha ouvido as suas lições, quando aqui falou há trinta anos. Sòmente no Ministério da Educação, um prodígio urbanístico, friso bem, mais urbanístico que arquitetônico, em meio às monstruosas "quadras cheias" com pátios internos do Castelo, está a lição do franco-suíço. Que teria pensado Le Corbusier da nossa Feiacap de 1962? Dêsse Rio cuja natureza, como tão bem disse Reidy é um convite a uma arquitetura geométrica e disposta racionalmente. Imaginem êsse plano, que tem o espírito de Brasília, não no planalto estúpido, mas nesta admirável composição de mar e montanha que é o Rio."



É interessante notar que Lúcio Costa, Geraldo Ferraz e Miranda Netto dão aos seus depoimentos o mesmo tom amargo de coisa perdida ao compararem e recordarem o que eram aquelas cidades — o Rio São Paulo — e o que delas fêz a exploração imobiliária.

Geraldo Ferraz vê a antiga "Paulicéia Desvairada" como uma "cidade sem solução". Lúcio Costa, em um P.S. póstumo — póstumo pois a cidade morreu ou, pelo menos, perdeu a oportunidade de ter sido — constata que não realizamos a ação esperada por Le Corbusier. "Não agimos como latinos, nem sob o signo do trabalho-pesado. Agimos como especuladores."

Miranda Netto, sem bem que tenhamos que ressalvar que nem sempre concordamos com o seu entusiasmo por um planejamento por demais "lógico" e "racional", friza muito bem o mal advindo de uma total ausência de planejamento e o que um urbanismo concebido em têrmos brasileiros poderia fazer por nossas pobres cidades.

É preciso, agora, não chorar demais as cidades doentes, nem perdermo-nos na doce recordação do que foram os tempos de 1929. Estamos vivos e as cidades, em sua doença, continuam crescendo, a espera de uma ação capaz de curá-las e vacinar as outras que se encontra em vias de se contagiarem. Em uma aparente contradição, o ciclo que permitiu a eclosão da exploração imobiliária trouxe em seu bôjo as condições indispensáveis à concepção de um urbanismo que dotará a população brasileira de verdadeiras cidades. ▣

LE CORBUSIER: — BRASILIA TEM O SENTIDO EXATO DE ESPAÇO E CÔR

O arquiteto francês Le Corbusier consagrou definitivamente a obra de Oscar Niemeyer e Lúcio Costa, através das frases de verdadeiro encantamento que ia dizendo, à medida que visitava as obras e os palácios de Brasília. O famoso arquiteto francês, considerado como "o pai da moderna arquitetura", o mínimo que disse de Niemeyer foi que êle tem "o exato sentido do espaço e da côr" — o que os arquitetos da equipe Niemeyer-Lúcio Costa consideram a "consagração que faltava".

Corbusier veio a Brasília primeiro para conhecer a cidade; e, em segundo lugar, para examinar o lugar onde será construída a Embaixada da França, de que fará o projeto. Depois de visitar a cidade, detendo-se demoradamente na admiração de uma coluna, de um corredor, de uma parede, o arquiteto resolveu estabelecer uma condição imediatamente aceita: a de que "só faria o projeto da Embaixada se lhe deixassem fazer também o projeto da Casa da França". Além dêsses dois projetos, fará também — e aqui vai o maior "furo" de tôda a sua visita — todo o "Setor Cultural" de Brasília, a pedido de Oscar Niemeyer e do Ministro da Educação, Professor Darci Ribeiro. Nesse espaço destinado ao "Setor Cultural" — que vai da Catedral até a plataforma rodoviária, descontando-se, apenas, o espaço destinado ao "Touring Club" — Corbusier pensa fazer, entre outras coisas, uma obra "em que vem pensando há 30 anos", isto é, um "Museu do Conhecimento".

Frases e queda de tabus — Uma das frases de Corbusier, dando sua impressão geral sôbre a cidade: "Esta cidade foi criada por um homem de inteligência (Lúcio Costa), que pensou em tôdas as diversidades da vida. É uma cidade humana. Brasília é o resultado exclusivo da amizade entre dois homens (Lúcio e Oscar Niemeyer) e da existência de um verdadeiro mandatário (JK). Oscar é um homem que tem o sentido do espaço e da côr de primeira ordem. Cada decisão sua é um ato de vontade e de liberdade total." Por ocasião de sua visita, os arquitetos que o acompanhavam evitavam pedir-lhe qualquer impressão: deixaram-no à vontade. E aconteceu o que êles consideram "o maravilhoso": isto é, ao contrário do que se esperava de um homem tido como mal-humorado, que odeia declarar e de quem se esperava, quando muito, um silêncio de aprovação. Corbusier foi elogiando tudo que via, num verdadeiro deslumbramento de criança que encontra o presente de Natal sôbre o sapato. Frase invariável: "Muito bom, excelente." Até os chamados tabus

foram elogiados. Na verdade, os falsos entendidos condenavam a "desproporção" das colunas da Catedral; os longos corredores do "Brasília Palace Hotel"; os combongôs da fachada do mesmo hotel, entre outras coisas. Pois bem, sem que ninguém perguntasse, Corbusier, ao visitar a Catedral, elogiou em primeiro lugar a "proporção" das colunas; achou, "de cara", que a utilização dos combongôs foi uma "grande solução para o hotel, porque derrubou o academismo"; e elogiou os corredores do hotel!

Corbusier: *"Souvenir"* — Duas coisas impressionaram também ao arquiteto: *a*) o canto metálico de uma araponga que Oscar Niemeyer cria em sua casa (que êle achou "muitíssimo confortável"), a despeito das críticas; e *b*) uma pena de gavião. Em relação à araponga, perguntou a Oscar se êle "usava óleo de máquina para lubrificar a garganta do pássaro". A pena de gavião êle colocou em um livrinho, como "souvenir". De volta ao Rio (ontem), fêz um pedido, no aeroporto, ao gerente da companhia aérea: queria ser o primeiro a entrar no avião, para escolher um bom lugar de onde pudesse divisar a cidade, de bordo. Queria a paisagem... vista de cima!

(*Última Hora de* 27-12-62 — *Mauritonio Meira*: *"Brasília Informa"*).

ESPECULAÇÕES NO MUNDO DAS ARTES PLÁSTICAS EM TÔRNO DA OPINIÃO DE LE CORBUSIER SÔBRE BRASÍLIA

Como não poderia deixar de acontecer, a visita ao Brasil de Le Corbusier é o grande acontecimento dêste fim de ano no mundo das artes plásticas. O interêsse por tudo quanto diz e pensa o criador da arquitetura moderna está evidenciado nos contatos que tem êle tido com os artistas brasileiros.

A maior curiosidade no entanto é conhecer a sua opinião sôbre Brasília, onde Le Corbusier estêve, especìficamente para examinar o local e as condições do terreno onde será edificada a Embaixada de França. Na Nova Capital foi êle acompanhado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, que se prontificou a servir-lhe de cicerone, fornecendo detalhes do conjunto arquitetônico levantado no planalto goiano.

Le Corbusier e Niemeyer estiveram um dia inteiro em visita a Brasília, tendo o artista francês mostrado o maior interêsse por tudo quanto viu, em matéria de arquitetura e urbanismo.

As suas opiniões, no entanto, só Niemeyer delas teve conhecimento até agora, uma vez que o visitante se opõe sistemàticamente aos contatos com os jornalistas, aos quais acusa de deturpar as suas informações e opiniões. Todavia, é certo que diante da importância de Brasília para o futuro da arquitetura moderna, Le Corbusier, antes de deixar o Brasil, fará uma declaração escrita, que será distribuída aos jornais, dando as suas impressões destinadas ao público de todo o mundo. E' em tôrno dessa declaração que se fazem as mais variadas especulações e comentários entre os críticos de arte e os artistas plásticos em geral.

(*O Jornal — R. J.* 28-12-62 — *"Nomes e Fatos"*).

LE CORBUSIER NO BRASIL

A partir de amanhã, o Brasil hospedará Le Corbusier, uma das personalidades criadoras mais admiradas e discutidas e que deixa o crivo de sua passagem marcante nesta época de transformações. Arquiteto, urbanista, pintor, escultor e também reservadamente poeta, é, hoje em dia, aclamado em pé de igualdade com Gropius e Wright, sendo talvez o único a atingir os padrões de universalidade ambicionados pela renovação estética do nosso tempo. Pode figurar na galeria dos artistas de outras épocas, precursores também de formas arquitetônicas: Rafael, arquiteto; Miguel Ângelo, construtor de cúpulas, e Bramante, arquiteto.

O Brasil que, em grande parte de sua arquitetura, encontrou a sua mais vigorosa expressão cultural, deve bastante a essa excepcional figura que nos visitará, depois de uma ausência de cêrca de 26 anos.

As páginas do Correio da Manhã, divulgadoras, em 1925, do primeiro manifesto brasileiro em favor da arquitetura moderna, vêm, desde aquela data, até hoje, acompanhando o movimento com entusiasmo e, agora, iniciamos uma série de reportagens sôbre o assunto. Que o Brasil saiba receber e reconhecer Le Corbusier.

(*Correio da Manhã de* 21-12-62).

ARQUITETOS BRASILEIROS QUEREM VER APROVEITADO O PROJETO DE LE CORBUSIER PARA O SOVIET SUPREMO

Ainda a propósito da visita de Le Corbusier os arquitetos brasileiros (hoje reconhecidamente em posição de liderança) estão estudando a possibilidade de endereçar uma sugestão ao govêrno da União Soviética, no sentido de que seja reexaminado o problema da construção do Palácio do Soviet Supremo, em Moscou, com o aproveitamento do projeto do arquiteto francês, há mais de 30 anos em poder das autoridades do Kremlim, que, depois de recebê-lo, pura e simplesmente encostaram-no, sem maiores satisfações ao autor.

O pedido dos arquitetos brasileiros, se chegar a ser efetivado, se baseará em duas premissas: *a*) Le Corbusier, que havia sido colocado no "index", já hoje é admitido nas faculdades do mundo comunista; *b*) apesar de planejada há mais de 40 anos, até hoje não foi iniciada a construção do palácio.

(*O Jornal*, 29-12-62 — *"Nomes e Fatos"*).

PARA BRASÍLIA, LE CORBUSIER TRABALHARÁ DE GRAÇA...

Le Corbusier o consagrado arquiteto francês, mundialmente conhecido como o "Pai da Arquitetura Moderna" não apenas proferiu uma verdadeira glorificação da obra de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer. Durante a sua visita à capital do país comprometeu-se a projetar o Centro Cultural que se situará na plataforma dos ministérios entre a Catedral e a sede do Touring Club. Afirmou, de antemão, que a faria gratuitamente, como uma honra. O Centro Cultural reunirá várias atividades: Museu, Biblioteca, etc., e Le Corbusier regozijou-se com a possibilidade que tanto desejara na vida: A de criar um Museu do conhecimento.

Tido internacionalmente como um homem cheio de excentricidade, foi, durante tôda a visita, de grande cortesia e simplicidade: comeu, bebeu e conversou como qualquer mortal. Admirou sobretudo a praça dos Três Podêres como realização arquitetônica e urbanística e confessou que não pode compreender como se diga que Brasília é uma cidade desumana porque "foi planejada de uma maneira integral para o homem, como melhor não se poderia conceber". As falhas de realização (a W-3) pôs na conta de pormenores de uma cidade em criação da qual se deve falar pelo conjunto e não por detalhes menos felizes. Como decoração, nada lhe pareceu mais belo do que a parede dourada do Palácio da Alvorada, mas não gostou do lamentável Synteko que está maculando a beleza natural do piso de Jacarandá.

Em Brasília, para o govêrno da França, Le Corbusier projetará a sede da Embaixada e a Maison de France. Atualmente, com base em projeto brasileiro está sendo construída a sede da Aliança Cultural Francesa junto ao setor de ensino na W-4.

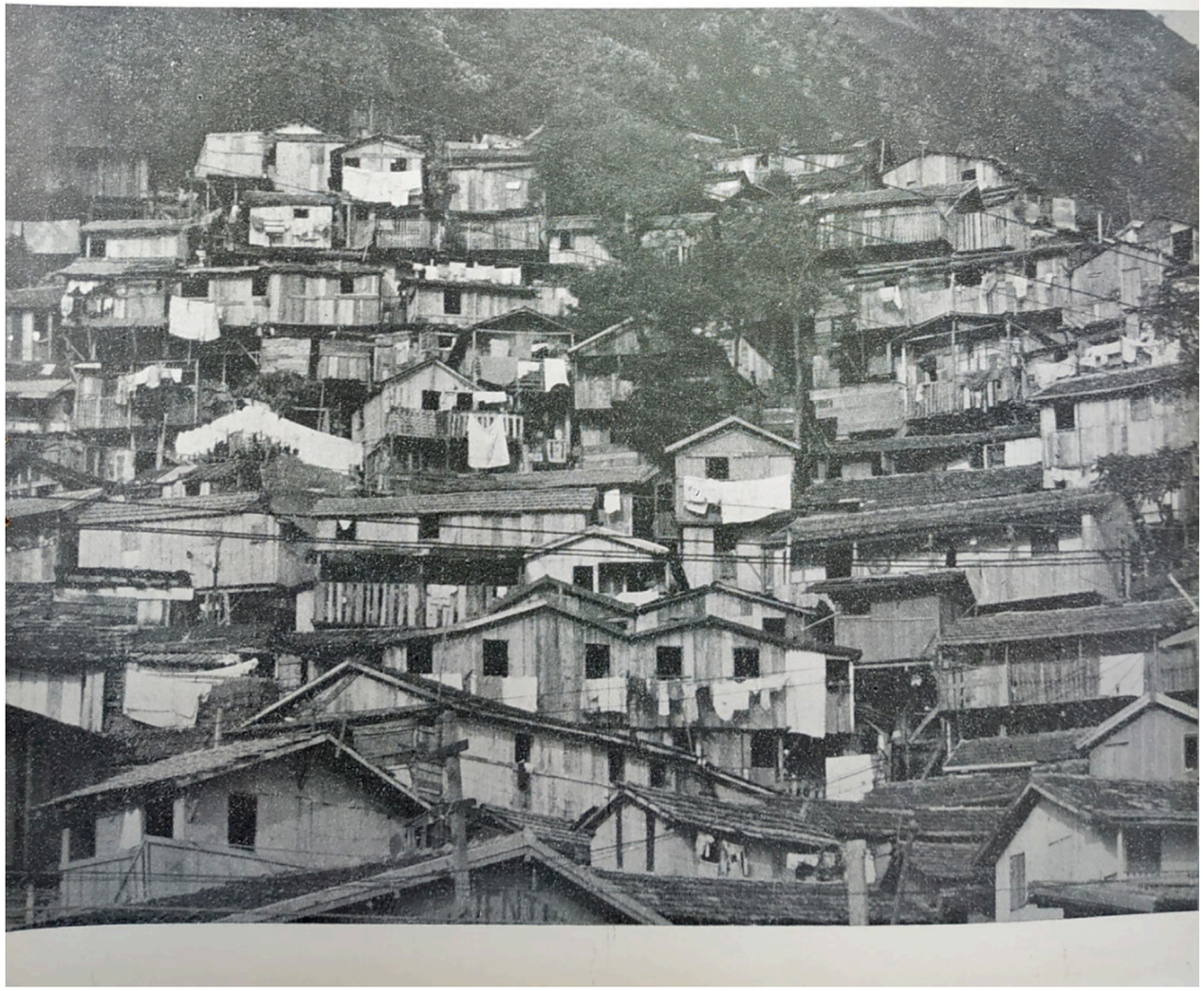
(*Diário de Notícias*, 28-12-62).



Favelas

José Arthur Rios

foto: flávio damm — image



Favelas

ARQUITETURA *prossegue publicando documentos relacionados ao problema brasileiro de habitação. O trabalho que hoje apresentamos é da autoria do professor José Arthur Rios, conhecido sociólogo e, até bem pouco tempo, coordenador dos Serviços Sociais do Estado da Guanabara.*

Êste trabalho foi publicado, originalmente, em "Aspectos da Geografia Carioca" edição da Associação de Geógrafos Brasileiros e do Conselho Nacional de Geografia que enfeixa uma série de destacados estudos sôbre o Rio.

O professor Arthur Rios, neste estudo, apresenta-nos a situação e as características do conjunto favelado do Rio de Janeiro, um dos maiores do país.

A razão de ser desta seção de nossa Revista é o de criar uma consciência do problema habitacional. Nenhum outro intuito — pessimista ou derrotista — nos anima. Pelo contrário, estamos de acôrdo com os que pensam ser, esta consciência, o primeiro e mais importante passo a ser dado no correto encaminhamento de soluções para a carência de moradias existente, hoje, no país.

Estas soluções não podem, evidentemente, ficar, sempre, prêsas a laços "sentimentalóides" ou de falso humanitarismo. A habitação condigna é um dos direitos básicos da pessoa humana e de capital importância na economia social da comunidade. Esta é, em princípio, a razão de não acreditarmos nos planos onde a questão da habitação fica relegada a um nível meramente assistencial. A nosso ver, tal problema só poderá ser resolvido mediante um equacionamento que considere o nosso atual estágio de desenvolvimento, as condições sociais geradas por um incremento populacional explosivo e os fenômenos de uma urbanização crescente e de industrialização acelerada.

A palavra "favela" parece ter sido trazida para o Rio de Janeiro após a guerra de Canudos. Na topografia de Canudos havia um monte com êsse nome, ao sul do povoado. O morro da Favela, de onde a denominação parece ter-se estendido a outros aglomerados humanos no Rio de Janeiro, foi habitado por tropas vindas da luta contra os fanáticos de Antônio Conselheiro. Aí construíram os barracos da primeira favela do Rio, para aí trouxeram o Cristo da devoção de Antônio Conselheiro, que, desde 1901, foi instalado na miúda capela do morro e tem sido até hoje guardado por devotas do morro.

O povo estendeu essa denominação a todo aglomerado de casebres, sem traçado nem arruamento, que começou a generalizar-se no Rio, à medida que a cidade crescia. Não é possível separar o fenômeno da favela do crescimento da cidade. Que o fenômeno é recente — tem menos de trinta anos — demonstra-o o fato de ter sido assinalado no recenseamento de 1920, que registrou a existência, no morro da Providência, de 839 domicílios e 6 casas de negócios. Outros, atualmente formigando de gente, contavam raras habitações. Na "Estatística Predial do Distrito Federal", de 1933, o crescimento da população nos morros não dava para impressionar. Concentrava-se principalmente entre o centro e a zona norte, no Salgueiro, no Providência, no São Carlos e refletia provàvelmente o deslocamento de mercados de trabalho. A partir de 1933, a favela começa a marcar a paisagem carioca.

Em 1920, o Rio de Janeiro tinha 1 200 000 habitantes. Em 1940, passava a 1 800 000. Em 1950, 2 400 000. Hoje terá, com as cidades-satélites, cêrca de 3 600 000 almas. Isto quer dizer que, em 30 anos, dobrou sua população. O crescimento de uma cidade não exige apenas um **hinterland** capaz de agüentar êsse crescimento: requer capacidade técnica que possa orientar êsse crescimento para formas humanas de convivência. Exige engenharia, urbanismo, administração. Exige também govêrno. A construção de uma metrópole não é apenas um fenômeno da natureza, mas uma criação consciente. A maneira como o Rio de Janeiro cresceu e as fôrças sociais econômicas que nortearam êsse crescimento teriam de conduzir necessàriamente a uma perdà de valôres humanos.

Em primeiro lugar, o fenômeno do crescimento urbano não é peculiar ao Rio de Janeiro. No país inteiro, a população urbana vem crescendo em ritmo acelerado. Parece que essa urbanização acompanha um processo generalizado em nosso tempo, no mundo inteiro, de transformação das estruturas econômicas que passam da fase primária e secundária para a fase terciária. Êsse processo econômico assume aspectos sociais na multiplicação das cidades e no crescimento das metrópoles tentaculares.

No Brasil, entretanto, reveste-se de características singulares. Não há dúvida que a população urbana vem crescendo. No censo de 1940, a população urbana era de 9 milhões, isto é 22% do total; no censo de 1950, já era de 13 milhões. Em 1940, a população suburbana era de três milhões e meio, isto é, 9% do total; em 1950 era de seis milhões, quase o dôbro. Em 1950, a população urbana representava 25% do total, a suburbana 11%, as duas somadas, 36% da população brasileira.

Mais expressivo, porém, que êsses dados gerais, é o fato de apenas duas cidades, o Rio de Janeiro e São Paulo, possuírem cêrca de 4 500 000 habitantes, quer dizer aproximadamente um têrço de tôda a população urbana do país. Êste fato, índice de gigantismo, assinala profundos desequilíbrios na distribuição demográfica. O Rio de Janeiro, entre 1940 e 1950, cresceu de 613 310 habitantes, isto é, de quase 35%. É preciso notar que o crescimento da população brasileira, nesse período foi de 26%. Enquanto o incremento anual do país por 1 000 habitantes foi de 24, o do Rio foi de 30. Analisado êsse crescimento pelos quadros urbano e suburbano, avulta ainda mais:

em 1940, a população urbana do Rio era de 800 000 habitantes: em 1950, 1 800 000. A população suburbana, no entanto, no mesmo período, caiu de 700 000 para 500 000, decréscimo que talvez encontre explicação nas mudanças de definição das áreas urbana e suburbana. De qualquer forma, a população urbana do Rio representa hoje 75% do total, a população suburbana, 22%.

A natalidade é insuficiente para explicar êsse crescimento. O índice de 25 por 1 000, bem inferior ao índice brasileiro de 43 por 1 000 e o decréscimo da mortalidade não explicam, por si sós, êsse crescimento. Resulta êle das migrações internas. Segundo o Prof. Fábio de Macedo Soares Guimarães, em conferência recente, êsse fenômeno é responsável pela contribuição de cêrca de 440 000 pessoas no aumento total de 625 000 ocorrido entre 1940 e 1950.

Não se pense, entretanto, que o fenômeno migratório se processa em maior volume entre o **hinterland** e as metrópoles brasileiras. Em estudo recente, Pompeu Acióli Borges demonstra que o volume das trocas é mais acentuado dentro das próprias regiões fisiográficas do que entre as diversas regiões. Somados os porcentuais de aumento da população nas principais cidades brasileiras, Rio, São Paulo, Recife, Salvador, Pôrto Alegre, Belo Horizonte, Fortaleza e Belém, entre 1940 e 1950, seriam 47%, enquanto no resto do país era apenas de 23%. A contribuição migratória nessas cidades foi superior a 70% atingindo o máximo em Recife onde chegou a 76%.

Essa verdadeira corrida para as cidades, que não aumenta apenas a população do Rio e São Paulo, embora nessas duas cidades apareça com magnitude ímpar, tem seu correlato na proliferação das favelas. O tipo de habitação que caracteriza a favela não é característico do Rio. Existe por tôda parte, no Brasil, revestindo certos traços locais de diferenciação. No Nordeste, é o mocambo contra o qual se desencadearam campanhas tão espetaculares e inúteis como as que se moveram no Rio de Janeiro. No Rio Grande do Sul, são as malocas que aparecem, não só em Pôrto Alegre, como nas cidades da fronteira.

O Prof. Laudelino Medeiros, que as estudou, assim descreve as vilas de malocas: "...Aos milhares disseminadas em quase todos os quadrantes da cidade, são construídas com tábuas novas e velhas ou restos de materiais (inclusive caixões) cobertos na grande maioria de telha francesa e piso de lama. A não ser naquelas faces de terreno limítrofes de ruas, essas 'vilas' são aglomerados irregulares, sem qualquer alinhamento." Essa descrição poderia aplicar-se a uma favela carioca, da qual no entanto, a maloca se extrema por outros característicos. Em meados de 1949, existiam doze dessas vilas e sua população era calculada pela Prefeitura de Pôrto Alegre em 15 000 almas.

Há um traço comum entre o mocambo, a maloca, a favela e tôdas as concentrações humanas que a elas se assemelham nas cidades brasileiras: é a miséria, é o baixo padrão de vida dessa população, sua dificuldade de acesso às camadas econômicas que constituem o núcleo mais típico dos aglomerados urbanos. E aqui é importante estabelecer uma distinção que tem sido habitualmente esquecida quando se compara o crescimento da população urbana em países desenvolvidos, como os Estados Unidos, ao mesmo fenômeno em países subdesenvolvidos, ou de vastas áreas subdesenvolvidas, como o Brasil. A preocupação ufanista influiu nessas análises levando seus autores a considerar o crescimento urbano, apreciado simplesmente nos seus quantitativos, como expressão de desenvolvimento.

Esquecem que comparam fenômenos heterogêneos. A migração entre o campo e a cidade, nos países desenvolvidos, leva para estas pessoas que representam o superavit humano dos campos. À medida que a agricultura atinge níveis técnicos mais elevados a máquina dispensa o esfôrço humano, liberando um número cada vez maior de indivíduos para outros tipos de atividade. Êsses indivíduos trazem para a cidade um acréscimo de valôres humanos, porque emigram de áreas onde a estabilidade social e econômica se refletiu num nível alto de saúde, alimentação, habitação, vestuário e instrução. Êsse tipo de migrante representa para as cidades uma parcela de riqueza, não apenas um "braço". Sua adaptação à vida ur-

foto: flávio damm — image



bana se processa sem conflito, porque cidade e campo, neste caso, possuem uma cultura comum.

Na situação brasileira, porém, a migração para as cidades é, antes de tudo, uma fuga à miséria. O fenômeno da desintegração do latifúndio brasileiro expulsa para as cidades o superavit da miséria, os braços que a terra, pela redução das glebas no minifúndio, ou pelo seu empobrecimento, não mais pode sustentar. Êsse migrante troca um tipo de sobrevivência de traços feudais, onde curte fome e não tem perspectiva nenhuma de acesso, por qualquer tipo de subserviência onde tenha assegurado o pão, para si e sua família. Êsse migrante, além de trazer consigo dons escassos de técnica, afeito que foi ùnicamente ao cabo da enxada, carreia para a cidade tôdas as deficiências sanitárias e educacionais do nosso meio rural, a verminose e o analfabetismo, o pé descalço e o banho de ervas, a superstição e o messianismo. Entre êle e o morador típico da cidade, existe a mesma distância cultural que já existia entre êle e o proprietário da terra onde trabalhava.

Note-se que a maioria da população favelada do Rio de Janeiro não é constituída, como muita gente pensa, de nordestinos, e sim de fluminenses e mineiros, isto é, de egressos de regiões onde o ciclo agrícola típico do latifúndio brasileiro alcança, com grande rapidez, suas últimas fases, de cultura nobre para a de mercado, desta para a de subsistência, daí para o pastoreio. É exatamente, em extensas regiões dêsses Estados, que a agricultura está cedendo lugar, não a formas mecanizadas, mas simplesmente à pecuária, forma de atividade rural que tem o efeito, nas condições em que é exercida entre nós, de rarefazer o povoamento, dispersar as populações, tornar escassas as cidades e acelerar o êxodo rural. Nessas circunstâncias, os centros industriais e, de modo geral, as cidades, polarizam, com maior intensidade, essas migrações.

É o fenômeno que está ocorrendo, por tôda parte, no Brasil e é, no caso do Rio de Janeiro, uma das dominantes na formação das favelas. A êsse processo, porém, somam-se outros, intrínsecos ao aglomerado urbano e que decorrem de sua integração num determinado sistema econômico. Em tôda cidade que participe do sistema econômico capitalista tendem a criar-se áreas de habitação comandadas, entre outros fatôres, pela desigualdade de valôres imobiliários. Essas zonas já foram exaustivamente estudadas pelos ecólogos e sociólogos urbanos norte-americanos e europeus. Elas resultam de uma confluência de fatôres econômicos e sociais, o valor do terreno coincidindo com a diferenciação social e econômica das populações urbanas. A pressão econômica e social parece exercer-se a partir de um centro de dominância, onde os valôres imobiliários são os mais altos. Nas modernas cidades-capitalistas há um crescimento para a periferia, há uma constante expulsão dos elementos menos favorecidos, para as zonas de terrenos menos caros, até que encontrem seu nicho próprio na grande colmeia urbana.

Dada a constância da ação dessas fôrças sociais e econômicas nas cidades que atravessam a fase do capitalismo industrial, tôdas apresentam características semelhantes: certa especialização de áreas e certa distribuição de população que assume profundas diferenças de nível e padrão de vida; zonas de especialização industrial e comercial; zonas de residência de classe alta e classe média; zonas proletárias e de desintegração. Quanto a estas últimas, começam incaracteristicamente, por pequenos nódulos de habitações pobres, depois, à medida que a cidade cresce em quantidade e complexidade, vão-se estendendo até atingir as proporções das **shacktowns** americanas, das **villes de taudis**, das favelas.

Aqui, dentro do mesmo sistema sócio-econômico, que assinala com as mesmas marcas, cidades colocadas em latitudes as mais diversas, temos inversamente peculiaridades locais que as transformam em fenômeno único. Na paisagem do Rio de Janeiro, por exemplo, é fácil identificar as zonas ecológicas que a sociologia já demarcou em outras coletividades urbanas. Apesar da topografia carioca, o crescimento da cidade ocorreu a partir do centro para a periferia. A diferenciação ecológica entre áreas privilegiadas e áreas de desintegração também aparece, nìtidamente, na cidade. Como ocorreu, e ainda ocorre, em outras cidades, os elementos menos favorecidos procuraram localizar-se em habitações mais baratas e ao mesmo tempo próximas do seu local de trabalho. Os primeiros **slums** do Rio de Janeiro foram os "cortiços" e as "cabeças-de-porco" do comêço do século, de que descendem, ainda hoje, em linha direta, as hospedarias.

O processo da capitalização da terra nas cidades, a partir do centro, inexorável aqui como alhures, não tardou, entretanto, a expulsar êsse tipo de habitação para a periferia econômica da cidade. Êsse fenômeno já é assinalado no censo de 1920, embora venha de muito antes. Bulhões de Carvalho, tendo de explicar a diminuição de habitantes nos distritos do centro comercial, atribuía-a à "grande valorização dos terrenos nessa parte da cidade, completamente transformada após a abertura da Avenida Rio Branco e o desaparecimento dos casebres e domicílios coletivos que ali existiam e eram habitados antigamente por numerosos indivíduos das classes proletárias".

Essa expulsão do proletariado urbano carioca para a periferia teria tomado a configuração que o mesmo movimento assume em outras cidades, na mesma fase de desenvolvimento, não fôssem dois fatôres que lhe imprimiram feição peculiar: um dêles foi a inexistência de rêde de transportes cuja expansão pudesse acompanhar, no mesmo ritmo, o crescimento urbano. O outro foi a existência de morros, no coração da cidade, que, nesse estágio da técnica, só poderiam ser povoados com grandes inversões de capital e equipamento.

Os números demonstram que a "urbanização" do centro, marcada pela demolição de prédios velhos, foi acompanhada de forte penetração para o subúrbio. As demolições que precederam a abertura da Avenida Central, como bem viu Bulhões de Carvalho, foram logo seguidas de grande aumento no movimento de trens de subúrbios da Estrada de Ferro Central do Brasil. O notável estatístico cita a cifra de 1 876 525 passageiros. A influência para a periferia continuou. Em 1890, a população suburbana e rural representava 48 400 almas: em 1906, eram 90 500. Em 1906, a área urbana do Rio representava a sétima parte do total: em 1950 era a quarta parte. A concentração demográfica no centro urbano, como bem observa no seu lúcido estudo Alberto Passos Guimarães, de quem tomamos êsses dados, é mais de menos de 300 quilômetros quadrados, houve entre 1906 e 1950, um crescimento de 1 200 000 habitantes, mais expressivo que o crescimento de 414 743 habitantes numa área de cêrca de 900 quilômetros quadrados, que tal é a extensão da zona suburbana e rural. "Enquanto a população da cidade, entre 1906 e 1950, se elevou de 283%, a população dos distritos periféricos cresceu de 326%".

Entre 1906 e 1920, logo após êsse primeiro movimento de concentração urbana, há um reflexo para a periferia. Passos Guimarães atribui êsse segundo movimento ao agravamento das condições de vida na cidade e, particularmente, às condições mais difíceis de habitabilidade nas zonas centrais em comparação com as existentes no interior. Essa disseminação do povoamento também se explicaria, segundo Bulhões de Carvalho, "graças à redução das distâncias, pelo aumento e maior facilidade dos meios de transporte do centro para os longínquos arrabaldes onde a vida é, em geral, menos cara e mais confortável".

Se 1906 representa um marco no crescimento da cidade e no desenvolvimento do subúrbio, 1930 é a data significativa na história das favelas.

Dessa data em diante, o transporte do centro para o subúrbio, não corresponde mais à idílica descrição de Bulhões de Carvalho, em 1920. O crescimento da cidade sofreu um aceleramento que não encontrou correspondência na ampliação da rêde de transportes. Basta ver que, após a inauguração dos trens elétricos, na Estrada de Ferro Central do Brasil, em julho de 1937, o número de passageiros nas linhas de pequeno percurso e nos subúrbios, aumentou, "apenas nos seis primeiros meses", de 3 948 857. Nem a qualidade, nem a quantidade do material rodante, tem acompanhado o crescimento em volume da massa humana transportada. Seguindo uma lei que parece presidir ao crescimento da grande metrópole brasileira, a cidade se expande, transbordando já dos limites do Estado da Guanabara e englobando núcleos do Estado do Rio de Janeiro, típicas cidades-satélites, como Duque de Caxias e Nova Iguaçu, que, em suas relações essenciais, passam a depender do Rio e não de sua metrópole política.

Nesse quadro, entra um fator da maior importância: o crescimento do Rio de Janeiro como mercado de trabalho. A cidade evoluiu de uma fase artesanal de trabalho para grande centro manufatureiro. Essa mudança determinou outra pressão brutal sôbre as condições de habitação. O artesanato se exerce no domicílio; a indústria exige a locomoção de grandes massas do local de residência para o local de trabalho. Hoje, o operário que reside em Nova Iguaçu e vem trabalhar no centro da cidade gasta duas horas para chegar ao trabalho, duas horas para voltar para casa. Perde, assim, quatro horas em transporte que não é apenas de um tipo. Tem de andar a pé, de microônibus, de trem, de bonde, mudando de veículo nessa viagem, onde enfrenta diàriamente grandes riscos de vida.

O desenvolvimento industrial produziu deslocamentos humanos que os censos registraram. As primeiras concentrações de indústrias na Gávea e em São Cristóvão, repercutiram nitidamente na distribuição demográfica. Mas foi, sem dúvida, a indústria de construções que desempenhou o papel mais importante nesse processo. Essa indústria absorve u'a mão-de-obra flutuante que não reside, nem pode residir, nas proximidades do trabalho. O desenvolvimento imobiliário de Copacabana e da zona sul atraiu de tôda parte e do interior grande massa de trabalhadores.

Todos êsses fatôres, no entanto, teriam sido fàcilmente controlados não fôsse a crise financeira permanente caracterizada pelo processo inflacionário e o contínuo descompasso entre o poder aquisitivo da moeda e a elevação do custo de vida. A gangorra salários-preços funcionou incessantemente contra o carioca. Houve uma valorização dos imóveis que chegaram a concorrer com a indústria como forma de investimento, dada a instabilidade da moeda. O custo da construção também se elevou, dificultando a um número cada vez maior de pessoas o acesso à casa própria. Os inquéritos de salário mínimo têm demonstrado que Cr$ 200,00 é a cota média normal representando 20% dos salários, que se destinam a aluguéis. Ora, cêrca de 50% da população remunerada do Estado da Guanabara se enquadram em classes de salários inferiores a Cr$ 1 000,00. Assim, a soma de Cr$ 200,00 corresponderia à taxa usual de 1% sôbre o aluguel de um imóvel no valor de Cr$ 20 000,00. Essa importância é de todo insuficiente para a aquisição de uma casa de alvenaria com 30 metros quadrados, espaço mínimo para uma família de cinco pessoas. "Mas ainda que isso fôsse possível, acentua Passos Guimarães, de quem tomamos as



cifras, haveria de sê-lo em terrenos menos valorizados, sòmente disponíveis nas áreas periféricas grandemente afastadas; e aí o problema do transporte módico e rápido teria também de ser resolvido. Tendo-se presente o custo de alguns edifícios de apartamentos, — na base de.... Cr$ 2 500,00 a Cr$ 3 500,00 o metro quadrado, — verifica-se que êsse tipo de habitação, vantajosa quanto à economia de terreno, distancia-se ainda mais das possibilidades da população".

As estatísticas mais recentes de custo de vida só têm a confirmar o agravamento do problema. Os índices tomando por base 1948 = 100, sofreram, no Rio de Janeiro, em 1956, uma elevação geral de 400. O custo da habitação, particularmente, elevou-se para 942; o transporte para 289; a luz e o combustível para 208.

Nesse conjunto de fatôres, todos os elementos da valorização imobiliária, o custo da construção em material e mão-de-obra, o valor dos terrenos, e o preço dos aluguéis, somados à dificuldade dos transportes, vieram agravar a crise predial que, em grande parte, explica a formação das favelas. A comparação entre os "habite-se" concedidos pela Prefeitura, entre 1945 e 1949, e o número de casamentos, é um índice, embora insatisfatório, dessa crise. Em 1949, o deficit era de 5 000. Entre 1945 e 1949, o deficit teria sido de 27 542.

Justifica-se dessa maneira o aparecimento de moradias rústicas nos morros a partir de 1933, época em que foi realizado um censo predial no antigo Distrito Federal. Acompanhando o crescimento numérico dêsse tipo de moradia nos morros do centro da cidade que a Municipalidade esqueceu como possibilidades urbanísticas, verifica-se que as datas são 1933 e 1941. As 57 889 habitações rústicas encontradas pelo censo de 1933, no Distrito Federal, distribuíam-se principalmente pelos distritos periféricos. Sòmente parte insignificante localizava-se nos morros. Em 1949, o levantamento do Serviço Nacional de Febre Amarela contava 65 317 casebres. Em 7 anos, surgiram 7 428 casebres, ou seja, 1 060 por ano. No entanto, ao repetir seu inquérito em 1949, o mesmo Serviço encontrou 89 635 casebres, mais 24 318 que no inquérito anterior. A taxa anual de crescimento dos barracos fôra, portanto, de 2 702 casebres.

A análise dos dados estatísticos permite uma visão geral do problema. Até 1933, surgem barracos nos morros da Providência, Salgueiro, Arrelia, Cantagalo e Babilônia. As favelas começam a se multiplicar entre o centro e a zona norte. Os novos fatôres que surgem depois de 1930 e, com maior intensidade, depois de 1941, a inflação, a especulação imobiliária e a valorização dos imóveis, vão disseminá-las pràticamente por tôda a cidade. Essas fôrças econômicas tenderiam a disseminar as massas proletárias na periferia urbana; mas a crise do transporte fêz com que buscassem abrigo no próprio centro urbano, nas zonas ainda não urbanizadas, no alto dos morros e nos terrenos baldios determinando as aglomerações de barracos.

Mas êsses fatôres não representam a explicação definitiva para o fenômeno das favelas. Não teriam atingido tal extensão, — verdadeiras vilas dentro da cidade — se não respondessem a condições normais de vida de grande parte de nossa população. O barraco que nos parece a quintessência do desconfôrto nada mais é que a habitação costumeira de maioria das nossas populações rurais. As estatísticas dos censos prediais revelam que as habitações construídas de outros materiais que não a madeira ou a alvenaria, portanto de qualidade inferior, representam mais de 50% das moradias recenseadas. Assim, entre os barracos das favelas, as malocas e os mocambos e a habitação dos trabalhadores rurais não há grandes diferenças. Filiam-se todos, socialmente, à senzala do tempo da escravidão. O típico, na favela, não é o barraco, mas o agrupamento desordenado das habitações e, principalmente, o contraste entre êsses aglomerados e a regularidade do traçado urbano.

A favela não subsistiria se não houvesse uma constante migração para a cidade de massas subdesenvolvidas. A favela é a repercussão urbana do subdesenvolvimento brasileiro. É a presença no aglomerado urbano, contrastando com seus padrões de confôrto e civilização, de indivíduos subnutridos, ignorantes e socialmente desajustados. Subscrevemos, assim, inteiramente a conclusão a que chegou Passos Guimarães em seu trabalho: "Como é óbvio, não são as favelas que produzem os baixos padrões de remuneração, de instrução, de higiene de seus habitantes, mas, justamente, pelo contrário, são os baixos padrões de remuneração, de instrução e de higiene existentes em nosso país que geram as favelas".

Representam uma cunha subdesenvolvida no civilizadíssimo meio urbano. Para estudar-lhes a vida e interpretar as atitudes e reações de seus moradores, tivemos, muitas vêzes, de lançar mão de um conceito formulado por Emílio Willems ao estudar populações de nosso interior. A "cultura cabocla" em que o antropólogo sintetizou características psicológicas e sociais do homem rural brasileiro persiste e emerge em diversos aspectos do comportamento do favelado. Ao estudar seu comportamento sanitário, escolar, religioso, encontramos formas de conduta que permanecem intactas em nosso meio rural, nas zonas principais de migração dos favelados.

Como todo fato social, entretanto, a favela é uma resultante e, ao mesmo tempo, um poderoso condicionador. Em 1950, o censo contou 170 000 favelados, distribuídos em 58 favelas. O censo da Prefeitura, realizado dois anos antes, havia chegado a cifras mais pessimistas: 105 favelas e 280 000 habitantes. As estimativas recentes mencionam 600 000 favelados, cifra cuja fidelidade é difícil apurar. No entanto, os inquéritos parciais realizados em certas favelas por diversas entidades confirmam um fato: o crescimento de sua população num ritmo mais acelerado que o do próprio agregado urbano. O Dr. Augusto Duprat, autoridade em habitação, afirmava, há poucos dias, em entrevista num vespertino carioca, que o número de moradores de hospedarias, cabeças-de-porco e favelas totalizava cêrca de um milhão. Quase um têrço, portanto, da população da cidade do Rio de Janeiro.

Dado o elevado número de crianças e adolescentes que vivem nas favelas, êsse fato assume a maior gravidade numa perspectiva de 20 ou 30 anos. A favela condiciona as atitudes, as emoções de um número cada vez maior de pessoas, chamadas a integrar a população de uma metrópole em época de rápidas mudanças tecnológicas e de profundas reivindicações sociais. Êsses são os dados fundamentais que o administrador e o político terão de levar em conta quando empreenderem a solução do problema. Jamais logrará solução local. A favela é inseparável de certo tipo de estrutura sócio-econômica, que comanda as relações de trabalho nos campos. Enquanto se permitir o latifúndio e o minifúndio em extensas regiões brasileiras, as fontes abastecedoras da miséria nacional e do subdesenvolvimento não serão estancadas. É um fenômeno de proletarização que começa no campo e chega a sua conclusão lógica nas cidades. Estas, ao invés de se beneficiarem com o superavit humano das zonas rurais recebem a sobrecarga da miséria. Transformam-se em vastas hospedarias para êsses migrantes que as procuram na esperança de uma vida melhor. A favela surgiu em função dessa esperança. Por isso só podem desaparecer se o poder aquisitivo dessas populações fôr aumentado e se o govêrno encarar como sua principal tarefa o que vem sendo a meta real dos governos do ocidente e do oriente: a supressão do proletariado rural e urbano.

Arquitetura e Desenvolvimento

Maurício Vinhas de Queiroz

artigo publicado originalmente na Revista do Instituto de Ciências Sociais — vol. I. n.º I.

A arquitetura brasileira dos últimos tempos — cujo caráter espetacular tanto se revela no caótico bairro de Copacabana como no planejamento aparentemente rígido de Brasília — pode ser explicada em função do desenvolvimento nacional, que não é um processo simples nem linear, mas complexo e contraditório, e que não deve ser entendido apenas em têrmos econômicos, pôsto que opera também, com ímpeto maior ou menor, em tôdas as esferas sociais e culturais. Mais sugestivo, porém, do que explicar a arquitetura moderna brasileira, talvez seja tomá-la tal como ela se nos apresenta, e através da criatura procurar entender o criador, isto é, através da análise das características paradoxais e do significado sociológico dessa mesma arquitetura, tentar abordar — por um ângulo inesperado — o estudo das peculiaridades do nosso original processo de desenvolvimento, definindo melhor o seu tipo específico e, inclusive, procurando avaliar o nível já alcançado e as perspectivas que apresenta.

Não pretendemos esgotar o assunto nem sequer esboçar de maneira precisa e eficaz todos os aspectos do problema. Isto pressuporia uma série de pesquisas em terrenos pràticamente inexplorados, e a existência de dados disponíveis e exatos a propósito de alguns assuntos sôbre os quais só contamos, até agora, informações mais ou menos vagas. Em todo caso, valerão estas linhas, quando muito, para indicar as possibilidades de um procedimento metodológico. Tudo que afirmamos terá tão-sòmente o caráter de hipóteses ou conclusões provisórias; mas, de qualquer modo, acreditamos que essa forma de abordagem e a discussão dêsses problemas poderá ser útil aos cientistas sociais que buscam aferir as regularidades que porventura se apresentam no processo atual de mudança da sociedade brasileira.

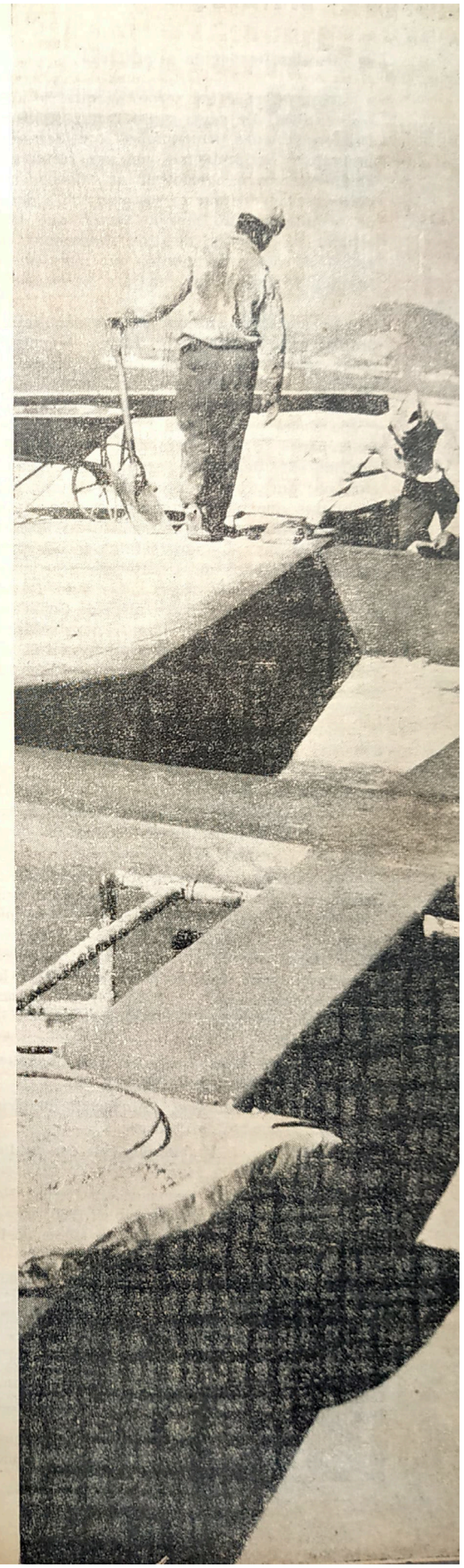


foto: fernando abreu — iab

1. **Os significados da arquitetura.**

Arquitetura é um têrmo ao qual se atribuem diferentes sentidos. De certo modo inclui também o urbanismo. Deliberadamente principiamos a utilizá-lo, na formulação preliminar do problema, em sua plena riqueza etimológica: visamos a considerar as relações mútuas entre os vários fenômenos que se colocam sob a denominação geral de arquitetura, ao mesmo tempo que temos em mente estudar as ligações de tais fenômenos com o processo global do desenvolvimento, que por sua vez apresenta ângulos diversos — no tempo e no espaço.

De um lado, entende-se por arquitetura a atividade profissional, técnica ou artística, daqueles que projetam casas, edifícios e cidades: neste sentido podemos dizer que existe entre nós, no Brasil, uma arquitetura de vanguarda, praticada por uma elite intelectual de arquitetos, grupo social êste que adiante consideraremos mais detalhadamente, e um outro tipo bastante distinto, que a referida elite denomina "arquitetura de carregação", exercida por um grupo muito maior de engenheiros civis, de arquitetos que não pertencem à elite, de simples projetistas, desenhistas, etc. Enquanto que à elite se deve não só Brasília mas a quase totalidade dos prédios que aparecem nos álbuns de arquitetura brasileira e nas exposições internacionais organizadas pelo Itamarati, os chamados "leigos" são autores, além de Copacabana, da maior parte das plantas efetivamente construídas fora da nova capital: calcula-se que dêles provieram 95% das obras levantadas em todo o País durante a febre imobiliária de nossos dias. (1)

Mas arquitetura não significa apenas a atividade profissional dos arquitetos, pertençam à elite ou ao grosso dos projetistas. Nomeia também a obra concluída, o conjunto de prédios edificados em determinada época e lugar, o seu estilo próprio e inconfundível. Assim, em têrmos de valor, há quem fale de uma boa ou má arquitetura, embora neste caso ninguém se refira apenas ao trabalho de planificação do arquiteto, mas principalmente ao resultado final. Assim também nos reportamos a uma arquitetura gótica, a uma arquitetura colonial brasileira e a uma arquitetura moderna (que compreende, aliás, diversas escolas e tendências, muitas vêzes até antagônicas, como a plasticista, a brutalista, a racionalista, a organicista, etc.). Pode-se a rigor dizer que existe uma arquitetura moderna brasileira? Será que há mesmo, de fato, uma escola ou uma tendência brasileira em arquitetura moderna? Adiante procuraremos discutir melhor a questão.

Importa desde já observar que nas últimas décadas, entre nós, grande parte dos prédios tem sido edificada por firmas relativamente poderosas de construção civil. Ao lado do arquiteto, da arquitetura como profissão, é forçoso nunca pôr de lado, ao avaliar Copacabana, São Paulo, Brasília ou Recife, o papel da indústria de construção. Ambas as esferas se relacionam e complementam na vida prática, mas existem fortes conflitos latentes: se bem os arquitetos reivindiquem todo o êxito eventual da moderna arquitetura brasileira, os erros de construção — que mais de uma vez levaram à queda de edifícios inteiros, mas geralmente se expressam de modo menos trágico — são atribuídos às firmas construtoras ou aos "especuladores de imóveis" (freqüentemente organizados em companhias incorporadoras). Não há talvez um só arquiteto, na elite ou fora dela, que se julgue de todo responsável pela obra concluída: no mínimo, considerará que teve de ceder ao "desejo dos clientes" ou às "imposições da época", quando não se desinteressou totalmente da planta ao entregá-la ao construtor. Na exata medida em que tudo isso é verdade, também é fato que a moderna arquitetura brasileira, em Brasília, em Copacabana e por tôda parte, é tanto a expressão do gênio ou da capacidade de arquitetos famosos e desconhecidos, como também o reflexo, em concreto armado, do gôsto e dos interêsses muitas vêzes díspares de uma classe social determinada: aquela que encomenda e paga.

Seja como fôr, a arte ou a técnica da arquitetura brasileira é hoje reconhecida, quase universalmente, como possuidora de um caráter próprio e de uma qualidade que a situa, sob certos aspectos, entre as mais avançadas de nosso tempo. É certo que muitas conquistas e inovações da arquitetura de outros países são aqui redefinidas, dentro do nôvo contexto cultural, de uma forma que pareceria estranha a seus criadores: a técnica do módulo, desenvolvida para permitir a maior funcionalidade dos prédios e também padronizar determinados aspectos das construções, deixando larga margem para o aproveitamento de materiais pré-fabricados, aqui só é utilizada, quando o é, a fim de conseguir efeitos estéticos graças ao simultâneo apêlo a outras antiqüíssimas técnicas como a "regra de ouro". Os pilotis, inventados há muito para possibilitar a formação de jardins e a livre circulação por baixo dos edifícios, aqui servem de divisões para lojas ou se prestam a um puro emprêgo ostensivamente decorativo. Mas todos êsses detalhes, e mais uma extensa massa de inovações próprias, se organizam de certo modo dentro de determinados padrões que sem dúvida expressam aspectos do caráter nacional contemporâneo. Os arquitetos "leigos" copiam soluções dos arquitetos de elite, e êstes muitas vêzes se baseiam na experiência daqueles. Não deixa de existir por tôda parte, nas obras projetadas pelos mais diferentes grupos e pelas cliques mais hostis, um certo ar de família. Tôdas são executadas por idênticas emprêsas construtoras. Neste sentido, e só neste, é que se pode admitir a existência de uma arquitetura moderna brasileira.

Essa arquitetura se desenvolve num país onde ocorre uma das maiores explosões demográficas de nosso tempo, onde o deficit habitacional é percentualmente um dos maiores do mundo e tende talvez a aumentar, mas onde também se verifica um dos maiores "booms" imobiliários da atualidade (2). São Paulo é a cidade onde mais se constrói, e há muitos anos vem detendo êste recorde mundial (3). E como lembra um famoso arquiteto brasileiro: "O bairro de Copacabana, no Rio de Janeiro, com cêrca de 400 mil habitantes, foi o único grupamento urbano do mundo que, sem guerra, sem terremoto ou outro cataclisma qualquer, foi, em menos de 40 anos, construído totalmente duas vêzes." (4)

Mas não é apenas a febre imobiliária, a desenfreada especulação, que oferece terreno para a aventura arquitetônica brasileira. Destaca-se, desde o Estado Nôvo, a preocupação governamental de afirmar-se perante o povo, de acrescer a legitimação dos podêres públicos através de obras suntuárias: desde o pioneiro edifício do Ministério da Educação à cidade de Brasília, um longo caminho foi assim percorrido. E os resultados também aí estão. Brasília, o exemplo mais dramático de nossa arquitetura de elite, "constituirá por muito tempo — no dizer do especialista britânico J. M. Richards — um centro de peregrinação para os arquitetos de todo mundo". (5)

2. **A arquitetura como produto do desenvolvimento.**

A partir da Proclamação da República, podemos precisar três surtos de construção civil no País, diversos entre si quanto aos fenômenos sociais a que se correlacionam, quanto ao volume e o aspecto das obras, e os problemas técnicos e culturais nêles envolvidos: a) de 1889 a 1910, aproximadamente; b) 1915-1929, e c) 1939...

A — O surto inicial a que nos referimos se relaciona, indiscutìvelmente, com o impulso adquirido pelo processo de modernização e a urbanização posteriores ao 13 de Maio e à instituição do nôvo sistema de govêrno. Processou-se Canudos, pela maior concessão de estradas de ferro e serviços públicos a capitais inglêses e americanos, pelo nôvo aumento da exportação do café, da borracha e outros produtos primários não mais produzidos pelo braço escravo, e, também, pelos tímidos ensaios de industrialização que se fizeram no Brasil anos após o fracasso de Mauá; foi também o momento das primeiras greves operárias registradas depois da "greve dos tipógrafos" de 1848. Êste surto se prolongou até os fins da primeira década do século XX, ou seja, até quando o café conheceu a crise de que as classes dominantes buscaram salvar-se inaugurando no Convênio de Taubaté a política de valorização, e, no Extremo Norte, até o instante em que a borracha encerrou para sempre a sua fase áurea e deixou estagnadas, por longo tempo, no meio da selva, Manaus e Belém.

Quanto ao caráter das novas edificações, o período se distingue pela competição cada vez mais aguda entre o antigo mestre-de-obra de origem lusitana, que faz um esfôrço para adaptar-se aos novos tempos, e os arquitetos estrangeiros ou nacionais, embebidos de rudimentos da cultura francesa, britânica ou italiana. "Fiéis à boa tradição portuguêsa de não mentir — observa Lúcio Costa a propósito dos mestres-de-obra — êles vinham aplicando, naturalmente, às suas construções meio feiosas, tôdas as novas possibilidades da técnica moderna, como, além das fachadas quase completamente abertas, as colunas finíssimas de ferro, os pisos de varanda armados com duplo T e abobadilhas, as escadas também de ferro, sôltas e bem lançadas — ora direitas, ora curvas em S, outras vêzes em caracol e, ainda, várias outras características, além da procura, não intencional, de um equilíbrio plástico deferente." (6)

A fim de ilustrar a intensa atividade arquitetônica da época, basta lembrar que num concurso aberto em 1903 no Rio de Janeiro — justamente quando o Prefeito Passos procedia à reforma urbana, derrubando quarteirões inteiros, rasgando largas ruas e promovendo o saneamento —, inscreveram-se para que fôsse escolhido o melhor traçado de fachadas destinadas à Avenida Central (depois Avenida Rio Branco), nada menos que 138 candidatos, e isto embora não tivesse a prova nenhum sentido prático, pois nem o govêrno e muito menos os particulares se obrigavam a seguir os desenhos premiados. Assim se referiu ao acontecimento um observador contemporâneo: "Foi uma parada em revista dos arquitetos que entre nós se encontram, êste concurso. No estreito prazo concedido foi grande a soma de trabalhos apresentados, e é de notar a multidão de projetos demonstrando a fecunda imaginação dos artistas nacionais e dos estranhos que colaboram conosco no progresso moral e material do País" (7). Dado que sirva tal fato para exemplificar quanto era febril a atividade dos projetistas, indica também que já estavam ameaçados os antigos padrões de projetar e construir; a ruptura completa vai dar-se no próximo período, quando desaparecerá de cena o mestre-de-obra.

B — O segundo surto de construção civil verificou-se entre a I Guerra Mundial e a crise de 1929. Acelera-se o processo de modernização, toma impulso a incipiente indústria nacional, que só fabrica, porém, alguns poucos bens de consumo; o que mais caracteriza o período é o grande e nôvo "rush" do Café. Sob êste fundamento, inaugura-se a fase que Monteiro Lobato intitularia o "carnaval arquitetônico". "A arquitetura — nota Fernando de Azevedo — sofre então influências múltiplas, inaugura-se a época da cópia servil dos estilos exóticos e dos motivos históricos; e nas soberbas avenidas que se rasgaram — Rio Branco e Beira-Mar no Rio de Janeiro —, estadeiam, como um jôgo internacional de disparates, o clássico, a ogiva, o arco mourisco, numa variedade pitoresca de construções bizarras, nos mais variados estilos" (8). O mesmo acontecia em São Paulo. "Bom projetista — lembra Rino Levi — era aquêle que soubesse imitar os estilos em voga". (9). Porém ali o "carnaval" adquire — quando não no estilo, pelo menos nos procedimentos de construção — um colorido em geral mais italiano que cosmopolita: "Repete-se a platibanda, que dissimula o telhado, as pilastras coríntticas, o indefectível triângulo sôbre as janelas, o "stucco", a côr da caiação e a das venezianas." (10)

---

(1) *Graeff, Edgard*, "Inquérito Nacional de Arquitetura — 2", IAB-Guanabara, revista mensal do Instituto dos Arquitetos do Brasil, n.º 3, outubro de 1961, pág. 25.

(2) Alguns arquitetos possuem consciência dêsse fenômeno contraditório que para êles constitui motivo de tensão. "O Brasil é um dos países que mais tem descurado o problema da habitação, — afirma, "verbi gratia", um arquiteto de nomeada. Tem, pode-se mesmo dizer, ignorado a sua existência. Pouquíssimas tem sido as realizações nesse setor, ao passo que o deficit habitacional aumenta assustadoramente"... *Reidy, Affonso Eduardo*, "Inquérito Nacional de Arquitetura", IAB-Guanabara, n.º 1, setembro de 1961, pág. 19.

(3) *Bastide, Roger*, Brasil, Terra de Contrastes, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1959, pág. 131.

(4) *Roberto, Maurício*, "Arquitetura Brasileira", IAB-Guanabara, n.º 2, outubro de 1961, pág. 23.

(5) *Richards, J. M.*, "Brasília vista por um Inglês", Módulo, Vol. III, n.º 14, Rio de Janeiro, agôsto de 1959, pág. 4.

(6) *Costa, Lúcio*, "Documentação (ainda) Necessária", SR, Ano 2, n.º 13, Rio de Janeiro, março de 1960, pág. 62. (É a transcrição de um artigo publicado antes na revista do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional).

(7) *A. T. F.*, "Fachada de Concurso", O Commentário, Série II, n.º 1, Rio de Janeiro, maio de 1904, págs. 41-42.

(8) *Azevedo, Fernando de*, "A Cultura Brasileira", Companhia Editôra Nacional, São Paulo, 1944, pág. 274.

(9) *Levi, Rino*, "Oração aos Formandos da Faculdade de Arquitetura do R. G. S. — 1958", Depoimentos — 1, Edição do Grêmio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 1960, pág. 100.

(10) *Prado, Yan de Almeida*, "Apontamentos para uma História da Arquitetura em São Paulo", Depoimentos — 1, Cit., pág. 20.



É possível que essa confusão arquitetônica representasse no cimento e no tijolo a idêntica desorientação e falta de sentido e profundidade que se observava em outras esferas da cultura brasileira: — é um dos períodos mais pobres e menos originais de nossa literatura, sacudida apenas pela Semana da Arte Moderna, por sua vez bastante confusa e pouco produtiva — os seus frutos verdadeiros só amadureceram depois de 30. De qualquer modo, segundo a aguda análise de Fernando de Azevedo, "foi antes um obstáculo do que um fator de progresso da arquitetura o ritmo acelerado em que se processou o desenvolvimento dos centros urbanos" (11). Noutras palavras, poder-se-ia dizer que se produzira um hiato entre o avanço material expresso na atividade vertiginosa de construção e o estado da arquitetura como arte ou como técnica.

Lúcio Costa, que iniciou no período a sua atividade de arquiteto, aponta como causa imediata do fenômeno a conjugação do que êle chama o "mau ensino" da arquitetura, puramente formalista, com o despreparo intelectual e estético das camadas possuidoras, as quais não resistiram ao primeiro impacto, altamente sugestionador, do cinema: "do encontro dêsses dois indivíduos — o proprietário, saído do cinema a sonhar com a casa vista em tal fita, e o arquiteto, saído da escola a sonhar com a ocasião de mostrar as suas habilidades, — o resultado não se fêz esperar: em dois tempos transferiram da tela para a rua da cidade — desfigurados, pois haviam de fazer "barato" — o bangalô, a casa espanhola americanizada e o castelinho." (12)

O hiato entre a prática e a técnica, as necessidades materiais e a ciência que podia atendê-las, foi sentido como um problema por algumas personalidades da época. Uma tentativa de preenchê-lo realizou-se aproximadamente ao mesmo tempo em que na literatura irrompia o modernismo: tal nos parece o sentido do que houve de mais positivo no chamado Movimento Tradicionalista, que pregava o retôrno às soluções da arquitetura colonial portuguêsa. Entretanto, essa tendência — além do ranço saudosista — era, por um lado, bastante formalista, uma vez que procurava acima de tudo resguardar o aspecto das obras, e, por outro lado, buscava proporcionar prestígio e conteúdo ideológico às firmas portuguêsas de construção, estabelecidas principalmente em São Paulo, na sua concorrência com as emprêsas italianas e outras; em resumo, não voava muito alto (13). Talvez possamos atribuir significado maior no esfôrço para resolver o mesmo problema a uma outra tentativa que se fêz em sentido diametralmente oposto, — esta partiu de Roberto Simonsen, o futuro fundador da Escola Livre de Sociologia e Política e então diretor da Companhia Construtora de Santos, que facilitou a vinda para o Brasil dos arquitetos modernos Warchavichic e Rino Levi (14). A casa de Warchavichic, edificada ostensivamente em estilo "modernista" (ou "futurista", como então se preferia dizer), causou época (15). Mas nem o Movimento Tradicionalista, nem estas primeiras experiências de uma arquitetura totalmente nova, produziram resultados concretos e imediatos. Logo estourou o "crack" de 1929, depois a revolução de 1930, em seguida o conflito de 1932, e os trabalhos de construção civil caíram pràticamente a zero.

C — A terceira febre de construção civil irrompeu no Brasil ao passo que no mundo se desencadeava a última Guerra Mundial. Ainda em 1938, apenas 5,83% do operariado nacional trabalhava na indústria da construção. Em 1939, esta percentagem elevou-se para 14,79%. A construção passou do sexto para o segundo lugar entre as maiores indústrias nacionais. Sòmente os operários de olarias e cerâmicas, que somavam 39,148 em 1938, atingiram o número de 55,607 no ano posterior (16). A despeito de algumas depressões temporárias, o surto vem durando até os nossos dias. O grande eixo é desta vez São Paulo seguido do Rio de Janeiro, Pôrto Alegre, Belo Horizonte, Recife e outras capitais, inclusive Brasília. Mas não se limita aos centros administrativos dos Estados; numerosas cidades literalmente brotaram do nada durante o período, ou foram totalmente remodeladas.

Esta febre encontrou raízes no que se convencionou chamar desenvolvimento nacional, e parece que reflete de uma forma ou de outra — conforme já sugerimos — o tipo e o nível alcançado por êsse processo. Encontra-se, fora de dúvida, correlacionado à industrialização. Porém, um motivo para o relêvo quase monstruoso que as atividades de construção civil adquirem em alguns anos e certas regiões pode ser encontrado menos no ritmo acelerado do processo de industrialização, do que na relativa insuficiência dêsse ritmo: capitais acumulados na lavoura, no comércio e até na própria indústria, para não falar nos conhecidos "negócios de guerra", etc., aplicam-se em vultosas transações imobiliárias ao invés de dirigir-se ao mercado limitado dos investimentos industriais privados. O ritmo da construção acha-se também, igualmente sem dúvida, correlacionado ao processo inflacionário que acompanha e tem caracterizado o desenvolvimento brasileiro. No entanto, conforme demonstraremos adiante, esta correlação esta longe de ser tão estreita quanto parece à primeira vista. Por outro lado, importa considerar que os mesmos fatôres sincrônicos à rápida urbanização e que condicionam o erguimento de grandes edifícios e cidades inteiras, condicionam também, ao mesmo tempo, o exato oposto desta febre de edificações modernas: só no Rio de Janeiro, quase um têrço da população vive nas favelas; nos bairros mais pobres de São Paulo as condições de existência — expostas no romance de uma favelada — chegaram a comover parte da opinião nacional; talvez 400 mil dos habitantes de Recife moram nos mocambos, e, ao lado dos palácios de Brasília, eternizam-se e aumentam os acampamentos da candangolância.

(11) *Azevedo, Fernando de*, op, cit., pág. 273.

(12) *Costa, Lúcio*, op. cit., pág. 273.

(13) Dados importantíssimos para a interpretação do Movimento Tradicionalista encontram-se em *Neves, J. M. da Silva*, "Mestres da Arquitetura Neo-Clássica, do Estilo Colonial e da Arquitetura Tradicional Brasileira" Depoimentos — 1, cit., págs. 26-30.

(14) *Saia, Luiz*, "Arquitetura Paulista", Depoimento — 1, cit., pág. 115.

(15) *Andrade, Mário de*, "Brasil Builds" Depoimento — 1, cit., pág. 115.

(16) Ministério das Relações Exteriores, Brasil 1940-41, Rio de Janeiro, 1941.

(17) Cf. "Quadro do consumo aparente, produção e importação de Cimento Portland no Brasil, 1926/1960", *Serviço Estatístico do SNIC*, Revista do Sindicato Nacional da Indústria do Cimento, Ano VIII, n.º 90, Rio de Janeiro, abril de 1961, pág. 54.

(18) *Morgner, Aurelius*, "Implicações Sociológicas e Econômicas da Atual Inflação no Brasil", Sociologia, Vol. XXI, n.º 2, São Paulo, maio de 1959, particularmente págs. 129-130.

(19) *Graeff, Edgard*, op. cit., pág. 27.

(20) *Ibidem*.

(21) *Fayet, Carlos Maximiliano*, "Inquérito Nacional de Arquitetura — 2", IAB-Guanabara, n.º 2, outubro de 1961, pág. 27.

Dê qualquer modo, o ritmo da construção civil tem sido impetuoso. Se tomamos o consumo de cimento como índice dêste ritmo, podemos fazer idéia da maneira pela qual avançou nos últimos anos. Se, além do consumo, considerarmos a proporção do cimento importado, verificaremos ainda em que medida um dos setores básicos onde se processa a industrialização do País — a indústria pesada do cimento — tem atendido às necessidades do momento. Em 1929 o consumo aparente do cimento Portland no Brasil ultrapassava 500.000 toneladas, porém cêrca de 80% era importado. Em 1931 o consumo havia baixado à metade. Sòmente o ano de 1939 é que atingiu e foi além do nível de dez anos atrás, e o fato trazia ainda consigo uma grande diferença: desta vez, 90% do cimento consumido já eram produzidos no País. A partir de então, a curva do consumo vai aumentando: gradativamente até 1945, isto é, o término da Segunda Guerra Mundial: nesse ano alcançou a cifra de um milhão de toneladas. Daí em diante, o aumento é brusco: chega a mais de três milhões de toneladas de 1953. Entretanto, nesse após-guerra, aumentou também a percentagem da importação: em alguns anos equivaleu a quase um têrço do cimento consumido. Em 1954 — o ano do suicídio do Presidente Vargas e de crise política — verificou-se uma queda, embora pequena. Daí em diante, o aumento tem sido ininterrupto. Em 1960 o consumo já ia adiante de quatro milhões de toneladas. Nesta última fase, após 1955, destaca-se outra importante característica: pràticamente quase todo o cimento consumido é aqui produzido, e a importação só representa insignificante percentagem. (17)

Passo a passo com êsses números, tem crescido a moderna arquitetura brasileira.

3. Arquitetura, inflação e mão-de-obra.

É óbvio que a arquitetura brasileira, particularmente o ritmo da construção civil está correlacionado ao surto inflacionário. Entretanto, parece que esta correlação não é tão forte nem tão estreita quanto julga a opinião vulgar, que aponta como causa exclusiva ou primordial "boom" imobiliário a ininterrupta corrente de emissões que tem caracterizado as finanças no Brasil. Um estudioso norte-americano chegou mesmo a defender extremamente esta hipótese (pois isto não passa de uma hipótese que dificilmente encontraria plena confirmação nos fatos) (18). O que os dados indicam é que são muito mais complexas e intrincadas do que parecem à primeira vista as relações recíprocas entre a inflação e o surto arquitetônico. Fora de dúvida, a especulação imobiliária oferece campo atraente para tôda espécie de poupanças e pecúnias que ràpidamente perderiam substância caso fôssem conservadas na forma de dinheiro no cofre, ou sòmente rendendo o juro bancário. Se se tratasse, porém, para os possuidores de dinheiro, apenas de contornar esta única dificuldade, não se poderia esquecer que existem e são utilizadas outras formas de atingir idêntico resultado: quer a compra de latifúndios e minifúndios (lotes) que freqüentemente se deixam ficar improdutivos à espera de "valorização", quer o câmbio de cruzeiros por dólares ou francos suíços, quer um meio qualquer de entesouramento — como a simples aquisição de jóias e metais preciosos —, para não falar na inversão direta ou indireta — esta última fórmula através de um número crescente de companhias especializadas — nos vários setores onde se processa a industrialização do País. Diante de tal quadro, fôrça é existir na realidade econômico-social brasileira, além da inflação, fatôres que expliquem a especial atratividade exercida sôbre o capital imobilizado pelo setor imobiliário, e o relêvo



excepcional que as construções atingem por vêzes. A nosso ver, êstes fatôres podem reduzir-se atualmente a dois: 1) a existência de uma demanda nunca ainda satisfeita, constituída por aquela parte das classes médias e pelas classes superiores urbanas que aumentam de número e poder econômico passo a passo com a industrialização, e que necessitam de mais apartamentos ou casas e estão aptas a pagar os aluguéis requeridos, a participar de uma variedade enorme de planos de financiamento, ou simplesmente a comprar à vista, em dinheiro sonante, para consumo conspícuo; 2) a existência de uma mão-de-obra de caráter particular que pràticamente só pode ser empregada na construção de prédios e mesmo assim só no Brasil ou em países que não sejam muito diversos no que diz respeito às condições geográficas e sociais.

Êste último, que consideramos o fator da mais alta relevância para explicar o surto imobiliário brasileiro, exige ser considerado com maior minúncia. O operário da construção civil, denominado candango em Brasília, paraíba no Rio de Janeiro, baiano em São Paulo, etc., é por tôda parte, via de regra, um trabalhador ainda recentemente emigrado do campo, proveniente do Nordeste ou de outras regiões onde o latifúndio tornou insuportáveis as condições de existência. Muitas vêzes não tem filhos, nem mulher, nem outros laços de família; reside na obra onde a firma construtora deixa que sejam armadas rêdes e que se façam fogões. Acostumados às antigas privações rurais, sem maiores necessidades nem consciência alguma de classe para si, os trabalhadores da construção recebem salários relativamente baixos. "A fôrça do braço é vendida, no canteiro, a preço vil" (19). Se os gastos com a mão-de-obra chegam a representar, em certos casos, 50% do custo global das construções, daí não se pode deduzir que o lucro imobiliário seja baixo — uma vez que todos os dados disponíveis indicam precisamente o oposto — porém o fato denota, isto sim, o emprêgo em massa de trabalhadores manuais em detrimento de procedimentos mecânicos mais adiantados tecnològicamente. Trata-se de um operário semi-especializado ou não especializado em absoluto. Há longos anos foi elaborado pelos arquitetos e as firmas construtoras uma complicada técnica que parte da premissa de que tudo ou quase tudo tem de ser feito por trabalhadores não qualificados. "E não há razão para buscar, na fábrica, a alto custo, aquilo que o servo habilidoso pode executar na obra, quase de graça" (20). Assim, é fácil compreender que a indústria dos materiais de construção, a fabricação de produtos padronizados e pré-fabricados venham muito longe a reboque da realidade arquitetônica nacional. (21)

Importa ressaltar que essa mesma espécie de mão-de-obra essa mesma técnica morosa, adaptada às peculiares condições de um país que ainda não libertou totalmente das remanescências escravistas, é que utilizam para levantar os seus edifícios grandiosos tanto os arquitetos de "carregação" como os arquitetos de elite.

4. Observação sôbre a elite dos arquitetos.

A arquitetura de elite — de que Oscar Niemeyer é hoje o personagem mais conhecido — não se desenvolveu diretamente em função da febre especulativa imobiliária, mas teve sempre diante desta e de seus resultados uma atitude crítica, quando não lhe era ideològicamente hostil. Cresceu, isto sim, à sombra do paternalismo suntuário governamental e, secundàriamente, à das conspícuas exigências privadas de novas camadas emergentes. Mas seria descabido asseverar que se colocou "a serviço" do suntuarismo esbanjador, quer público ou particular. O suntuarismo foi condição para que tal tipo de arquitetura tivesse podido, em dado momento histórico, florescer entre nós, — e é certo que tal circunstância foi sempre reconhecida de maneira mais ou menos consciente pelos arquitetos de vanguarda, que nela viam apenas a oportunidade de exercer e desenvolver — com plenos recursos — a sua técnica e a sua arte. Tais condições se produziram no Brasil exatamente no momento em que novos materiais, novas maneiras de construir, novos problemas de forma e função, — criados ou estudados noutros países, — não encontravam lá terreno muito propício para que fôssem experimentados e levados à prática em larga escala. Tal se pôde fazer aqui, adaptando o que havia muitas vêzes de mais moderno e avançado em todo mundo, às peculiaridades da mão-de-obra, do clima e da cultura nacionais. Os arquitetos de elite dispuseram, assim, de enorme laboratório, e o fizeram funcionar. Considerados negativos ou positivos, julgados que sejam por esta ou aquela escala de valôres, os resultados aí estão por tôda parte, principalmente em Brasília.

Mas não foi logo de início que a elite dos arquitetos pôde levar à execução as suas avançadas idéias. Esta elite se formou quando estancava quase tôda atividade de construção civil, naquele interregno que durou uma década entre o surto cortado pela crise de 1929 e o que se verificou a partir de 1939. No Rio de Janeiro, em tôrno de Lúcio Costa — que antes havia aplaudido o Movimento Tradicionalista — é que principiou, ainda em 1930 — o ano da revolução — a formar-se a nova elite. Sofreu ela, quando na infância, profunda influência de Le Corbusier, que visitou o País e deixou mesmo o esbôço inicial da primeira grande obra que daria renome ao nôvo grupo social. O Ministério da Educação, erguido graças ao apoio do Ministro Gustavo Capanema aos "jovens arquitetos de vanguarda", revelou desde logo as características que haveriam de marcar tôda e qualquer obra de nossa elite de arquitetos, mesmo a dos que pertencem a cliques diversas daquela na qual teve origem o movimento. Ali já se encontravam — uma forte expressão plástica e uma grande originalidade — um tanto para "épater le bourgeois" —, obtidas devido à conjugação de modernos recursos da técnica do cimento armado com o uso de acessórios marcadamente brasileiros, como os azulejos e os jardins. Tudo isto num trabalho de demorado e custoso experimentalismo, em que não se cogitou de nenhuma espécie de redução dos custos. Como observou, anos atrás, Mário de Andrade: "O tempo e o dinheirão enormes que se esperdiçaram no Ministério da Educação, é um êrro de arquitetura. É um defeito de arquitetura que ficará sempre "afeiando" o admirável edifício". (22)

Existem nuances dentro da moderna arquitetura brasileira: alguns arquitetos de elite se dedicam mais ao planejamento de casas particulares que correspondam à necessidade de ostentação e de "espírito aberto" por parte de certas camadas ascendentes, enquanto que outros continuam ligados ao suntuarismo governamental, estadual ou federal. De qualquer maneira, independentemente das posições políticas assumidas por alguns, existe em todos ou quase todos, em maior ou menor medida, uma determinada ideologia radical comum, nem sempre explícita mas que pode ser assim aproximadamente resumida: se os quadros do atual regime o arquiteto nada pode fazer para solucionar o problema da casa popular, é acertado e honesto realizar as mais difíceis experiências, mesmo gratuitas, com os recursos que as classes dominantes deixam à disposição do artista; tal é melhor, em têrmos éticos, do que fingir demagògicamente resolver aquêle problema (22). Não nos cabe aqui discutir essa ideologia; apenas assinalamos que ela funciona com justificativa íntima para tudo quanto façam os nossos arquitetos de elite.

Oscar Niemeyer admite que a experiência profissional dos arquitetos brasileiros deve-se à cultura européia, "que — diz êle — procuramos assimilar e adaptar às condições específicas de nosso País" (24). Parece indiscutível que o adiantamento da arquitetura, num certo período, sôbre a prática da construção civil, só foi possível em virtude das relações entre a cultura brasileira e outras culturas que já se haviam defrontado com problemas semelhantes. Bem verdade que as técnicas e idéias implícitas foram redefinidas no contexto nôvo, mas se trata de um caso que os antropólogos conceituariam de bom grado como difusão. Hoje, vinte anos depois, a arquitetura de elite brasileira atingiu por sua vez um nível em que já possui o que ofertar. Que tal foi possível, e por que o foi, é o que Niemeyer também demonstra compreender: "Não subestimamos naturalmente a nossa capacidade nem — se nos permitem dizê-lo — a contribuição que vamos dando à arquitetura contemporânea; mas sabemos que o nosso trabalho se caracteriza principalmente pelo entusiasmo e pela fôrça criadora que condições peculiares aos países jovens — sem grandes tradições e preconceitos — permitem aproveitar". (25)

É o que, noutras palavras, referindo-se em particular a Brasília, enfatiza J. M. Richards: "Para um visitante europeu, a construção de Brasília, além do interêsse que o seu planejamento e a qualidade dos seus edifícios oferecem, constitui um fenômeno extraordinário. Em quase todos os países da Europa — e sem dúvida na Inglaterra, — os projetos urbanos, mesmo quando são consideràvelmente menores e menos complexos que os de Brasília, são de tal modo obstraídos por restrições de caráter legal e administrativo, pelos interêsses em conflito, pela posse de cada nesga livre de terra e pelo hábito profundamente enraizado de proceder gradual e prudentemente em todos os setores, que ver serem realizadas com tanto vigor as obras atuais de Brasília, poucos meses depois de traçados os planos para as mesmas, representa, realmente, uma experiência alentadora para qualquer europeu. No Velho Mundo não estão acostumados, absolutamente, à execução tão rápida e tão confiante de uma idéia". (26)

Parece evidente que nem Brasília nem sequer todo o restante de nossa moderna arquitetura de elite não seriam possíveis nem país nitidamente subdesenvolvido, como também não o seriam em qualquer país dos mais adiantados. Só as condições brasileiras, de país que voltou as contas à sua tradição arcaica mas ainda não atingiu o desenvolvimento pleno, é que podem explicar a especulação imobiliária, o suntuarismo governamental, Niemeyer e Brasília. Nossa arquitetura de elite é produto de transição.

5. A arquitetura como signo do desenvolvimento.

Indiscutivelmente — como observou Bastide — existem diferenças entre a moderna arquitetura paulista e a carioca, — aquela mais utilitária e esta mais "barroca" (27). Entretanto, essa diferença não é tão significativa e acentuada como a que aparece entre a arquitetura de elite e a de carregação e pode ser explicada, em grande parte porque a elite dos arquitetos encontrou terreno mais propício no Rio, enquanto o Rio era a sede do govêrno federal. A maior dessemelhança que ressalta na arquitetura federal. A maior dessemelhança que ressalta na arquitetura brasileira contemporânea — sem falarmos do contraste absoluto entre o barraco da favela e qualquer prédio de alvenaria — é aquela que hoje se apresenta entre São Paulo e Brasília, entre o Rio e Brasília, entre tôda e qualquer capital de Estado e a nova capital federal. Talvez Copacabana seja o exemplo mais exemplo dessa arquitetura que cresceu e que floresce intimamente ligada à especulação imobiliária. Ninguém melhor que Oscar Niemeyer fêz a crítica dos aspectos inumanos desta babel de concreto armado. No entanto, se Brasília é a antítese de Copacabana, lá foram postos de lado aspectos porventura positivos que há no bairro de Copacabana e que explicam, por isso mesmo, a sua excepcional atratividade, a qual leva a que vivam ali, *sponte sua*, quase meio milhão. (28)

Apesar dos defeitos reais e da irracionalidade urbanística aparentemente total de Copacabana, algo existe que faz com que tal bairro continue o "sonho dourado" de milhões que ali não podem viver. Em raras partes do mundo, desenvolveu-se tão profundamente essa espécie de contato social em que o indivíduo vive a sua própria vida,

(22) *Andrade, Mário de*, op. cit., pág. 49.

(23) Às vêzes torna-se claro para determinados arquitetos o conflito interno que esta ideologia procura amortecer, mas que permanece implícito nela: "Surge afinal a questão: onde ficamos? ou que fazer? Esperar por uma nova sociedade e continuar fazendo o que fazemos, ou abandonar os misteres do arquiteto, já que êles se orientam numa direção hostil ao povo, e lançarmos na luta revolucionária completamente?" *Artigas, J. Vilanova*, "Os Caminhos da Arquitetura", Depoimentos — 1 cit., pág. 89. Esta atitude, entretanto, não é característica, é discrepante.

(24) *Niemeyer Oscar*, "A Cidade Contemporânea", Módulo, Vol. 2, n.º 11, Rio de Janeiro, dezembro de 1959, pág. 4.

(25) *Ibidem.*

(26) *Richards J. M.*, op. cit.

(27) *Bastide, Roger*, op. cit., págs. 131-133.

(28) Não é fácil encontrar números realmente exatos para a população de Copacabana, visto que muitos cômputos não levam em conta o chamado "bairro" Peixoto nem determinados quarteirões limítrofes a Ipanema. O Censo de 1950 consignou apenas 86.950 habitantes. Seis anos depois, cuidadoso levantamento realizado por amostragem indicava que a população podia ser estimada seguramente em 273.000 habitantes; em quase tôdas as áreas do bairro, os moradores haviam triplicado. Dentro de algumas quadras, encontraram-se altíssimas densidades de 4.100 hab/ha. Uma vez atingido o total de construções permitido pelas leis que regulam o gabarito dos edifícios, Copacabana comportará dentro em breve 624.380 habitantes, distribuídos tão sòmente por quatro quilômetros quadrados. (Mera, Adina, Araripe, Edison Greco e Carneiro Filho, Adjalma Martins, "Censo Urbanístico de Copacabana", Revista Municipal de Engenheiros, Vol. XXVI, números 1 e 2, Janeiro-Junho de 1959. RJ, pág. 12).

(29) *Read, Herbert*, Icon and Idea, Faber & Faber Limited, London, 1955, pág. 72.

(30) *Panofsky, Erwin*, Gothic Architecture and Scholasticism, Archabey Press, Latrobe, 1951, passim.

(31) *Frankfort, Henri*, The Birth of Civilization in the Near East, Indiana University Press, Bloomington, 1951, págs. 54-55.



a vida de sua família, de seu círculo, de sua classe ou setor profissional, estreitamente cercado por estranhos, aos quais o indivíduo vê ao cruzar na rua, a quem ouve, através das paredes ou observa pelas janelas dos apartamentos, mas com quem realmente não convive. A qualquer momento, sob determinadas circunstâncias, pode estabelecer-se, porém, entre desconhecidos da véspera, um convívio baseado em relações freqüentemente superficiais e passageiras, mas capaz de assumir um caráter profundo e duradouro — transformar-se em amizade, cooperação econômica ou intelectual, amor, etc. Há um máximo de possibilidades de socialização, mas também larga margem para a escolha de alternativas, inúmeras possibilidades de individualização.

Brasília procurou evitar o aparente caos de Copacabana, e seu impensado sistema de circulação de pedestres e de veículos, e a sua desproporcionada distribuição de luz solar, de água e de ventilação, sem que nada — ou quase nada — tivesse guardado de que há de mais avançado, de mais antiprovinciano, de mais universal e humano em Copacabana. Brasília é um grande arraial em estilo moderno, uma paróquia de concreto.

Próprio à arquitetura de qualquer época ou lugar é o seu caráter de signo do que há de mais específico em um povo, uma etapa histórica, uma civilização. Não chegaremos ao extremo de considerar a catedral gótica como "a Suma Teológica de Tomás de Aquino em pedra", pois, como lembra Herbert Read, quando São Tomás era ainda estudante em Paris "Notre Dame" já se erguia em sua glória sintética, em seu tóxico esplendor" (29). Panofsky fala do sincronismo entre a arquitetura e a filosofia dominante de uma dada época, e o que parece bem assentado é que determinada orientação do espírito humano em outras esferas se imprime também nas concepções arquitetônicas (30). A visão do mundo dos antigos egípcios se expressa não só nos hieróglifos, mas também nas pirâmides, nos templos e nas catacumbas, que assim adquirem um caráter de signo. Outra concepção do universo, outra filosofia da vida, transparece na clássica, serena e racional arquitetura grega.

O significado dos "ziggurats" sumérios só foi esclarecido de todo quando os especialistas descobriram que o nome de muitos dêles os identificavam a montanhas, e que a palavra "montanha", naquela cultura, estava carregada de sentido religioso, conotando a misteriosa potência de terra (31). De modo semelhante, o significado de uma das obras mais notáveis da moderna arquitetura brasileira pode ser sugerido pelo nome que recebeu. A palavra "alvorada" possui conotações desenvolvimentistas, liga-se à idéia do surgimento de um nôvo Brasil industrializado. Essas concepções não serão sincrônicas ao próprio desenho das curvas que caracterizam o palácio? Ou, de maneira mais geral, os edifícios de Brasília não serão um signo do desenvolvimento de uma filosofia do desenvolvi-

mento e da própria estrutura social do Brasil contemporâneo?

Uma anedota pertencente ao que poderíamos denominar, com certa liberdade, o "folclore" de Brasília, relata que, ao surgir o problema do planejamento das casas operárias, alguns jovens arquitetos da equipe de Niemeyer propuseram o traçado de casas grandes e confortáveis. Niemeyer se opôs. "Posso ser tudo menos demagogo, teria dito êle. Como cidadão, posso detestar o atual regime e, se pudesse escolher, escolheria o socialismo. Mas, como técnicos, eu e vocês trabalhamos nas condições de existente. A êsses regimes correspondem a monumentalidade do Palácio da Alvorada e a presença de casas operárias pequenas e miseráveis".

Brasília signaliza uma estrutura social profundamente marcada pelas diferenças de classes e camadas, signaliza o tipo de desenvolvimento em processo do País, signaliza ainda o caráter e a falta de caráter nacionais, os intentos planificadores e a ausência de organização, signaliza a profunda vitalidade do povo e da Nação brasileira. Esta é a desconcertante impressão que causa a nova capital em muitos viajantes estrangeiros, deixando-os perplexos porque desprevenidos. Possìvelmente quem melhor traduziu na sua escala de valôres o sentido dêste signo tão contraditório ainda foi, a nosso ver, Ernest Goldschmidt, quando do Congresso Extraordinário da Associação Internacional dos Críticos de Arte:

"Brasília é sem dúvida alguma uma admirável a — pelo menos para alguns de nós — uma experiência talvez terrificante. Admirável por seu audacioso arranjo, por sua disposição geral, por pràticamente tudo que já se pode ver ou imaginar. Assustadora pela finalidade da necessária visão criadora e do esfôrço de algum modo inumano ou desumano para a sua realização". (32)

Pensamos evidente que o mesmo caráter contraditório, em menor ou maior medida, se estampa em tôda a arquitetura brasileira de elite, da qual Brasília é apenas o exemplar mais patente e vigoroso.

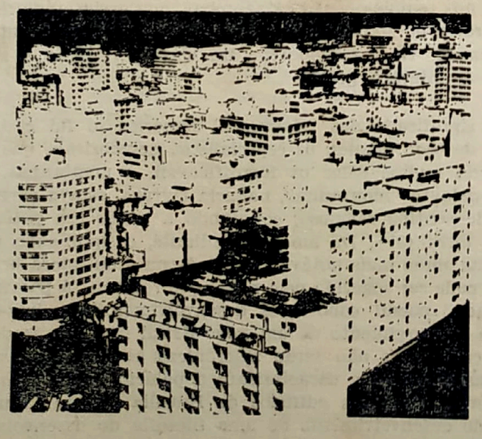
6. **Tentativa de prognóstico.**

Se o Rio de Janeiro — com o seu agudo contraste entre os bairros residenciais e as favelas —, Recife com as suas largas avenidas e os mocambos. Pôrto Alegre, Belo Horizonte e, principalmente São Paulo, apresentam um urbanismo e uma arquitetura característicos de um desenvolvimento capitalista de tipo "liberal", já Brasília é a cidade do capitalismo de Estado, da intervenção na economia sem que tal modifique as bases do regime ou a estrutura de classes. O planejamento de Brasília é um planejamento de superfície, tal como foi o planejamento econômico do País durante o govêrno Kubitschek. Assim como Brasília é uma cidade para as elites governantes, para o alto funcionalismo e para as classes médias, e nela não foi previsto em lugar para o "povo", assim também o desenvolvimentismo — pelo menos como vinha sendo compreendido até bem pouco — não partia pròpriamente dos interêsses das camadas populares, mas se baseava nas necessidades de expansão de certos setores das classes dirigentes cujas aspirações nem sempre coincidiam sequer com o que poderia ser conceituando como os "interêsses gerais" da Nação. Em seu aspecto e forma de realização, nada parece tanto um "Programa de Metas" quanto a cidade de Brasília.

Bem verdade que a sociedade brasileira encontra-se atualmente em face de uma alternativa. O maior problema não está, entretanto, em saber se o desenvolvimento se processará através de um caminho capitalista "liberal" ou sob a forma de um capitalismo de Estado mais dinâmico e atuante. Existem, como é óbvio, outras soluções e possibilidades. O verdadeiro dilema é saber se as mudanças estruturais que representam a ruptura com a tradição arcaica hão de verificar-se de maneira pacífica ou violenta, por meio de reforma ou da revolução. (33)

Seja como fôr, uma vez levadas a cabo essas mudanças, não terá mais sentido para os arquitetos nem para ninguém a diferença de rumos entre a arquitetura de elite e a arquitetura de "carregação", entre Brasília e Copacabana. A questão consiste em procurar prever — levando em conta os fatôres sociais que são conhecidos — se a moderna arquitetura brasileira estará apta a responder ao desafio das tarefas que o desenvolvimento ulterior do País colocará diante dela.

É fato de que não dispomos de dados suficientes para responder taxativamente a essa questão. No entanto, alguns elementos parecem claros: se houver uma radical reforma agrária no País, não haverá mais candango nem paraíba, isto é, desaparecerá êsse tipo de mão-de-obra sôbre o qual tôda a arquitetura Brasileira — de elite ou de carregação — desenvolveu suas técnicas. Tanto quanto podemos abalançar um prognóstico parece-nos que os arquitetos — pertençam a que grupo fôr — desprovidos da mão-de-obra à qual se acostumaram, livres da febre especulativa e do suntuarismo governamental — ou desenvolverão uma nova técnica e uma nova habilidade em consonância com as exigências do futuro, ou terão de ceder lugar a uma jovem geração de arquitetos, que os estudará como quem estuda um capítulo encerrado da História.



(32) *Goldschmidt, Ernest,* "Arquitetos e Críticos de Arte falam sôbre Brasília", Módulo, Vol. 3, n.º 16, Rio de Janeiro, dezembro de 1959, pág. 15.

(33) Há anos já observara *Lambert*: "A menos que sobrevenha uma revolução profunda, que para ser rápida terá de ser singularmente brutal, a evolução deverá demorar muito para atingir todo o Brasil; o sentido, porém, dessa evolução parede claro". *Lembert, Jacques,* Os Dois Brasis, INEP — Ministério da Educação e Cultura, Rio de Janeiro, s/d, pág. 131.

Galeria

Ferreira Gullar

foto: Affonso Henriques





Mestre Vitalino, cujo nome já se tinha tornado sinônimo de artista popular brasileiro, ao morrer neste princípio de 1963, deixa centenas de seus bonecos magistrais espalhados pelo Brasil e em museus e coleções particulares do exterior. Foi um nordestino típico: viveu na miséria apesar de seus dotes excepcionais, criou apesar da miséria e morreu de varíola aos 57 anos. Só o fato de ter vivido mais de 50 anos, numa região onde a média de vida é de 30 anos, já o torna uma figura extraordinária...

A arte de Vitalino era expressão autêntica da coletividade a que pertencia. Como êle, por todo aquêle Nordeste sofrido, dezenas e dezenas de outros artistas anônimos utilizam a técnica da cerâmica para exprimir-se. Imersos como estão em seu mundo arcaico, apenas atingem o nível de consciência comum, expressando assim o que está em todos os demais contemporâneos. Quase que apenas formulam um conteúdo comum, e êsse conteúdo não vai além dos aspectos corriqueiros da vida cotidiana, das figuras típicas do meio ou das fantasias e superstições como explicam ou aplacam as fúrias do mundo. Vitalino era um dêles. Um dos mais velhos e um dos hábeis artesãos do barro. Delicado modulador de figuras que, ao seu toque, ganhavam expressão nova.

Conheci Vitalino, pessoalmente, no Rio, há dois anos, durante uma homenagem que lhe foi prestada na Escolinha de Arte do Brasil. Estava lá, com uma pequena orquestra da roça e com o seu pífano, que êle tocava dando pinotes, numa alegria de criança. Falou da viagem que fizera no avião, de Recife ao Rio.

— Gostei, disse êle. Só que depois meu ouvido começou a dar uns pipôcos. Alguém perguntou-lhe se conhecia os desenhos de Walt Disney, talvez pretendendo estabelecer relação entre a fantasia de seus bonecos e a do desenhista norte-americano. Tolice. Vitalino quase não entendeu a pergunta, e terminamos sabendo que êle só tinha ido ao cinema uma única vez e não tinha gostado.

Assim era Vitalino, um homem que nasceu cheio de talento e que deu caminho a sua expressão através dos meios que encontrou, no interior pernambucano. Não escondia certa surprêsa em ver quanta importância atribuíam aos seus bonecos, que criava como uma atividade natural de sua vida, sem ambições de glória e sem os conflitos que habitam a alma atormentada dos artistas urbanos.

BRASIL NA BIENAL DE PARIS

O Brasil participará da Bienal de Paris dêste ano (setembro) com um trabalho de equipe, reunindo jovens artistas de menos de 35 anos como exige o regulamento do certame: da equipe brasileira participarão um arquiteto, um pintor, dois gravadores, compositores e cineastas. O projeto, que veio sendo elaborado desde dezembro do ano passado, encontrou inúmeros obstáculos que terminaram vencidos. O núcleo do projeto é um auditório que será construído no recinto da Bienal. Mais tarde daremos detalhes todos.

FIM DA ABSTRAÇÃO

De volta de Paris, êste mês, o pintor Di Cavalcanti anunciou a decadência da abstração no Salão de Maio. Pode-se considerar Di meio suspeito para tal notícia, mas os sintomas ultrapassam o Salão de Maio. De fato, já há vários meses Paris era sacudida por uma onda surrealista, que já indicava o declínio do tachismo. Ora, o surrealismo é um tipo de pintura figurativa, e até mesmo acadêmica. Na época, preveni os artistas brasileiros no sentido de que não se deixassem levar por mais essa onda da maré européia, cujas oscilações são cuidadosamente controladas pelos "marchands". A pintura tachista está morrendo e, em lugar dela, surgirá uma pintura figurativa. É tempo, portanto, de que os artistas brasileiros procurem aqui mesmo o caminho da pintura, em vez de esperar a nova moda européia.

MAM PASSA PARA A UNIVERSIDADE

O Museu de Arte Moderna de São Paulo será integrado na Universidade de São Paulo, deixando de existir assim como entidade autônoma. Essa foi uma idéia de Mário Pedrosa, que agora torna-se realidade. O objetivo é transformar o MAM de S. Paulo num instrumento cultural efetivo que estão longe de ter os MAM que apenas competem com as galerias comerciais. A propósito, os diretores dêsses museus, e demais interessados, deveriam ler o livro de Ananda K. Coomaraswamy, *Christian and Oriental Philophy of Art,* no qual êle, como conservador de arte indiana no *Boston Museum of Fine Arts,* pergunta "por que exibir obras de arte?" Coomaraswamy afirma que a finalidade dos museus não é exibir, mas conservar obras antigas que, retiradas de sua função e do lugar de origem, devem ser guardadas. As obras dos artistas atuais, diz êle, não estão correndo nenhum perigo. Por que então guardá-las? Exibi-las, no entender de Coomaraswamy, é fazer o papel que cabe às galerias de arte, com uma só diferença: as galerias lucram com isso e o museu não.



Quem é êsse que cumpre o seu destino
em barro e volta ao barro? Vitalino.
Depois de modelar o seu Nordeste
em formas gráceis que a poesia veste
de candura primeva, ei-lo deitado,
êle próprio em silêncio modelado.
Olha o boizinho e mais o cangaceiro!
Olha a noiva montada no sendeiro!
Olha o doutor, o padre, a bicharada,
tudo em volta, fitando a mão parada...

Carlos Drummond de Andrade
(Do poema "Jornal em Verso", jan., 1963)



Igreja da Conceição, Recife, Pernambuco.

ALAGOAS

Penedo

Convento de N. S. dos Anjos.

Pôrto Calvo

Remanescentes da antiga vila colonial (Lei n.º 1.618-A, de 6-7-1952).

PERNAMBUCO

Cabo

Igreja de N. S. de Nazaré e ruínas do Convento Carmelita, contíguo, no Cabo de Santo Agostinho.

Goiana

Capela do Engenho Nôvo de Santo Antônio.
Convento e Igreja de N. S. da Soledade.
Convento e Igreja de Santo Alberto.
Igreja de N. S. do Amparo.
Igreja da Ordem 3.ª do Convento do Carmo.
Igreja de N. S. da Conceição.
Igreja da Misericórdia.
Igreja Matriz de N. S. do Rosário.

Igaraçu

Capela do Recolhimento do Sagrado Coração de Jesus.
Convento e Igreja de Santo Antônio.
Fortaleza de Santa Cruz, ou de Orange, em Itamaracá.
Igreja de N. S. do Livramento.
Igreja Matriz de São Cosme e São Damião.
Igreja de São Sebastião.

Ipojuca

Convento e Igreja de Santo Antônio.

Jaboatão

Campo das Batalhas dos Guararapes, com área demarcada no processo n.º 523-T.
Igreja de N. S. dos Prazeres, nos Montes Guararapes, convertido em Monumento Nacional pelo Decreto n.º 22.175, de 3-7-1948.
Igreja de N. S. da Piedade, do Hospício de N. S. do Carmo.

Nazaré da Mata

Capela de São Francisco Xavier, no Engenho Bonito.

Olinda

Antigo Palácio Episcopal.
Casa com Mucharabi, à Rua do Amparo, 28.
Casa com Mucharabi, à Praça João Alfredo, 7 (Pátio de S. Pedro).
Convento e Igreja de N. S. do Carmo.
Convento e Igreja de N. S. das Neves.
Igreja da Misericórdia.
Igreja de N. S. do Monte.
Igreja de Santa Teresa.
Mosteiro e Igreja de São Bento.
Seminário e Igreja anexa, de N. S. da Graça.

Paulista

Fortaleza do Paú Amarelo.

Recife

Antigo Palácio da Soledade, na Av. Oliveira Lima, 969.
Capela de N. S. da Conceição da Jaqueira.
Capela dos Noviços, ou Capela Dourada, da Ordem 3.ª de São Francisco de Assis.
Casa Natal de Joaquim Nabuco, à Rua da Imperatriz, 147.
Coleções do Museu do Estado.
Convento e Igreja de N. S. do Carmo.
Convento e Igreja de Santo Antônio.
Fortaleza de São João Batista do Brum.
Fortaleza de São Tiago das Cinco Pontas.
Igreja da Madre de Deus.
Igreja da Ordem 3.ª de N. S. do Carmo.



1

1. — Igreja em Muribeca dos Guararapes, Jaboatão, Pernambuco; **2** — Igreja da Guia, Santa Rita, Paraíba; 3 — Casa do Engenho de Poço Comprido, Vicência, Pernambuco; **4** — Convento de São Francisco, João Pessoa, Paraíba.

2



Igreja de N. S. da Conceição dos Militares.
Igreja de N. S. das Fronteiras.
Igreja de São Gonçalo.
Igreja de São Pedro dos Clérigos.
Igreja Matriz de N. S. Boa Vista.
Igreja Matriz de Santo Antônio.
Teatro Santa Isabel, na Praça da República.
Marco divisório da Capitania de Itamaracá, recolhido à sede do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco.

Serinhaem

Convento de Santo Antônio.

Vicência

Casa Grande do Engenho Poço Comprido e capela anexa.

PARAÍBA

Ingá

Itacoatiaras na Fazenda da Pedra Lavrada.

João Pessoa

Casa à Rua Peregrino de Carvalho, revolucionário de 1817.
Convento e Igreja de Santo Antônio e Capela da Ordem 3.ª de São Francisco, anexa.
Fonte do Tambiá.
Igreja da Santa Casa de Misericórdia.
Igreja de Santa Teresa de Jesus, da Ordem 3.ª do Carmo.
Igreja do Mosteiro de São Bento.
Ruínas da Casa da Pólvora.
Ruínas da Igreja de N. S. dos Navegantes, na Praia do Poço.
Ruínas da Igreja de Tambaú.

Zona Rural

Capela do Engenho da Graça.

Cabedelo

Fortaleza de Santa Catarina.

Pilar

Antigo Paço Municipal.

Santa Rita

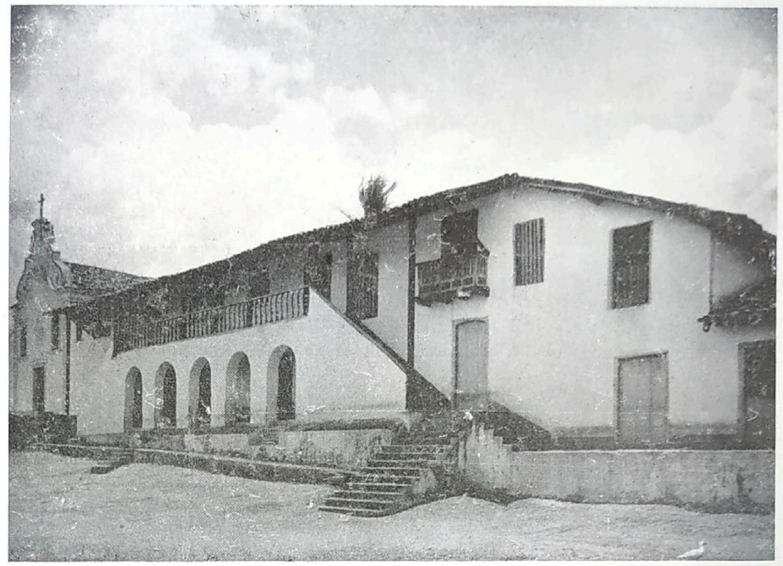
Capela de N. S. das Batalhas.
Capela do antigo Engenho Una, Engenho Patrocínio.
Igreja e Convento de N. S. da Guia.
Capela de S. S.ª do Socorro.

RIO GRANDE DO NORTE

Natal

Fortaleza dos Reis Magos.

3



SERGIPE

Continguiba

Igreja Matriz de N. S. do Perpétuo Socorro.

Divina Pastôra

Igreja Matriz de N. S. Divina Pastôra.

Gerú de Tomar

Igreja de N. S. do Socorro de Tomar, em Gerú.



Estância

Casa à Praça Rio Branco, 25.

Itaporanga d'Ajuda

Antiga residência jesuita, atual casa da fazenda Iolanda.

Laranjeira

Capela do Engenho Jesus, Maria e José.
Casa do Engenho Retiro e sua capela de Santo Antônio.
Igreja de N. S. da Conceição, em Comendaroba.
Igreja Matriz do Coração de Jesus.

Riachuelo

Capela do Engenho da Penha.

Santo Amaro das Brotas

Capela de N. S. da Conceição.
Igreja Matriz de Santo Amaro.

São Cristóvão

Antiga Santa Casa da Misericórdia e sua igreja.
Capela de N. S. da Conceição, no Engenho Poxim.
Casa à Rua Benjamin Constant, 20.
Casa à Rua Castro Alves, 2.
Casa com balcão corrido à Rua Getúlio Vargas.
Convento e Igreja de N. S. do Carmo.
Convento e Igreja de Santa Cruz.
Igreja de N. S. do Amparo.
Igreja da Ordem 3.ª de N. S. do Carmo.
Igreja de N. S. do Rosário.
Igreja Matriz de N. S. da Vitória.

Centro Social do SESI

O Departamento Regional da Guanabara do Serviço Social da Indústria, patrocinou nos fins do ano passado um concurso de anteprojetos para construção de um prédio que será localizado na Rua Ipiranga n.ºs 75 e 77.

O Edifício abrigará uma Escola Primária com 6 salas de aula para 40 alunos, biblioteca, salas para cursos populares e avulsos e demais serviços, e um Centro Social com Serviço Médico, Auditório para 150 pessoas, etc...

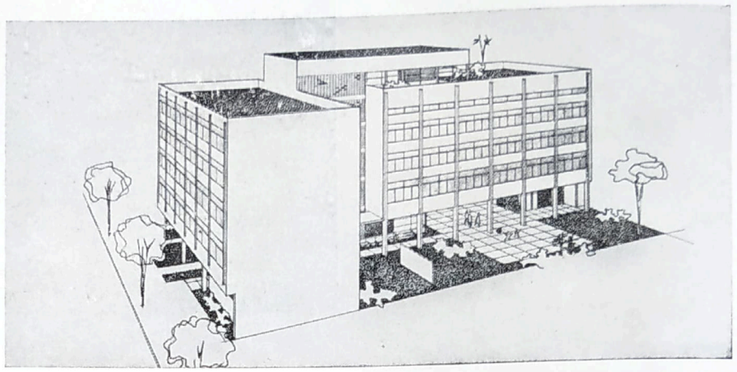
O júri composto pelos arquitetos Paulo Peixoto Júnior (representante do SESI); Marcos Konder Netto (representante do IAB-GB) e do Eng. Félix Martins de Almeida, após o exame dos 17 trabalhos apresentados, resolveu unir os 1.º e 2.º prêmios (Cr$ 350.000,00 e Cr$ 50.000,00), dividindo a soma entre dois anteprojetos considerados melhores e igualmente dignos do primeiro prêmio.

O resultado final ficou sendo o seguinte: — 1.º Prêmio (Cr$ 200.000,00 para cada anteprojeto) — Anteprojeto dos arquitetos Arthur Coelho e Flodoaldo Albano.

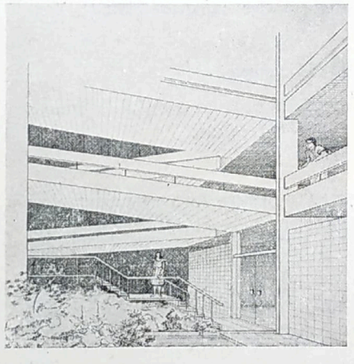
— Anteprojeto dos arquitetos Max M. Gruzman e Roberto L. Scorzelli.

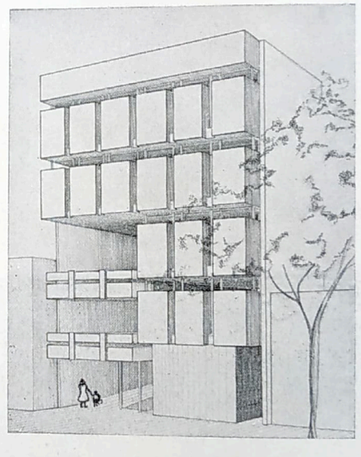
3.º Prêmio (Cr$ 50.000 00) — Anteprojeto dos arquitetos Marcelo Olmos Diaz e Hernan Ocampo Landa.

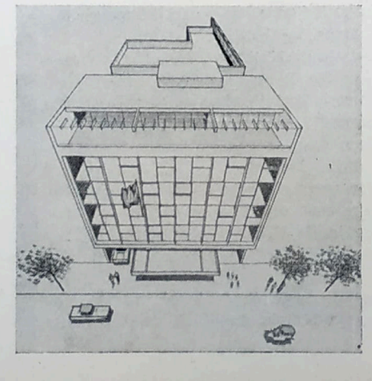
O júri decidiu ainda que o anteprojeto a ser construído deverá ser um nôvo, elaborado pelos quatro vencedores.



Acima: perspectiva geral do anteprojeto de Arthur Coelho e Floroaldo Albano; abaixo, duas vistas do prédio de Max. M. Gruzman e Roberto Scerzelli.







Anteprojeto de Marcelo Olmos Dias e Hernan Campo Landa.

O Ensino de Acústica na Escola de Arquitetura

Eng. Roberto Paulo Richter

Desfile através de sua memória, todos os campos da atividade humana. Dificilmente, encontrará um em que a acústica deixa de intervir. Onde há vibração e som existe ar e êste é parte integrante e essencial de nossa própria existência. A importância do estudo da acústica já não admite qualquer discussão. Bem ou mal, com ou sem planejamento, com método ou não, ensina-se acústica desde a escola secundária até os cursos de "post-graduação", nas mais especializadas universidades do mundo: Da Acústica física ministrada aos ginasianos nas cadeiras de física (ondas sonoras e suas origens), à acústica ultra-sônica de alto nível de intensidade aplicada no aumento da potência do combustível em foguetes que levam satélites e homens ao espaço.

Na formação profissional dos que abraçam carreiras que exigem cursos universitários impõe-se o maior conhecimento da acústica. Aos professôres, físicos, pesquisadores, médicos, engenheiros, psicólogos, advogados e arquitetos, ficam as responsabilidades inerentes às suas atividades ligadas diretamente aos problemas acústicos. Assim, delineiam-se, entre outros, os campos da: Acústica Física, Acústica e Medicina, Eletro-Acústica, Psico-Acústica, Ultra-Som, Acústica Musical, Acústica da Fala, Acústica e Contrôle dos Ruídos, Acústica das Comunicações e Acústica Arquitetônica.

Em universidades de maior expressão, justifica-se a criação de um Instituto de Acústica, nos moldes mais modernos do ponto de vista pedagógico e de equipamentos. Assim, o médico que se especializasse em otorrinolaringologia, pode estudar audiometria, equipamentos, técnica de medidas e análises dos resultados como ponto essencial na diagnose e evolução da surdez. De maneira análoga, o advogado recebe subsídios técnicos para o conhecimento dos problemas de ruídos que afetam os indivíduos nos casos de indenização por perda de audição (surdez profissional) ou interdições de locais barulhentos infringindo, por exemplo, os direitos de vizinhança. O engenheiro aprende as técnicas de medidas acústicas e os conhecimentos dos problemas estruturais conseqüentes de vibrações, tanto na construção de máquinas, como de edifícios. Os exemplos podem ser dados indefinidamente e principalmente no caso do arquiteto. Êste deve conhecer os fundamentos da acústica arquitetônica, ligando os problemas de som e ruído às formas e dimensões dos ambientes em que trabalhamos, descansamos ou divertimos, sempre sôbre a influência benéfica ou maléfica do mundo dos sons.

Cabe, no entanto, às faculdades, o imperioso dever de proporcionar aos alunos, as noções de acústica indispensáveis ao exercício da vida profissional. Abstraindo, por ora, as deficiências do ensino desta matéria nas faculdades de Engenharia, Filosofia, Direito e Medicina, a necessidade do aprendizado da Acústica Arquitetônica e o posterior aperfeiçoamento através dos cursos de "post-graduação", ressalta-se na Escola de Arquitetônica.

POR QUE O ARQUITETO?

Existe a tendência mundial da valorização da profissão de arquiteto. Dêsse movimento, participam tôdas as pessoas de bom senso que concordam com a verdadeira atribuição das atividades do arquiteto na comunidade e a justa recompensa pelo seu trabalho. Divulga-se, comenta-se e propaga-se a idéia baseada no princípio fundamental de que o arquiteto formado por uma escola de arquitetura é capaz de projetar uma obra tècnicamente perfeita. Dentro dessa perfeição está enquadrado o confôrto acústico que é indispensável. Já na pequena residência até o moderno centro hospitalar, a universidade, o centro cultural ou o plano de urbanização da cidade.

Os arquitetos sabem que terão problemas acústicos na sala de concertos, no cinema, teatro ou auditório. Poucos, entretanto, se apercebem da importância do problema acústico na escola, hospital, edifício de escritórios ou apartamentos. Sem boa acústica, o edifício não pode ser considerado obra de boa qualidade. Para o arquiteto compreender que a acústica chegou a tal ponto de progresso que se pode prever com absoluta precisão os efeitos acústicos do edifício e assim, evitar as desagradáveis surprêsas quando a obra fôr concluída, é preciso que aprenda acústica arquitetônica. Não se deve confundir o aprendizado básico com a especialização. O curso de acústica arquitetônica planejado e dirigido a estudantes de arquitetura produz notáveis resultados, como se constata nos principais centros universitários mundiais.

No caso mais simples da residência, também se ressalta a importância do confôrto acústico, paralelamente à importância de se confiar o seu projeto ao arquiteto. Isto se divulga nos centros mais adiantados da Europa:

"Construir a casa é aventura, sendo para muitos o maior empate de capital da vida. Pode representar a meta atingida de anos de planejamento, economia e espera. Há vários caminhos: Procure uma imobiliária qualquer e compre a casa feita. Ou, então, faça o esbôço de suas idéias e leve ao construtor para executá-las. No entanto, se necessitar da ajuda de alguém para escolher o terreno, selecionar o construtor e controlar o andamento do serviço. Se desejar o melhor por seu dinheiro em têrmos de espaço, seu aproveitamento e o agrado e confôrto de viver nêle. Se quiser suas próprias idéias incorporadas ao projeto com as melhores e mais modernas idéias quanto ao planejamento e acabamento, procure um arquiteto. Êle lhe proporcionará tudo isso e mais, dando-lhe a casa eficiente, econômica, confortável e caracteristicamente sua."

O QUE ENSINAR

O planejamento do curso de acústica arquitetônica na escola de arquitetura obedece a critérios inteiramente nacionais. Trata-se de complemento ao que deve continuar a ser ministrado em várias cadeiras, destacando-se as de "física aplicada à arquitetura", "materiais de construção" e "grandes composições". O plano é de 23 aulas, ministradas em 6 meses, ou seja, na média de uma aula por semana, cada uma com a duração de duas horas. Parte dêsse tempo será utilizado para explanações teóricas e parte para exercícios práticos e visita a obras. O programa é êste:

1.ª aula) — Breve resumo do campo da acústica arquitetônica — seus objetivos — estabelecimento do critério para a reação do homem ao som e barulho — princípios básicos para a obtenção da boa acústica em edifícios — casos reais de problemas de acústica em todo o mundo.

2.ª e 3.ª aulas) — Som no espaço livre — suas leis — definições de nível de intensidade, exemplos — desenvolvimento dos problemas de som em ambientes externos — medidor de nível de intensidade de som — níveis de ruídos ideais.

4.ª e 5.ª aulas) — Som em ambientes fechados — determinação dos níveis de intensidade em função da potência e absorção sonora — considerações sôbre o contrôle do ruído, por tratamento acústico — efeitos psicológicos do tratamento acústico por absorção — contrôle da reverberação — contrôle da difusão do som.

6.ª e 7.ª aulas) — Transmissão do som de um ambiente para outro — considerações básicas sôbre o mecanismo da transmissão — cálculos sôbre a redução de ruído entre ambientes — paredes compostas — sistemas de piso flutuante — aumento da isolação sonora por absorção.

8.ª, 9.ª e 10.ª aulas) — Discussões sôbre os problemas atuais de acústica em edifícios — isolação de ruídos inevitáveis — materiais de construção e suas propriedades acústicas — problemas de fissuras na isolação — legislação sôbre ruídos urbanos e código de obras acústicas em função da forma.

11.ª e 12.ª aulas) — salas acústicas — discussão sôbre o tempo de reverberação — determinação do nível de "back-ground" ideal.

13.ª, 14.ª e 15.ª aulas) — Projetos de cinemas, auditórios e teatros — discussão das formas e materiais de acabamento — cálculo do tempo de reverberação — discussão de projetos existentes.

16.ª, 17.ª e 18.ª aulas) — Projetos de hospitais — escolas — bancos — edifícios públicos — estúdio de rádio e TV — igrejas — hotéis — indústrias — problemas sôbre a forma e materiais de acabamento, redução de ruídos e inteligibilidade da palavra.

19.ª e 20.ª aulas) — Contrôle de ruídos de equipamentos mecânicos — eliminação das vibrações com bases antivibratórias — dutos de ar condicionado — problemas gerais de contrôle de ruídos.

21.ª aula) — Projetos básicos de altofalantes e sistema de amplificação-som estereofônico, teatros ao ar livre, estádios.

22.ª e 23.ª aulas) — Visita a obras importantes com a discussão dos problemas no local.

PROGRAMAS DE PESQUISAS

Paralelamente ao curso normal, desenvolve-se o plano de pesquisa, que compreende:

1) Medição do nível de barulho de rua — Medição dos níveis de intensidade de som nas diversas ruas da cidade, abrangendo ruas residenciais, ruas mistas (residenciais e comerciais) e ruas centrais. As medições são efetuadas com ou sem trânsito, especificando-se os tipos (bondes, ônibus, caminhões, automóveis etc.). Levantamento das curvas isofônicas da cidade, permitindo a determinação futura dos custos de terreno em função do nível sonoro médio, existente no local, tendo em vista as necessidades de isolamento acústico (investimento maior) para diversas classes de construção.

2) Medição do ruído industrial — Medições diretas de ruídos de máquinas de acôrdo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas para previsões de proteção acústica, quando do planejamento de indústrias. Medições de ruídos de fábricas para estabelecer estatísticas e comparação com os índices máximos previstos em normas. Medições de níveis de ruído em ambientes vizinhos às fábricas, em face das leis estaduais e municipais de proteção ao bem-estar e sossêgo público.

3) Medição do ruído em ambientes — Constatação dos níveis de som em escolas, hospitais, escritórios, lojas, hotéis, residências e outros ambientes.

4) Medição do tempo de reverberação — Medições do tempo de reverberação em cinemas, teatros, auditórios, igrejas, salas de aula que receberam ou não tratamento acústico específico. Confronto dos valôres reais com os previstos por cálculos. Estudo comparativo da realidade local com os dados internacionais dos tempos de reverberação ideais. Determinação do coeficiente de inteligibilidade.

5) Estudos — Estudo da absorção do som de diversos materiais acústicos com locais tratados. Estudo da "perda por transmissão" de painéis divisórios. Estudo do isolamento do ruído de impacto entre pavimentos, em locais com ou sem tratamento acústico. Estudo do confinamento total e parcial para motores e máquinas estacionárias.

CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO

Podem ser estabelecidos numa escala quase infinita. Cada item ou problema tratado anteriormente, é desenvolvido de modo a tornar o arquiteto em condições de discutir com um especialista no assunto. Assim, temos acústica em hospitais, acústica em escolas, teatros ao ar livre, etc.

Para se ter uma noção sôbre os cursos de aperfeiçoamento "post-graduação", eis o programa desenvolvido pelo "Massachussetts Institute of Technology", no curso "Novos Métodos na Redução de Ruídos":

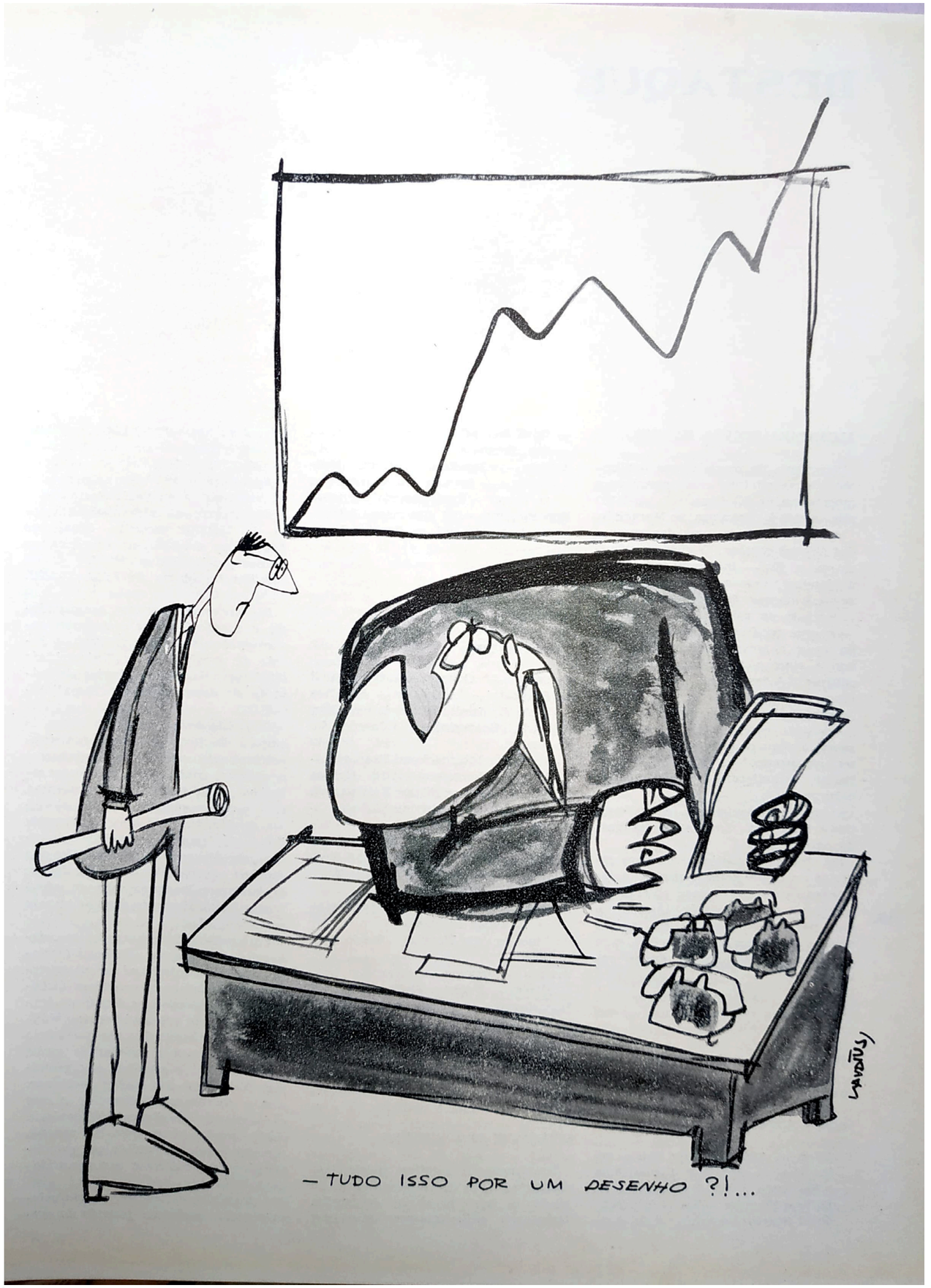
Ondas sonoras — decibels, níveis de pressão sonora, de potência sonora e intensidade de som;

Instrumentação para a medição de ruído-medidores de níveis de intensidade analisadores de um têrço e oitava bandas de freqüência, medidores de pico, registradores de fitas magnéticos;

Técnicas de utilização de equipamentos de medida de ruídos com demonstrações práticas.

Audição —

Previsão da inteligibilidade da palavra;
Seminário em audiometria;
Som em pequenos ambientes;
Som em salas;
Materiais acústicos para a absorção de som;
Medida das potências sonoras e diretividade;
Princípios da isolação de vibrações;
Critérios para o contrôle de ruídos;
Problemas Típicos de redução de ruídos;
Atenuação de som por estruturas, paredes e barreiras acústicas;
Obtenção de silêncio em sistemas de ventilação;
Histórias sôbre o contrôle de ruídos em edifícios de escritórios e residências;
Projeto de silenciadores;
Instrumentação para a medida de vibrações;
Atenuação de ruídos em máquinas, aviões, trens e automóveis;
Ruídos de aviões a jato e foguetes;
Microfones e instrumentação usados em ambientes extremamente barulhentos e em condições especiais.



DESTAQUE

ALCANTARA RECUSA MORRER

Neste país de pouquíssimas publicações de arquitetura é de ressaltar a reportagem de "O Cruzeiro" (19-1-63) sôbre a cidade Alcântara, no Maranhão.

Alcântara é, hoje, uma das chamadas cidades mortas. O ciclo econômico que a fêz — interrompendo-se ou mudando de natureza e direção — deixou-a à margem do processo de desenvolvimento do país.

Os seus criadores, para fazê-la, importaram o ferro, o mármore, o azulejo, o vidro, a telha e a maneira de edificar cidades, casas, casarões, igrejas e palácios. Fizeram arquitetura. As ruínas dessas casas, dêsses sobrados e casarões, capelas, igrejas, atestam, agora, o valor daquela maneira de fazer, confirmando o dizer de Auguste Perret: "Arquitetura é aquilo que faz belas ruínas".

O texto da reportagem é de Odylo Costa Filho e as fotografias (ótimas) de Jean Solari.

"O Cruzeiro", continuando estas reportagens, talvez consiga ressuscitar as cidades mortas. Não para entregá-las à sanha da exploração imobiliária, mas para transformá-las em monumentos autênticos da arquitetura e do planejamento urbano da época colonial.

ARQUITETURA E ENGENHARIA — 65

Ano XII — 1962

Capa — USIMINAS

Projetos — Edifício para Banco em São Paulo — Arq. R. N. Rocha Diniz e Fernando Freire Pimentel.
— Edifício Hércules — BH — Arq. Sandoval Soares Azevedo.
— Nôvo Mercado Municipal — BH — Arq. Fernando Graça.
Artigos — Arquitetura Colonial Brasileira — Política de Transportes no Brasil — Prof. Roberto Carneiro.
Reportagem — III Congresso Interamericano da Ind. de Construção.

MÓDULO — 31

Dezembro 1962

Projetos — Concurso Internacional Peugeot: — 1.º Prêmio — Arq. Roberto C. Aflalo, Plínio Croce, Gian Carlo Gasperini e Eduardo P. Suarez.
— Concurso Internacional Peugeot: — Menção Honrosa — Arq. Marcos Konder Netto e Ulisses Bulamarqui.
— Conjunto Esportivo no Líbano — Arq. Oscar Niemeyer.
— Concurso Instituto Concórdia de São Leopoldo — RGS: — 1.º Prêmio — Arq. Miguel Pereira e J. C. Paiva da Silva.
Artigos — Contradição na Arquitetura — Oscar Niemeyer.
— Jóias de Caio Mourão — Lúcio Cardoso.
Artigos — Samico — Gravador brasileiro — Ferreira Gullar.
Reportagem — Museu de Arte Sacra na Bahia.
Informe — Inquérito para o **VII** da União Internacional dos Arquitetos.

LIVROS DE ARQUITETURA

Recebemos do arquiteto Sylvio Vasconcellos, da Escola de Arquitetura da U. M. G. a carta abaixo transcrita. Nesta carta, s. S. esclarece pontos relativos ao nosso DESTAQUE, publ do sob o título acima, no núme de ARQUITETURA.

Agradecemos os esclarecimentc as informações do Prof. Vasconc e adiantamos que a Comissão Di ra do IAB-GB pretende, daqui diante, ter a venda, em sua sed ótimas publicações da UMG.

"Senhor Presidente do I.A.B. —

Li, com imenso prazer, apressa me a agradecê-las, as referências nerosas às publicações feitas pela cola de Arquitetura da Universi de Minas Gerais, constantes do mero de dezembro/62 de "Arqui ra".

Com relação às restrições feita edições desejaria esclarecer que s màticamente não só encaminh os volumes publicados a quantos o licitem como também os oferece em qualquer quantidade, aos Di res Acadêmicos e às direções de Escola de Arquitetura do País e d trangeiro. Se estas entidades dêles dispõem na medida das necessid é simplesmente porque não os s tam e, freqüentemente, nem os act como recebidos.

Tratando-se de publicações esp lizadas cujo alcance público é lim do, não se caracterizando como in tiva comercial que permitisse d buição às livrarias nacionais e nindo-se como atividade mais di ca que de divulgação, não pode Escola lançar-se a edições de r vulto sujeitas a encalhes e a pr zos financeiros que não se coadu com a finalidade do trabalho e os recursos econômicos dispon Assim sendo, as tiragens só poc ser aumentadas à medida que as citações demonstrarem sua neces de e utilidade.

A propósito renovo ao prezado ga o pedido que vimos fazendo no tido de que nos informe qual o número de exemplares desejados para as próximas edições de nossas publicações para que êstes lhes sejam encaminhados, tão logo seja possível, ao preço de custo cêrca de Cr$ 200,00 o exemplar.

Agradeceria muito a publicação dêstes esclarecimentos no próximo número de "Arquitetura" e aproveito a oportunidade para renovar-lhe os protestos do maior aprêço e estima."

As.: Sylvio de Vasconcellos

Ainda sôbre o assunto LIVROS DE ARQUITETURA, detacamos o artigo estampado como o título de "Tribuna Livre — A Unesco e a Arquitetura", no número *17-18* da Revista da *U.I.A.*

"O serviço de documentos e publicações da Unesco, em Paris, publicou o catálogo geral das suas publicações e das que foram editadas sob os seus auspícios.

Dada a sua própria natureza, quase tôdas as atividades do programa da Unesco *visa a difusão, para o público, de conhecimentos, fatos e estatística, técnica, opiniões de especialistas e conselhos práticos. Esta difusão é assegurada graças a publicação de livros e periódicos. As pessoas as quais os diferentes programas da* Unesco *visam prestar serviço, de maneira mais direta, são principalmente, os especialistas nos assuntos que tocam à competência própria da Organização: educação, ciências, exatas e naturais, ciências sociais, informações, intercâmbio internacional de caráter cultural e intelectual etc.*

Tivemos a curiosidade de folhear o soberbo catálogo que comporta 2.500 notícias. As partes atribuídas às ciências sociais, à educação, às matemáticas, às ciências naturais e aplicadas, à literatura mesmo, são importantes e notáveis pela variedade dos assuntos tratados. A parte concernente às Belas Artes, é, também, bastante recheiada... mas à arquitetura está um pouco ausente, salvo no que diz respeito à arqueologia".

(Transcrito, pela UIA 17-18, de "La Maison").

A nota de "La Maison" dispensa comentários. Merece reparo, entretanto, a inexistência de publicações de arquitetura no movimento editorial brasileiro. Com exceção da Editôra Fundo de Cultura que lançou, cremos, dois títulos, nada tem sido feito. É necessário que os editôres percebam que já existe campo para as traduções de livros de arquitetura e planejamento urbano. Aí estão as obras de Zevi, Giedeon, Le Corbusier, Frank Lloyd Wright, Munford e tantos outros que teriam, estamos certos, boa aceitação pública, de vez que são obras capazes de atingir o mercado constituído não só por arquitetos, estudantes de arquitetura (temos 8 escolas de arquitetura, senhores editôres) e engenheiros como também os críticos de arte, sociólogos e o público culto.

ACRÓPOLE 289

Número dedicado ao planejamento urbano, apresenta os seguintes projetos:

Planejamento em Urubupuranga — acampamento e vila dos operadores da usina de Jupiá. O projeto é de autoria do engenheiro E. R. Carvalho Mange e do arquiteto Ariaki Kato, que tiveram como colaboradores os arquitetos Fernando Veiga e Norio Sakai. A realização é da CELUSA — Centrais Elétricas de Urubupuranga S. A.

Cidade Residencial para Petrobrás. Trata-se do plano para a Cidade Residencial da Refinaria Presidente Bernardes, em Cubatão. Os arquitetos Carlos A. Gomes Cardim Filho e Luciano D. F. Gomes Cardim são os autores do projeto.

— Bairro Residencial em Bauru, projeto do arquiteto Fernando Ferreira de Pinho.

— O Grêmio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da U. S. P. focaliza, neste número, a Casa-Grande e Capela do sítio de Santo Antônio, ilustrada com fotos do S.P.H.A.N.

— O boletim do Instituto Brasileiro de Acústica apresenta um estudo de Richard H. Balt e Robert Newman sôbre o contrôle de ruídos em edifícios.

— A galeria "Pioneiros do Movimento Moderno" traz a figura de Ebenezer Howard (1850-1928). Um diagrama da Cidade Jardim como acréscimo à metrópole e os planos (reduzidos) de ruas das primeiras cidades jardim: Lechworth, 1903 e Welwyn, 1928, funcionam como ilustração da obra de E. H.

— Além dêste material, Acrópole 289 traz as habituais seções de *noticiário* e *bibliografia*. Nesta última, destacamos a nota sôbre a edição pela Brasiliense, da obra de Berthold Brechet:

"Cruzada das Crianças" ilustrada por Gerson Knispel, da qual citamos o seguinte trecho:

"A ilustração do poema de Brecht por Gerson Knispel nos deu uma síntese belíssima. A composição gráfica, do arquiteto Abrão Sanovicz é excelente. Mostra a possibilidade de entrosamento entre o arquiteto e as artes gráficas, devido ao seu profundo conhecimento da forma e do espaço. É feliz a tradução por Pericles Eugenio da Silva Ramos. A apresentação do album "Cruzada das Crianças" é de alto nível, demonstrando que nossa gráfica nacional já está em condições de produzir num padrão internacional."

Notícias





O IAB-RGS CRESCE

A construção da sede do IAB-Depto. do Rio Grande do Sul, vem desenvolvendo-se em ritmo bastante animador, esperando-se já para êste ano sua conclusão. Uma recente foto da obra dá bem a medida do esfôrço dos arquitetos gaúchos no sentido de, em breve, instalarem-se em sua sede definitiva. No outro clichê, uma perspectiva do projeto, de autoria do Arq. Carlos M. Fayet.

PRÊMIO LÚCIO MEIRA

Concorreram 92 candidatos ao Prêmio Lúcio Meira, destinado à seleção de modelos para criação de um carro brasileiro.

O Júri presidido pelo Sr. Francisco Matarazo Sobrinho estava composto pelos desenhistas industriais italianos Mario Fissore, Giussepe Pininfarina, Luigi Segre e o norte-americano Brook Stevens, além dos senhores Roberto Araújo, da "Willys Overland", Antônio Bento, presidente da Associação Brasileira de Artistas Plásticos e o arquiteto Eduardo Knesso de Mello do IAB-SP.

O Júri classificou em primeiro lugar Carlos Henrique Luciardi Bonari; em 2.º Márcio L. Piancastrelli; em 3.º Paulo Jorge da Silva Pedreira Cerqueira; em 4.º Francisco José de Moraes e em 5.º Gilson Silveira. Foi ainda concedida uma menção honrosa a Stefan Milotovic.

Ao primeiro lugar corresponde uma viagem ao exterior com estágio de três meses em uma grande indústria automobilística. A organização Chia convidou o segundo colocado para um estágio.

O trabalho vencedor, de autoria do arquiteto uruguaio Carlos Enrique Luciardi Bonari, foi apresentado em quinze pranchas: uma memória descritiva, sete pranchas de detalhes e sete de perspectivas, e uma maquete.

PININFARINA, CHIA E FISSORE EM SÃO PAULO

Os desenhistas industriais Giuseppe Pininfarina, Luigi Segre e Mario Fissore, que vieram ao Brasil participar do júri internacional que julgou o "Prêmio Lúcio Meira", estiveram na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo onde mantiveram contato com alunos e professôres de arquitetura.

Em sua palestra, Pininfarina salientou a importância do automóvel na vida do homem moderno, afirmando que as Universidades devem se preocupar com o ensino do desenho industrial a fim de que se possa estabelecer novas perspectivas para o desenvolvimento da indústria automobilística. Neste sêntido, anunciou a criação de uma escola de caráter internacional, a ser aberta pròximamente, em Turim. Esta escola funcionará junto à Escola Politécnica da universidade local e integrará a seção de arquitetura.

Luigi Segre, mais conhecido pelo pseudônimo "Chia", disse que as inovações de aspecto formal dos veículos são motivadas pelas modificações de ordem técnica. Chamou atenção ainda para o problema do congestionamento do trânsito nas grandes cidades apontado êste fato como determinante do aparecimento do carro de pequenas dimensões. O carro pequeno foi a solução encontrada pelos "designers" para êste grande problema urbanístico de nossos dias. Enumerou também exemplos de veículos construídos na Itália que apesar de seu reduzido tamanho, apresentam condições de espaço interior amplas e satisfatórias quanto ao confôrto.

CURRÍCULO DE ARQUITETURA CONTINUA COM CINCO ANOS

O plenário do Conselho Federal de Educação aprovou parecer do conselheiro Clóvis Salgado com referência à duração e currículo mínimo dos cursos de Arquitetura e Urbanismo. Do estudo das sugestões recebidas — assinale-se que o Instituto de Arquitetos do Brasil não foi ouvido — ficou estabelecida a conveniência de ser mantido o curso tradicional de cinco anos para a formação do arquiteto.

Consideradas as condições atuais, não se achou conveniente destacar um curso especial de Urbanismo, o que não impede, no entanto, que as faculdades criem cursos de pós-graduação de urbanismo e outras especialidades à medida em que a sociedade brasileira em sua evolução as requeira.

São as seguintes as matérias do Currículo mínimo aprovado:

1) — Matérias básicas — Cálculo; Mecânica; Resistência dos Materiais e Estabilidade das Construções; Desenho; Plástica; Topografia; Geometria Descritiva e Perspectiva; Materiais de Construção; História da Arte; História da Arquitetura; Teoria de Arquitetura; Sociologia, Organização Social da Cidade.

2) — Matérias de formação profissional — Sistemas estruturais; Física Aplicada; Higiene e Saneamento; Evolução Urbana; Economia Política — Estudos Brasileiros; Orientação e Prática Profissional; Composição Arquitetônica; Composição de Interiores; Composição de Exteriores; Planejamento.

A êste currículo mínimo as escolas e faculdades poderão acrescentar outras matérias obrigatórias ou facultativas. Competindo-lhes ainda: grupar as disciplinas em cadeiras e departamentos; organizar o ensino, quanto a duração e seqüência dos estudos de cada disciplina, bem como o seu entrosamento; adotar métodos de ensino; determinar os estágios e práticas; aprovar programas e planos de estudo; promover a apuração do aproveitamento escolar dos alunos pelos meios que julgar mais adequados.

SÃO SEBASTIÃO VIRÁ ESTÁTUA DE 7 m

A nossa mui querida e sempre Maravilhosa Cidade, vai ser "ornamentada" com mais uma ação bem intencionada. Partiu ela do Instituto Histórico e Geográfico que encomendou ao escultor Dante Croci uma reprodução ampliada da imagem de São Sebastião esculpida por Chaves Pinheiro, atualmente no Museu da Cidade, na Gávea. O original possuía 2 m de altura.

Mas a reprodução atingirá *7 m* e será em granito "montada no Russel ou no Atêrro da Glória e a seus pés existirá um altar, para a celebração de missas campais em datas marcantes do calendário litúrgico".

O gigantesco santo vem sendo trabalhado a vários meses pelo escultor Dante Croci, "detentor de medalhas de ouro em salões de belas-artes de São Paulo e Rio", auxiliado por seu filho Dante Moacyr também escultor. O IAB-GB ao saber em julho de 1962, da boa intenção do Instituto Histórico e Geográfico de doar à Cidade uma estátua de seu padroeiro, enviou a esta entidade o seguinte ofício:

Rio de Janeiro, 10 de julho de 1962
326/61-63

Ilmo. Sr.

MANUEL PAULO TELES MATTOS FILHO

DD. Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro

O Instituto de Arquitetos do Brasil — Departamento da Guanabara, sabedor que a instituição que V.S. dirige coordena os trabalhos preliminares visando a ereção, para as comemorações do 4.º Centenário, de um monumento a São Sebastião, padroeiro do Rio de Janeiro, e levando em conta que o assunto interessa muito de perto aos arquitetos, por envolver questão urbanística, arquitetônica e estética, vem oferecer, desinteressadamente, sua colaboração nesta fase de fixação de critérios para um adequado encaminhamento da iniciativa, designando, se necessário, um arquiteto de seus quadros para participar dêstes trabalhos preliminares.

O Instituto de Arquitetos do Brasil — Departamento da Guanabara espera que esta sugestão, que toma a liberdade de fazer, seja bem acolhida por V. S. e reafirma mais uma vez que o único objetivo que move os arquitetos neste assunto é colaborar no sentido de que a cidade seja dotada de mais um monumento realmente digno dêste nome e que bem se enquadre na beleza natural na arquitetura e no urbanismo do Rio de Janeiro.

Aguardando pronunciamento de V. S. firmamo-nos com estima e maior consideração.

As. MAURÍCIO ROBERTO
Presidente

IAB — SP PROTESTA

O IAB, Departamento de São Paulo, divulgou nota de protesto contra o artigo 61 do Projeto de Lei n.º 1298, de 1962, aprovado pela Assembléia Legislativa do Estado no dia 18 de janeiro último e já encaminhado à apreciação governamental.

O artigo em questão veda aos profissionais formados pelas Faculdades da Arquitetura o acesso aos cargos de diretor-técnico no Departamento de Obras Públicas e na Diretoria de Aeroportos da Secretaria de Viação e Obras Públicas.

Segundo a nota, isso "demonstra mais uma vez o desconhecimento do Legislativo para com a atividade do arquiteto nos quadros do Estado". E continua: "É perfeitamente admissível que os arquitetos possam ascender aos postos de direção no Serviço Público do Estado, uma vez que a classe é bastante numerosa no funcionalismo, onde vem prestando valioso e inegável trabalho e que está, por sua formação e desempenho profissional, em condições de igualdade para o exercício dessas funções".

Sabe-se que no Departamento de Obras Públicas, por exemplo, há um número de arquitetos igual ao de engenheiros, o que indica o grau de participação atingido pelo Arquiteto no Serviço Público Estadual. Apesar disso, entretanto, existem ainda, de um modo geral, "sérios obstáculos ao desempenho da profissão de arquiteto no Serviço Público, uma vez que a própria carreira de arquiteto nos quadros do Estado inexiste até o presente momento."

Torna-se, portanto, urgente que esta situação seja corrigida. Para tanto, o IAB, Dep. de São Paulo, solicita ao governador do Estado o veto do artigo 61 e convoca todos os arquitetos que servem no funcionalismo estadual, para que compareçam segunda-feira próxima, dia 21, às 19 horas, à reunião que realizará, para tratar do assunto, em sua sede, à rua Bento Freitas, n.º 306.

ARQUITETURA BRASILEIRA EM PRAGA

Estêve aberta em Praga, na Tcheco-Eslováquia, de 11 a 30 de janeiro último, sob auspícios do Ministério de Educação e Cultura daquele país e organizada pelo Departamento Cultural e de Informações do Itamarati, a Exposição de Arquitetura Brasileira que ora percorre vários países da Europa Central e Oriental. Ao ato de inauguração, no Palácio Dunay, estiveram presentes o ministro de Educação e Cultura da Tcheco-Eslováquia, sr. Frantisek Kahuda, e o embaixador do Brasil em Praga, sr. Jaime de Barros Gomes.

A mostra, já exibida na Polônia, deverá ser transferida para a cidade de Bratislava e depois, provàvelmente em março, para Brno. Dela consta uma série de fotografias, focalizando três aspectos da arquitetura brasileira — barrôca, contemporânea e urbanismo e arquitetura de Brasília. Um catálogo impresso em tcheco, com uma introdução do ministro Lauro Escorel, chefe do Departamento Cultural, e um artigo do arquiteto Henrique Mindlin sôbre o assunto, foi distribuído durante a exposição.

I EXMAC

Sob patrocínio do IAB, Departamento de São Paulo, e organizada pela Laufer Administração e Empreendimentos Comerciais Ltda., estêve aberta ao público, de 12 a 27 de janeiro último, no Conjunto das Químicas da Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira", a I Exposição de Materiais de Construção (I EXMAC).

A mostra constou no conjunto das obras de arquitetura realizadas no Estado pelo atual govêrno dentro dos Planos de Ação, salientando-se o acervo de materiais de construção produzidos no Brasil. Foram expostos trabalhos da CELUSA, USELPA e CHERP, no setor de energia hidrelétrica; e do ISESP, DOP, CAGESP, DEMA e COSIPA, nos demais setores. Participaram também da exposição importantes firmas do mercado paulista de construção.

SINALIZAÇÃO EM NOVA IORUQE

Oitocentos radares vão regular o tráfego novaiorquino, comandando diretamente os sinais em função do número de automóveis.

(U.I.A. - 17.18)

BÔLSAS PARA ARQUITETOS TURCOS

O Govêrno brasileiro ofereceu duas bôlsas de estudos a arquitetos postgraduados da Turquia. As bôlsas têm duração de quatro meses e dão direito a estágios em escritórios de arquitetos brasileiros, no Rio de Janeiro, em São Paulo ou em Brasília. A seleção dos bolsistas será feita pelas próprias autoridades turcas.

CONCURSO DE URBANISMO EM SOFIA

O Conselho Municipal Popular de Sofia, Seção de Arquitetura, organizou um concurso internacional para o estudo do centro da cidade de Sofia. Trata-se de um concurso de idéias, devendo os interessados se dirigir ao Conselho Municipal Popular de Sofia, Seção de Arquitetura, à rua Serdica, 5.a-Sofia, Bulgária.

CONCURSO DA CASA EUROPÉIA 1962

A Feira Internacional de Gand organizou pela quarta vez seu concurso da Casa Européia, que obteve grande sucesso graças à colaboração de várias firmas industriais. O total dos prêmios se elevou a 725.000 francos belgas. O concurso tinha por objetivo o planejamento de um quarteirão residencial sôbre um terreno situado em Gand e o estudo dos anteprojetos de dois núcleos habitacionais.

Inscreveram-se 117 participantes, sendo submetidos à apreciação do júri 42 projetos, com o seguinte resultado:

Primeiro prêmio — Jacques Henri Baudon, Bruxelas.

Segundo prêmio — Marcel Pesleux e Wen-Li Simone Pesleux-Kao, Bruxelas.

Terceiro prêmio — Paul Caulier e Phillipe Lepere, Bruxelas e Paris.

Quarto prêmio — Serge Fontigny e Ed. Lambin, Bruxelas; Luc van den Broeck, Aalst; Hans Bauer e Hans Linde, Wiesbaden e Karlsruhe; Uwe Wienke, Frankfurt; Walter Schwagenscheidt e Tassilo Sittmann, Kronberg.

RITMO DA CONSTRUÇÃO EUROPÉIA

É a seguinte a percentagem de casas próprias construídas durante o ano de 1960 nos diferentes países da Europa:

Bélgica	66%
Inglaterra	58%
Holanda	54%
Alemanha	47%
França	31%

(U.I.A. - 17.18)

HABITAÇÃO NA EUROPA EM 1961

Eis a classificação dos construtores europeus, que há pouco instalaram a Comissão das Nações Unidas para a Europa:

Habitações para 1.000 pessoas

U.R.S.S.	12,4
Suiça	10,8
Alemanha Ocidental	10
Suécia	9,8
Finlândia	8,3
Noruega	7,9
Rumânia	7,3
Países-Baixos	7,2
França e Dinamarca	6,9
Bulgária e Tcheco-Eslováquia	6,3
Itália	6,1

(U.I.A. - 17.18)

CONCURSO INTERNACIONAL PARA A EDIFICAÇÃO DE UMA EXPOSIÇÃO PERMANENTE EUROPÉIA DA CONSTRUÇÃO

Estêve reunido em Paris, a 20 de setembro de 1962, o júri composto pelos arquitetos Egon Eiermann (Alemanha), Pierre Vago (França), Vittoriano Vigano (Itália), Robert Courtois (Bélgica) e pelo engenheiro francês G. F. Hubert, cuja primeira medida foi a eleição de seu presidente, Pierre Vago, e de seu relator, Robert Courtois.

G. F. Hubert lembrou a origem e os objetivos do SIEC, enquanto Pierre Vago fêz um breve relato dos elementos do programa, como se procedesse a uma análise de terreno.

Em seguida, o júri estabeleceu, em função dêste programa, os critérios que foram adotados para julgar os projetos apresentados:

— Flexibilidade no conjunto da concepção e flexibilidade interior de cada elemento do conjunto;

— possibilidade de extensão fácil, sem destruição do equilíbrio inicial do projeto, e possibilidade de realização parcial;

— clareza e simplicidade de circulações;

— economia;

— interêsse por soluções técnicas e de expressão plástica.

O arquiteto deve traduzir o espírito e a técnica de sua época, sem concessões às formas arbitrárias ou inspiradas em modas passageiras.

O júri, ao lembrar que o concurso tem por finalidade uma construção de caráter permanente e não de pavilhões efêmeros, definiu, a seguir, um método de trabalho, decidindo por eliminações, sempre por unanimidade de votos.

Foram registrados 69 projetos, dos quais, após o primeiro exame (20 de setembro), restaram 29.

Na segunda apreciação, o júri desclassificou definitivamente 12 projetos, deixando mais 6 sob dependência de nôvo julgamento, pôsto apresentassem algum interêsse, o que lhes permitiu, de uma maneira ou de outra, serem objetos de um comentário.

Restaram então, para o terceiro exame, 14 projetos.

Durante as últimas eliminatórias (21 de setembro), o júri procedeu ao exame detalhado dos projetos selecionados em última votação, assim como de dois parcialmente desclassificados no segundo julgamento.

Após isso, resolveu o júri atribuir os seguintes prêmios:

Primeiro prêmio — ao autor do projeto n.º 23, sigla 153 624.

Segundo prêmio ex-aequo — aos autores do projeto n.º 17, sigla 969 111 e n.º 57, sigla 271 036.

Quarto prêmio ex-aequo — aos autores dos projetos n.º 12, sigla..... 020 327 e n.º 18, sigla 134 134.

Sexto prêmio ex-aequo — aos autores dos projetos n.º 5, sigla 000 001 e n.º 64, sigla 278 028.

Oitavo prêmio ex-aequo — aos autores dos prêmios n.º 13, sigla 777 777 e n.º 67, sigla 191 137.

O júri decidiu ainda comentar no seu relatório, os projetos:

n.º 10 — sigla 232 232
n.º 21 — sigla 421 931
n.º 30 — sigla 150 362
n.º 45 — sigla 742 117
n.º 55 — sigla 110 100
n.º 60 — sigla 634 219

DOS JORNAIS

O Prefeito Lauro Gomes, de São Bernardo do Campo, vem de instituir prêmios especiais para os melhores projetos de Grupos Escolares a serem construídos no Município. O prêmio principal destinado ao projeto de maior beleza estética, está fixado no valor de 150 mil cruzeiros; o segundo, no valor de 100 mil cruzeiros, será conferido ao autor do projeto mais funcional. (Correio Paulistano — 4-1-63)

"A camada dirigente do país prossegue totalmente desorientada com relação ao fenômeno Arquitetura."

NOVOS SÓCIOS

Sócios Titulares

Moysés Aron Mendelson	22-11-62
Maria Dilza da Silva Ramos	27-12-62
Vittorio Emmanuel Pareto Jr.	27-12-62
Wilson Guimarães Cristalli	3-1-63
Leo Adolpho Mayer	10-1-63

Sócios Aspirantes

Stenio José Ferreira	22-11-62
Hernando Parra Velasquez	13-12-62
Aristides Martins Filho	13-12-62
Marize Bechara Couto	13-12-62
Paulo Roberto de Souza Martins	13-12-62

IV UD

Sob o patrocínio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e do Instituto de Pesquisas Tecnologicas da Universidade de São Paulo, será realizada pela firma Alcântara Machado, em São Paulo, de 20 de abril a 5 de maio de 1963 a IV UD. Com o fim de estimular jovens desenhistas foi instituido o prêmio ROBERTO SIMONSEN, no valor de Cr$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) ou viagem de estudo ao exterior.

A inscrição será até o dia 28 de fevereiro de 1963, achando-se o prospecto a disposição dos interessados na secretaria do IAB.

KLAS R. ZUCK

O arquiteto Zuck está escrevendo um livro sobre arquitetura no Brasil e pede que todos os arquitetos brasileiros que tiverem interêsse, lhe enviem fotografias e planos de seus trabalhos.

Este assunto já foi amplamente divulgado, mas o arquiteto insiste em escrever, motivo pelo qual repetimos aqui o seu pedido.

O endereço é K.R.Z. WERKARCHITEK, HBK, BERLIN C H 9, ARYSALLEE 5.

COMITÊ NACIONAL DE URBANISMO

Depois de entendimento com êsse órgão sôbre a atualização de seus estatutos, concordou o IAB em fazer parte de sua direção, para a qual foram designados os arquitetos Ary Garcia Roza, Marcelo Roberto e Rubens do Amaral Portela.

CONGRESSO DA UIA EM CUBA

Como já foi divulgado será realizado o VII Congresso da UIA em Cuba, assunto que será objeto da agenda da Reunião de 28 do corrente do Conselho Superior.

A Secretaria dêsse Congresso — Colégio Nacional de Arquitectos, Infanta Y Humbolt, La Havana, Cuba, pede o endereço de todos os arquitetos membros do IAB, o que leva esta Secretaria-Geral a solicitar que os Departamentos, Delegacias e Núcleos do IAB, satisfaçam a êsse pedido.

NÚCLEO DE PETRÓPOLIS

Foi criado o Núcleo de Petrópolis, contando assim o IAB com mais uma equipe para cooperar no desenvolvimento da classe.

Para qualquer contato dirigir-se a: Arquiteto Luvercy Fiorini — Av. 15 de Novembro, 970 — s/810 — Petrópolis — Estado do Rio de Janeiro.

CONSELHO SUPERIOR DO IAB

Realizou-se em fins de janeiro (28 e 29), no Rio, uma Reunião do Conselho Superior do IAB com a seguinte agenda:

1 — Relato sôbre situação da Secretaria. Saída da Secretária Administrativa, D. Stela Valandro. Impossibilidade, até solução da verba do Itamarati, de recompor-se a situação. Foram convocados para esta reunião por telegrama todos os Conselheiros Vitalícios, Departamentos, Delegacias e Núcleos.
2 — Criação do Núcleo de Petrópolis.
3 — Explicação do adiamento da reunião de Pôrto Alegre do Conselho Superior.
4 — Doação dos Arquitetos Rino Levi e Jarbas Karman para aquisição do Boletim da Comissão de Saúde da UIA.
5 — Relatório do Arquiteto Carlos Lodi do XXVI Congresso Mundial de Habitação e Planejamento.
6 — Congresso de 63 do IAB, programado para Salvador.
7 — Legislação profissional — solicitação de informações do Departamento do Rio Grande do Sul — Ordem dos Arquitetos.
8 — Necessidade de se retomar o assunto relativo à tabela de Honorários.
9 — Relatório sôbre a realização das três reuniões internacionais.
— Comissão de Construções Esportivas da UIA.
— Seminário de Arquitetura Industrial da UIA.
— II Meza Redonda Pan Americana da F.P.A.A.
— Entrega do relatório final do Seminário dos representantes dos Departamentos, Delegacias e Núcleos.
— Situação financeira.

Compareceram os colegas representes do Rio Grande do Sul (Irineu Breitman e Miguel Pereira); São Paulo (Artigas, Ícaro, Kneesse de Mello, Pedro Paulo Saraiva, Corona e Oswaldo Correia Gonçalves); Minas (Ney Werneck); Estado do Rio (Alfredo Nieva) e Guanabara (Byna, Flávio Marinho, Flávio Léo, Maurício Roberto, Ary Garcia Roza, Paulo Antunes Ribeiro). Estiveram presentes também os colegas Luvercy Fiorini e Paulo Gratacós do recém-criado Núcleo de Petrópolis.

Legislação

DECRETO N.º 1.509

Zona Sul — Normas para construção

1 — A Zona Sul da Cidade exige normas que assegurem o respeito ao interêsse público e às técnicas de aproveitamento racional do espaço urbano. Outras normas, igualmente equacionadas, serão adotadas para outras zonas, a fim de assegurar o seu desenvolvimento harmonioso.

2 — Falhas na legislação permitiram na Zona Sul da Cidade uma concentração populacional de índice elevadissimo, que se efetuou sem qualquer planejamento ou provisão de medidas complementares, como alargamento de ruas, expansão dos serviços públicos de água, esgotos, luz, etc. E em partes dessa zona existe o risco de ocorrer o mesmo que em Copacabana.

3 — Um dos obstáculos que o Poder Público enfrenta para a revisão do problema urbanistico de Copacabana e, em geral da zona sul, é o tumulto gerado pela falta de normas severas de preservação da Cidade. O interêsse geral fica, freqüentemente, subordinado ao privatismo de iniciativas desordenadas, às vêzes de finalidade meramente especulativa.

4 — A defesa da população, de suas áreas de circulação, de recreio, de estacionamento de veículos, de arborização, de iluminação e arejamento, exige tais normas, com urgência, mesmo com prejuízo de interêsses particulares.

5 — Portanto, é indispensável estabelecer uma relação entre a área do terreno e a área das unidades de habitação que nêle venham a ser construídas, como condição mínima a ser obedecida em qualquer projeto para construção nessas áreas.

6 — Toma-se como base para as normas aqui adotadas, a divisão em regiões abrangendo todos os bairros da Zona Sul.

Em vista disso,

O Governador do Estado da Guanabara, usando das atribuições que lhe confere o item I do art. 30 da Constituição do Estado, decreta:

Art. 1.º Cada apartamento, habitação ou unidade, residencial ou comercial, que venha a ser construído nas áreas IV, V e VI delimitadas do Decreto n. 898, de 9 de março de 1962, republicado em anexo, corresponderá, obrigatòriamente, uma cota de terreno de 60,00 m2 (sessenta metros quadrados).

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto neste artigo os projetos para construção de hotéis, como tais considerados os que obtenham a devida classificação pela Secretaria de Turismo, excluindo-se do previsto neste parágrafo o chamado condomínio hoteleiro.

Art. 2.º Aplicam-se as normas dêste decreto também aos processos que, em curso no Departamento de Edificações estejam pendentes de cumprimento de exigências legais há mais de 30 (trinta) dias.

Art. 3.º O presente decreto entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de fevereiro de 1963, 75.º da República e 4.º do Estado da Guanabara.

Carlos Lacerda

(D. O. — 1 de fevereiro de 1963).

ARQUITETURA — 8

M A M — CRÉDITO

Lei n.º 261 — de 16 de dezembro de 1962.

Autoriza a abertura pelo Poder Executivo do crédito especial de Cr$ 10.000.000,00 para auxílio às obras e atividades do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro.

O Governador do Estado da Guanabara:

Faça saber que a Assembléia Legislativa do Estado da Guanabara decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica o Governador autorizado a abrir o crédito especial de ..... Cr$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) para auxiliar as obras e as atividades do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, o qual sera compensado com o cancelamento de igual importância do Código 3601 da Verba 500 do Orçamento em vigor.

Parágrafo único. O crédito a que se refere a presente lei terá validade por dois exercícios.

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1962 — 74.º da Republica e 3.º do Estado da Guanabara.

Carlos Lacerda
Mário Lorenzo Fernandes
(Publicado no D.O. de 21 de dezembro de 1962 — Capa)

HOTÉIS — FACILIDADES

Lei n.º 277 — de 28 de dezembro de 1962.

Revigora o disposto no art. 107 da Lei n.º 14, de 1960 e dá outras providências.

O Governador do Estado da Guanabara:

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado da Guanabara decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Aos hotéis existentes no Estado, aos que se construírem, se satisfaçam os requisitos desta lei, instalarem ou se adaptarem e que concedida isenção de todos os impostos ... (vetado) ... municipais que a qualquer título, recaiam sôbre suas atividades bem como sôbre os bens imóveis nelas utilizados.

Parágrafo único. A isenção vigorará pelo prazo de 15 (quinze) anos a contar da data do "habite-se".

Art. 2.º Para que possam gozar das vantagens desta lei, os hotéis deverão ter, no mínimo 50 (cinquenta) quartos com banheiro privativo e telefone, além das peças e serviços obrigatórios e normais em edifícios dessa natureza, com salão de estar, recepção e bar e, ainda, água corrente, fria e quente, proveniente de aquecimento central.

§ 1.º Os hotéis que já gozarem ou estejam no gôzo de isenções outorgadas por leis anteriores, passarão a gozar das vantagens previstas nesta lei a partir da data em que tenham terminado ou venham a terminar aquelas isenções.

§ 2.º Os hotéis que, mediante a execução de planos aprovados pelo Estado, realizarem obras de adaptação, dentro dos requisitos desta lei, com a finalidade de aumentar as disponibilidades de acomodações para a comemoração do 4.º Centenário da Cidade do Rio de Janeiro e que, no período das obras, continuem em funcionamento, ficarão igualmente isentos de neste período, sem prejuizo do prazo de 15 (quinze) anos a contar da data em que for terminada a adaptação.

§ 3.º O prazo fixado no parágrafo único do art. 1.º da presente lei, será de 20 (vinte) anos para os hotéis que incluam em suas instalações, piscina e um teatro com capacidade mínima de 150 (cento e cinquenta) lugares e refrigeração.

§ 4.º Vetado.

Art. 3.º Os hotéis que se valerem dos benefícios desta lei e que vierem a utilizar os respectivos edifícios para finalidade diferente da que nela se prevê, antes de decorridos 10 (dez) anos de utilização efetiva como hotel, ficarão obrigados ao ressarcimento das importâncias de todos os impostos de cuja isenção tenham gozado e perderão os benefícios desta lei.

Art. 4.º Vetado.

Art. 5.º As isenções referidas nesta lei abrangem não so as operações de aquisição de imoveis destinados à construção, continuação ou adaptação de hotel como também dos tributos que sôbre eles recaiam desde a aquisição ate a concessão do "habite-se" ou aceitação das obras.

Art. 6.º Vetado.

Art. 7.º O beneficiário das isenções previstas nos arts. 5.º e 6.º que, dentro do prazo de 12 (doze) meses, a contar da data em que tiver começado a vigorar a isenção dos impostos territorial ou predial incidentes sobre o imovel adquirido, não dar entrada, na repartição competente, do pedido de licenciamento da obra de construção ou adaptação do hotel, ou o que, obtido o licenciamento, não iniciar, dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sem interrupção posterior, a construção, adaptação ou instalação autorizada ficara obrigado ao pagamento imediato das importâncias correspondentes as isenções de que se houver beneficiado.

Art. 8.º Para goarz dos favores desta lei, o interessado deverá requerer a primeira isenção, dentro do prazo de 5 (cinco) anos, a contar de sua publicação.

Art. 9.º Vetado.

Art. 10.º Esta lei entrará em vigor da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de Dezembro de 1962 — 74.º da República e 3.º do Estado da Guanabara.

Carlos Lacerda
Mário Lorenzo Fernandes
Enaldo Cravo Peixoto
(Publicado no D.O. de 31.XII.62).

CALÇAMENTO

Decreto n.º 1.411 — de 22 de dezembro de 1962.

Estabelece obrigatoriedade de calçamento em mosáico do tipo "pedra portuguêsa" dos passeios do logradouro que menciona.

O Governador do Estado da Guanabara, usando das atribuições que lhe confere o item I, do art. 30, da Constituição Estadual e, de acôrdo com o que determina o art. 490 do Decreto n.º 6.000 de 1937, decreta:

Art. 1.º Os passeios a serem construídos ou reconstruídos, ao longo da Av. 28 de setembro, no 8.º Distrito de Obras — IX Região Administrativa — Vila Isabel, serão revestidos a mosáico do tipo denominado "pedra portuguêsa", de acôrdo com o desenho elaborado pelo Departamento de Urbanismo, constante do processo n.º ..... 7.000.477-62.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1962; 74.º da República e 3.º do Estado da Guanabara.

Carlos Lacerda
Enaldo Cravo Peixoto
(Publicado no D.O. de 31.XI.62).

COHAB — INCORPORADORES

Decreto n.º 1.401 — de 26 de dezembro de 1962.

O Governador do Estado da Guanabara, usando das atribuições que lhe confere o art. 30, item I, da Constituição do Estado, decreta:

Artigo único. Ficam nomeados incorporadores da Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara (COHAB) criada na forma dos arts. 155 e seguintes da Lei número 263, de 24 de dezembro de 1962, os Senhores Romeu Honório Loures, Milton de Oliveira Ferreira e Luiz Carlos Rosas, que terão a incumbência de promover e ultimar os atos necessários à constituição da Companhia, de acôrdo com o que dispõe o art. 166 da citada lei.

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1962; 74.º da República e 3.º do Estado da Guanabara.

Carlos Lacerda
(Publicado no D.O. de 27.XII.62 — Capa).

DISTRITOS DE ESGOTOS — JURISDIÇÃO

Decreto n.º 1.445 — de 28 de dezembro de 1962.

O Governador do Estado da Guanabara, usando das atribuições que lhe confere o art. 30 item I da Constituição do Estado, e tendo em vista o que consta do proc. n.º 8.404.415-62, decreta:

Art. 1.º Os Distritos de Esgotos atendendo ao artigo segundo e seus parágrafos primeiro e segundo do Decreto n.º 898, de 9 de março de 1962, passam a ter suas jurisdições estabelecidas em função das áreas fixadas e definidas no Anexo constante do artigo primeiro do citado decreto, na forma abaixo:

Distrito de Esgotos — Regiões Administrativas.

1.º DDE
II — Zona Portuária
III — Rio Comprido, Santa Teresa e Catumbi

o problema Arquitetura - Construção,
deve ser encarado objetivamento, através do
entrosamento de arquitetos e engenheiros
para que, o resultado da obra
seja correto tanto do ponto de vista plástico
quanto do ponto de vista técnico.

Não existe incompatibilidade, mas sim, identidade
entre intenção plástica, e construção racional.

cobe

Companhia Brasileira de Estruturas
Rua do Carmo 9/8.º - 52-2190 *

planejamento, arquitetura e construção

diretor presidente:
engenheiro civil Fábio Ribeiro de Oliveira

diretores:
engenheiro civil Celso Bulhões Carvalho da Fonseca
arquiteto Artur Licio Pontual

2.º DDE
IV — Botafogo
3.º DDE
V — Copacabana
4.º DDE
VI — Lagoa
5.º DDE
I — Zona Portuária
VII — São Cristóvão
6.º DDE
VIII — Tijuca
7.º DDE
IX — Vila Isabel
8.º DDE
X — Ramos
XI — Penha
9.º DDE
XII — Méier
10.º DDE
XIII — Engenho Nôvo
11.º DDE
XIV — Irajá
XV — Madureira
12.º DDE
XVI — Jacarepaguá
13.º DDE
XVII — Bangu
14.º DDE
XVIII — Campo Grande
15.º DDE
XIX — Santa Cruz
16.º DDE
XX — Ilha do Governador

Distrito Administrativo de Paquetá.

Art. 2.º O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1962; 74.º da República e 3.º do Estado da Guanabara.

Carlos Lacerda
Enaldo Cravo Peixoto.
(*Publicado no D.O. de* 4.1.1963 — *Capa*).

FESTIVAL DE MÚSICA

Decreto n.º 1.444 — de 25 de dezembro de 1962.

Institui o Festival Internacional de Música do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

O Governador do Estado da Guanabara, no uso das atribuições que lhe confere o art. 30, § 1.º da Constituição do Estado, decreta:

Art. 1.º Fica instituído o Festival Internacional de Música e Danças do Rio de Janeiro, a ser realizado nos meses de agôsto e setembro de 1963.

Art. 2.º Fica criada a Comissão Executiva Especial do Festival, com a incumbência de organizar, realizar e dirigir o Festival, e de obter o concurso de artistas estrangeiros.

Parágrafo único. A Comissão Executiva Especial do Festival, presidida pelo Secretário de Estado de Educação e Cultura, será integrada por quatro membros, entre os quais, obrigatòriamente, o Diretor do Teatro Municipal e o Diretor de Turismo e Certames.

Art. 3.º Êste decreto entrará em vigor na data da sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de dezembro de 1962; 74.º da República e 3.º do Estado da Guanabara.

Carlos Lacerda
Carlos Flexa Ribeiro
(*Publicado no D.O. de* 4.1.1963 — *Capa*).

SECRETARIA DE TURISMO — IV CENTENÁRIO

Lei n.º 300 — de 3 de janeiro de 1963.

Dispõe sôbre a criação da Secretaria de Estado de Turismo e Superintendência do IV Centenário da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, sôbre o auxílio e o fomento à indústria cinematográfica a que se referem os arts. 2.º e 3.º da Lei número 73, de 26 de novembro de 1961, e dá outras providências.

O Governador do Estado da Guanabara: Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado da Guanabara decreta e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I

Art. 1.º Fica criado na estrutura administrativa do Estado a Secretaria de Turismo (STU), na qual se transforma o atual Departamento de Turismo e Certames.

Art. 2.º Competem à Secretaria de Turismo os assuntos adiante atribuídos a cada um dos seus órgãos e especialmente;

a) incrementar o desenvolvimento e a expansão da indústria do turismo no Estado da Guanabara;

b) estudar, planejar, executar, fiscalizar e controlar tôdas as atividades de interêsse do turismo, bem como os certames e eventos em geral de sua iniciativa, ou colaboração naqueles em que fôr solicitada;

c) vetado;

d) ter sob sua administração para locação, exploração, ou arrendamento na forma legal os próprios do Estado, que, em pontos de atração turística se destinem ao comércio de restaurantes, bares, hotéis ou assemelhados, particularmente os situados nos morros da Urca e Pão de Açúcar, no Joá, Canoas, Balneário de Ramos, na Floresta da Tijuca, Corcovado, Furnas e Lido;

e) vetado;

f) conceder, cassar ou suspender concessões para o comércio de transporte terrestre e aquático de turistas;

g) realizar a divulgação e a propaganda da música e folclore brasileiros;

Art. 3.º Compõem a Secretaria de Turismo:

Departamento de Turismo (TDT);

Departamento de Certames e Instalações (TCI);

Departamento de Cinema, Teatro e outras diversões (TCT);

Divisão de Relações Públicas (TRT);

Divisão de Divulgação do Turismo, Folclore e Música Brasileira (TDF).

Art. 4.º Vetado.

Art. 5.º

Art. 6.º Vetado.

Art. 7.º Vetado.

Art. 8.º Vetado.

Art. 9.º O Secretário do Turismo terá um gabinete sob chefia do seu Assistente, e nêle serão lotados. Adjunto ... (vetado) e os Assessores com função gratificada ... (vetado) na forma da Lei n.º 14 de 24 de outubro de 1960.

Art. 10. Vetado.

Art 11. Fica criado o Conselho de Turismo do Estado da Guanabara (CTE), que funcionará em regime de coordenação com a Secretaria de Turismo e sob a presidência do Secretário de Estado.

Parágrafo único. O CTE, que será constituído de ... (vetado) pessoas proeminentes ... (vetado) tem por finalidade estudar, propor e aconselhar medidas em prol do desenvolvimento do turismo, e terá sua organização e funcionamento fixado em ato do Poder Executivo.

Art. 12. Ficam criados nos quadros cabíveis de pessoal do Estado:

1 cargo, em comissão, de Secretário de Estado do Turismo;

1 cargo, em comissão, de Assistente de Secretário de Estado de Turismo, símbolo 2-C;

3 cargos, em comissão, de Diretor de Departamento, símbolo 2-C;

2 cargos, em comissão, de Diretor de Divisão símbolo 3-C;

16 cargos, em comissão, de Chefe de Serviço, símbolo 6-C;

1 cargo, em comissão, de Adjunto do Secretário de Estado de Turismo, símbolo 3-C;

Art. 13. Ficam extintos os cargos em comissão de Diretor do Departamento de Turismo e Certames, símbolo 2-C, de Chefe de Serviço de Turismo símbolo 6-C, Chefe do Serviço de Certames, símbolo 6-C, e Chefe do Serviço de Correspondência, símbolo 7-C, todos lotados no Departamento de Turismo e Certames, transformado nesta lei na Secretaria de Estado de Turismo.

Art. 14. Vetado.

Art. 15. As dotações orçamentárias para corrente exercício e o acervo do Departamento de Turismo e Certames ficam transferidos para a Secretaria de Turismo.

Art. 16. Vetado.

Art. 17. Vetado

Art. 18. Vetado.

Art. 19. Vetado.

CAPÍTULO II

Da Superintendência do IV Centenário da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

Art. 20. Fica criada a Superintendência do IV Centenário da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, com autonomia administrativa e financeira, e personalidade jurídica, sob a jurisdição do Secretário de Estado de Turismo.

Art. 21. A Superintendência ora criada tem por objetivo planejar, promover, executar, coordenar e superintender as comemorações relativas ao IV Centenário da Fundação da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

§ 1.º A Superintendência fará realizar congressos, exposições, conferências, festivais, certames litero-musicais e outros, e prioritàriamente mediante convênio, quando fôr o caso:

a) vetado;

b) O "Festival Internacional de Música do Rio de Janeiro", em 1963, como abertura das festividades comemorativas do IV Centenário da Cidade, em consonância com o regulamento que o Governador do Estado expedirá.

§ 2.º O "Festival Internacional de Música do Rio de Janeiro" a que se refere o parágrafo anterior, incluirá uma série de concertos executados por grupos artísticos e solistas de reputação mundial, preferencialmente da América Latina, da Europa e dos Estados Unidos, incluindo-se obras marcantes de compositores brasileiros e de outros países, de música clássica e contemporânea, e assim, orquestras sinfônicas representações de óperas, música de câmara e recitais.

§ 4.º Enquanto não estiver em pleno funcionamento a Superintendência criada nesta lei, o Governador do Estado poderá confiar a realiazção do "Festival Internacional de Música do Rio de Janeiro" a entidade nacional ou internacional especializada ou a Comissão Especial ... (vetado) que poderá contratar, promover a utilização e aplicar verbas especialmente para isto votadas e adotar quaisquer outras providências necessárias.

Art. 22. A administração da Superintendência caberá a um Conselho de Administração ... (vetado) nomeados pelo Governador do Estado ... (vetado).

§ 1.º O Secretário de Estado de Turismo será o Presidente nato do Conselho de Administração.

§ 2.º Os membros do Conselho de Administração perceberão gratificação por sessão a que comparecerem.

Art. 23. O Presidente é o gestor dos negócios e atividades gerais da entidade.

Art. 24. Integrará a Superintendência um Conselho Consultivo ... (vetado).

Parágrafo único. Ao Conselho Consultivo cabe opinar sôbre quaisquer assuntos de interêsse para a realização dos festejos e comemorações, e prestar tôda a assistência à Superintendência.

Art. 25. Integrará igualmente a Superintendência um Conselho Fiscal constituído de 3 (três) membros efetivos, sob a presidência de um dêles, e três suplentes, todos nomeados pelo Governador do Estado.

Art. 26. A Superintendência compreenderá órgãos de planejamento, execução e supervisão dos seus trabalhos, cujas atribuições e funcionamento, inlusive substituições de seus membros ou componentes serão discriminados na regulamentação desta lei, assegurada à direção superior a flexibilidade necessária para serem atingidos seus objetivos.

Art. 27. Fica o Estado autorizado a permitir a utilização de seus próprios órgãos técnicos e administrativos, pessoal, material, máquinas e pertences, aparelhos, instalações e equipamentos necessários ao preparo das comemorações programadas.

Parágrafo núico. Aos servidores do Estado postos à disposição da Superintendência assegurar-se-ão os direitos e vantagens a que se refere a Lei n.º 880 de 17 de novembro de 1956 considerando-se para todos os efeitos em efetivo exercício.

Art. 28. Sem prejuízo do disposto no artigo anterior a Superintendência poderá contratar técnicos e pessoal especializado para quaisquer serviços necessários ao seu funcionamento, fixando os respectivos salários ou remeeneração.

Art. 29. A Superintendência manter-se-á com as dotações orçamentárias a ela destinadas pelo Estado, Govêrno Federal, entidades autárquicas, instituições privadas com recursos especiais que lhe foram atribuídos, com as rendas que vier a instituir e com a arrecadação das taxas que lhe forem destinadas.

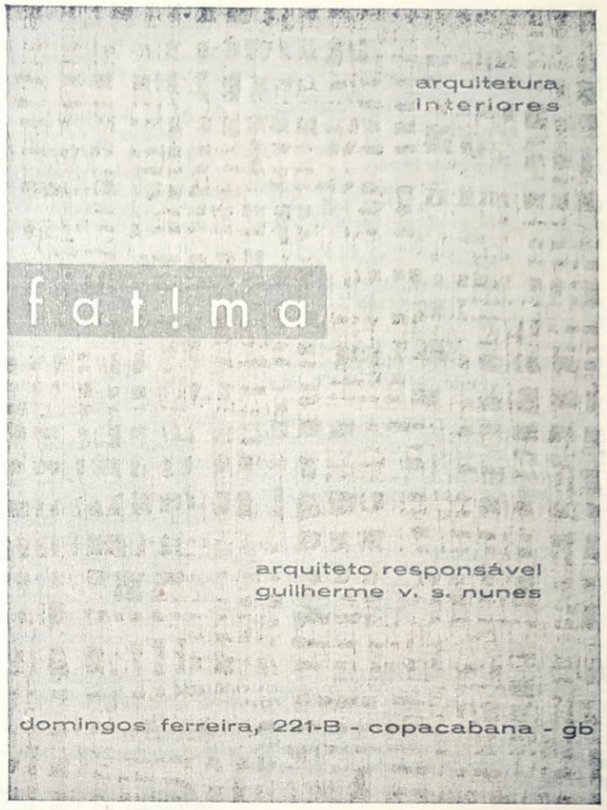
Art. 30. Vetado.

Art. 31. Fica o Governador autorizado a abrir o crédito especial de ..... Cr$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de cruzeiros) para atender às despesas de instalações e funcionamento da Superintendência e Cr$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros) para a realização do "Festival de Música do Rio de Janeiro".

Parágrafo único. O crédito de que trata êste artigo, será compensado nos têrmos da legislação em vigor, com o cancelamento de igual importância da Verba 500 — Secretaria de Estado de Finanças — Código Geral 8.134 — Código Local 3.601 — "Para cobertura de créditos adicionais autorizados pelo Legislativo no exercício (art. 10, item VIII, da Constituição), da Lei n.º 87, de 9 de dezembro de 1961".

Art. 32. A movimentação de fundos será objeto de rigorosa contabilização e escrituração.

Art. 33. A Superintendência ficará automàticamente extinta após o encerramento oficial das comemorações, depois de prestadas e aprovadas as respectivas contas.



CAPÍTULO III

Sôbre o auxílio e fomento à indústria cinematográfica a que se referem os arts. 2.º e 3.º da Lei n.º 73, de 28 de novembro de 1961.

Art. 34. O auxílio à indústria cinematográfica, previsto nos arts. 2.º e 3.º da Lei n.º 73 de 28 de novembro de 1961, compreenderá:

a) o fomento à produção de filmes de longa e curta metragem no Estado através de facilidades e apoio possíveis das autoridades estaduais, consoante regulamento desta lei;

b) vetado;
c) vetado;
d) vetado;
e) vetado;
f) vetado;
g) vetado;
h) vetado;
i) vetado;
Art. 35. Vetado.
Art. 36. Vetado.
§ 1.º vetado.
§ 2.º vetado.
§ 3.º vetado.
§ 4.º vetado.
§ 5.º vetado.
Art. 37. Vetado.
Art. 38. Vetado.
§ 1.º Vetado.
§ 2.º Vetado.
Art. 39. Vetado.
Parágrafo único. Vetado.
Art. 40. Vetado.
§ 1.º Vetado.
§ 2.º Vetado.
§ 3.º Vetado.
§ 4.º Vetado.
§ 5.º Vetado.
Art. 41. Vetado.
a) vetado;
b) vetado;
c) vetado;
d) vetado;
e) vetado;
f) vetado;
g) vetado;
h) vetado;
i) vetado;
j) vetado;
k) vetado;
l) vetado;
m) vetado;
n) vetado;
§ 1.º vetado.
§ 2.º vetado.
§ 3.º vetado.
Art. 42. Vetado.
§ 2.º Vetado.
Art. 43. Vetado.
Art. 44. Vetado.
Art. 45. Vetado.
§ 1.º vetado.
a) vetado;
b) vetado;
c) vetado;
d) vetado;
e) vetado;
f) vetado;
§ 2.º Vetado.
§ 3.º Vetado.
Art. 46. Vetado.
Parágrafo único. Vetado.

Art. 27. As emprêsas de indústria cinematográfica a que se refere esta lei, exis-

tentes ou que venham a ser instaladas no Estado da Guanabara dentro do prazo de 2 (dois) anos inclusive os laboratórios, estúdios e distribuidores, sendo que êstes últimos quando se destinam e se dediquem única e exclusivamente a filmes brasileiros de 35 ou 16 mm naturais ou de enrêdo ficam durante dez anos isentos de todos os impostos cobrados pelo Estado.

Parágrafo único. As emprêsas e laboratórios que estejam em débito com impôsto relativo às suas atividades, ficam do mesmo anistiadas.

Art. 48. Vetado.

Art. 49. Será baixado dentro de 60 (sessenta) dias o regulamento sôbre o disposto no presente capítulo.

Art. 50. As despesas decorrentes dêste Capítulo correrão pela verba a que se refere o art. 2.º da Lei n.º 73, de 28 de novembro de 1961.

Art. 51. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de janeiro de 1963, 75.º da República e 4.º do Estado da Guanabara.

Carlos Lacerda
Eurico Siqueira
Mário Lorenzo Fernandez
(*D.O. de 8 de Janeiro,* 1963).

REFORMA ADMINISTRATIVA — TRECHOS

Lei n.º 263 — de 24 de dezembro de 1962
Dispõe sôbre a Reestruturação Administrativa do Estado da Guanabara e dá outras providências.

O governador do Estado da Guanabara:
Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado da Guanabara decreta e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I
Das Secretarias de Estado

Art. 1.º Ficam criadas, na estrutura administrativa do Estado, as Secretarias e os correspondentes cargos de Secretário de Estado.

I — Secretaria de Govêrno;

II — Secretaria de Justiça;

III — Secretaria de Serviços Sociais;

IV — Secretaria de Serviços Públicos;

V — Secretaria sem Pasta.

Art. 2.º Passam a denominar-se respectivamente, Secretaria de Administração, Secretaria de Economia, Secretaria de Educação e Cultura, Secretaria de Finanças, Secretaria de Segurança Pública, Secretaria de Obras Públicas e Secretaria de Saúde as atuais Secretaria-Geral de Administração, Secretaria-Geral de Agricultura, Indústria Comércio, Secretaria-Geral de Educação e Cultura, Secretaria-Geral de Finanças, Secretaria-Geral de Interior e Segurança, Secretaria-Geral de Viação e Obras e Secretaria-Geral de Saúde e Assistência.

Art. 3.º Os assuntos compreendidos na competência de cada uma das Secretarias de Estado são adiante especificadas:

I — Secretaria de Administração — Pessoal; Material; Transporte das Repartições; Comunicações; Imprensa Estadual; Documentação.

II — Secretaria de Economia — Expansão Econômica; Agricultura, Indústria e Comércio; Abastecimento; Veterinária; Recursos Naturais.

III — Secretaria de Educação e Cultura — Educação Primária; Educação Média e Superior; Formação Técnico-Profissional; Atividades Complementares; Atividades Culturais.

IV — Secretaria de Finanças — Receita; Despesa; Contabilidade; Administração Fazendária; Administração Patrimonial.

V — Secretaria do Govêrno — Coordenação dos Planos de Govêrno e da elaboração orçamentária; Reorganização Administrativa; Estatística, Geografia.

VI — Secretaria de Justiça — Ministério Público; Procuradoria Geral ... vetado; Administração Penitenciária; ... vetado.

VII — Secretaria de Obras Públicas — Obras de Urbanização; Rodovias; Abastecimento d'água; Saneamento; Limpeza Urbana, Parques; Fiscalização de Construções.

VIII — Secretaria de Saúde — Saúde Pública; Assistência Médica e Hospitalar; Atividades Complementares.

IX — Secretaria de Segurança Pública — Serviços Policiais e de Segurança Pública.

X — Secretaria de Serviços Públicos — Contrôle ou administração de Serviços de Utilidade Pública; Telefones; Gás; Energia; Transportes Coletivos.

XI — Secretaria de Serviços Sociais — Recuperação e Orientação Social; Assistência ao menor; Assistência à população desfavorecida; Habitação Popular.

XII — Secretaria Sem Pasta — ... vetado.

XIII — Secretaria de Turismo. (De acôrdo com o disposto na sua respectiva Lei.)

TÍTULO II
Da Administração Descentralizada

Art. 4.º Integram a administração descentralizada do Estado:

I — Sem personalidade jurídica;

a) os serviços ou estabelecimentos relativamente autônomos.

II — Com personalidade jurídica:

a) as Autarquias;

b) as Emprêsas ou Fundações instituídas pelo Estado.

Parágrafo único: Os órgãos da administração descentralizada estão sujeitos à supervisão e contrôle da Secretaria interessada em sua principal atividade.

TÍTULO III
Da Estrutura Administrativa Básica

Art. 5.º A estrutura básica da Administração Estadual compreende:

I — em contato direto com o Governador;

a) o Secretário de Govêrno;

b) os Secretários de Estado.

II — em contato direto com os Secretários de Estado:

1 — Na Secretaria de Administração:

A) Órgãos Centrais:

Departamento do Pessoal;
Departamento do Material;
Departamento de Imprensa Estadual (capítulo I das Disposições Especiais).
Divisão de Documentação.

B) Órgãos Descentralizados:

a) Órgãos relativamente autônomos (art. 7.º).
Superintendência de Transportes e Comunicações, Escola do Serviço Público, ... vetado e outros.

b) Autarquias:

Instituto de Previdência do Estado da Guanabara (de acôrdo com o disposto na sua respectiva Lei).

2 — Na Secretaria de Economia:

a) Órgãos Centrais:

Departamento de Expansão Econômica;
Departamento de Abastecimento;
Departamento de Agricultura;
Departamento de Veterinária;
Departamento de Recursos Naturais.

b) Órgãos Descentralizados:

1 — Vetado.

a) Órgãos relativamente autônomos (art. 7.º)

2 — Jardim Zoológico, Serviço Estadual de Meteorologia, ... vetado e outros.

b) Sociedade por ações:

1 — Companhia Progresso da Guanabara (COPEG) — (Lei n.º 47).

2 — Companhia Central de Abastecimento (COCEA) — (Lei n.º 173).

3 — Na Secretaria de Educação e Cultura:

a) Órgãos Centrais:

Departamento de Educação Primária;
Departamento de Educação Média e Superior;
Departamento de Serviços Complementares;
Departamento de Cultura.

b) Órgãos Descentralizados:

a) Órgãos relativamente autônomos (art. 7.º).

Teatro Municipal, Estabelecimentos isolados de ensino superior não incluídos na Fundação da Universidade do Estado da Guanabara, Instituto de Educação do Excepcional, Instituto de Pesquisas Educacionais, Instituto de Educação e outros.

b) Conselho Estadual de Educação.

c) Conselho Estadual de Cultura (Capítulo III das Disposições Especiais):

d) Vetado.

4 — Na Secretaria de Finanças:

a) Órgãos Centrais:

Diretoria Geral da Receita, compreendendo Cadastro Fiscal; Departamento de Instrução Fiscal; Departamento de Escrituração Fiscal; Inspetoria de Rendas; Departamento de Processamento de Dados, na forma do Capítulo V das Disposições Especiais; Departamento Patrimonial.

Diretoria Geral do Tesouro compreendendo Departamento de Arrecadação; Tesouraria Geral; Pagadoria Geral; Departamento de Contrôle; Serviço da Dívida Interna Fundada.

Contadoria-Geral do Estado.

b) Órgãos Descentralizados:

Sociedade por ações; Banco do Estado da Guanabara.

5 — Na Secretaria de Govêrno:

(Capítulo VI das Disposições Especiais)

A) Órgãos Centrais:

Gabinete do Governador;
Vetado.
Vetado.
Vetado.
Vetado.

B) Órgãos Descentralizados:

a) órgãos relativamente autônomos (art. 7.º):

Comissões Executivas de Projetos Específicos.

6 — Na Secretaria de Justiça:

(Capítulo VII das Disposições Especiais).

A) Órgãos Centrais:

Ministério Público; Procuradoria Geral ... vetado;

B) Órgãos Descentralizados:

a) Órgãos relativamente autônomos (art. 7.º):

Estabelecimentos Penitenciários.

7 — Na Secretaria de Obras Públicas:

A) Órgãos Centrais:

Departamento de Obras;
Departamento de Engenharia Urbanística;
Departamento de Edificações,
Departamento de Parques.

B) Órgãos Descentralizados:

a) órgãos relativamente autônomos (art. 7.º):

Serviços de Pedreiras, Serviços de Asfalto e outros.

b) Autarquias:

Superintendência de Urbanização e Saneamento;
Departamento de Estradas de Rodagem.

c) Sociedade por ações:

Companhia Estadual de Águas;
Companhia Estadual de Limpeza Urbana;

3 — Na Secretaria de Saúde:

a) Órgãos Centrais:

Departamento de Higiene;
Departamento da Criança e Adolescente;
Departamento de Tuberculose;
Departamento de Assistência Hospitalar;
Departamento de Prédios e Instalações.

b) Órgãos Descentralizados:

Órgãos relativamente autônomos (art. 7.º)

Hospitais Gerais ou Especializados, Laboratório de Produtos Farmacêuticos e Biológicos, Banco de Sangue, Rouparia Central, Laboratório de Saúde Pública e outros.

9 — Na Secretaria de Segurança Pública:

A Secretaria de Segurança Pública englobara todos os serviços de polícia e de segurança, civis ou militares. Na forma dos Capítulos VIII, IX e X das Disposições Especiais.

10 — Na Secretaria de Serviços Públicos:

a) Órgãos Centrais:

Comissão Estadual de Energia ... vetado (Capítulo XI das Disposições Especiais).

Comissão Estadual de Contrôle dos Serviços Concedidos.

b) Órgãos Descentralizados:

Sociedades por ações;
Companhia Estadual de Telefones;
Companhia Estadual de Transportes Coletivos CTC-GB (Lei n.º 196).

11 — Na Secretaria de Serviços Sociais:

A) Órgãos Centrais:

Departamento de Orientação Social;
Departamento de Assistência ao Menor;
Departamento de Recuperação de Favelas;

B) Órgãos Descentralizados:

a) Órgãos relativamente autônomos (art. 7.º):

Instituto Oscar Clark, Albergue da Boa Vontade, Asilo São Francisco de Assis e outros.

b) Sociedade por ações:

Companhia de Habitação Popular (COHAB) (Capítulo XII das Disposições Especiais).

12 — Secretaria Sem Pasta (Capítulo XIII das Disposições Especiais).

13 — Secretaria de Turismo. (De acôrdo com o disposto na sua respectiva Lei).

Art. 6.º Integram ainda a administração estadual:

a) Os Conselhos ou Comissões instituídas pela Constituição, pela lei ou pelo Executivo;

b) Os órgãos incumbidos das atividades auxiliares de administração (art. 178);

c) Os órgãos de nível inferior aos constantes da estrutura básica de que trata o artigo anterior.

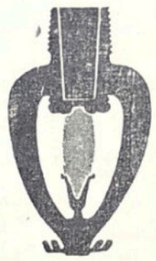
TÍTULO V
Disposições Especiais

CAPÍTULO II
Do Conselho de Desenvolvimento

Art. 32 — Fica criado o Conselho do Desenvolvimento Econômico do Estado da Guanabara destinado a estudar os problemas econômicos do Estado, planejar seu desenvolvimento e controlar a execução dos planos que aprovar.

RESMAT
LTDA.

A PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO
DEVE COMEÇAR NO PROJETO



- EQUIPAMENTOS DE HIDRANTES PREDIAIS E INDUSTRIAIS.
- EQUIPAMENTOS AUTOMÁTICOS "SPRINKLERS GRINNEL".
- SISTEMAS DE PROTEÇÃO PARA RISCOS ESPECIAIS: "MULSIFYRE", "PROTECTOSPRAY", ESPUMA, PÓ SÊCO E CO2.
- PORTAS CORTA-FOGO DOS TIPOS "BLINDADO" E "KALAMEIN".
- REDES DE CANALIZAÇÕES PARA INDUSTRIAIS.

RIO DE JANEIRO: AV. GRAÇA ARANHA, 338 - s/506. T. 42-1278
S. PAULO: RUA MICHIGAN, 1495 (BROOKLIN NOVO) T. 61-0602

Art. 33 Para atingir suas finalidades e atender ao disposto no parágrafo 2.º do art. 69 da Constituição do Estado o Conselho terá as seguintes atribuições:

a) realizar, com auxílio de quaisquer entidades públicas e privadas, o levantamento anual da situação econômica do Estado.

b) elaborar, com base nesses estudos, e submetê-los à aprovação do Governador, os planos anuais, ou plurienais de desenvolvimento econômicos do Estado, estabelecendo a prioridade dos investimentos;

c) controlar a execução dos planos de desenvolvimento.

Art. 34 Além das atribuições a que se refere o artigo anterior caberá ao Conselho:

a) colaborar na Proposta Orçamentária do Estado, a fim de ajustá-la à política de desenvolvimento econômico e social definida nos planos anuais e plurienais;

b) estudar e preparar anteprojetos de lei, decretos ou atos administrativos julgados necessários à consecução dos objetivos mencionados nesta lei;

c) remeter, anualmente, à Assembléia Legislativa, ... vetado, relatórios sôbre a situação econômica do Estado, sugerindo as providências que julgar reclamadas pela conjuntura estadual e nacional, e opinando sobre a legislação tributária do Estado e suas repercussões econômicas e sociais.

Art. 35 O Conselho será presidido pelo Governador do Estado e integrado pelos seguintes membros natos: Secretários de Estado, Presidente da COPEG, Presidente do Banco do Estado e o Presidente do Conselho de Administração da SURSAN.

§ 1.º vetado.

a) Vetado.

b) Vetado.

c) Vetado.

§ 2.º Vetado.

Art. 36 O Conselho reunir-se-á, ao menos uma vez por mês deliberando por maioria, desde que presentes dois têrços de seus membros.

Páragrafo único — Os membros do Conselho perceberão, por sessão a que comparecerem, gratificação que será fixada pela maioria, em cada exercício, para o exercício seguinte.

Art. 37. O Secretário-Geral do Conselho, caso não seja Secretário de Estado perceberá vencimentos e vantagens idênticas ao de Secretário de Estado.

Art. 38 Vetado.

§ 1.º Vetado.

§ 2.º Vetado.

Art. 39 O Conselho, sempre que necessário, ouvirá representantes das Classes Produtoras, dos Trabalhadores e de outras entidades cuja audiência seja útil aos trabalhos de planejamento, podendo atribuir mediante ajuste, a órgãos ou estabelecimentos públicos ou outras entidades de reconhecida idoneidade técnica, a realização de estudos e levantamentos.

Art. 40 Fica o Governador autorizado a abrir o crédito especial de ..... Cr$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) para atender às despesas de qualquer natureza decorrentes da instalação do Conselho e seu funcionamento no exercício de 1963.

§ 1.º O crédito especial a que se refere o presente artigo será validado em dois exercícios e será compensado na forma do art. 27, § 1.º, item III, do Código de Contabilidade Pública, com o cancelamento de igual importância na Verba 500 — códigos 8134 — 3601 — para cobertura de créditos

adicionais autorizados pelo Legislativo no exercício (art. 19, item VIII, da Constituição), do Orçamento vigente.

§ 2.º O Orçamento do Estado, para o exercício seguinte ao que entrar em vigor esta lei, consignará as dotações necessárias ao atendimento das despesas com a manutenção e funcionamento do Conselho.

Art. 41 — Vetado.
§ 1.º — Vetado.
§ 2.º — Vetado.

CAPÍTULO III
Do Conselho Estadual de Cultura

Art. 42 O Conselho Estadual de Cultura, instituído pelo artigo 55 da Constituição do Estado, será organizado de acôrdo com o estabelecido na presente lei.

Art. 43 Vetado.
I — Vetado.
II — Vetado.
III — Vetado.

Art. 44 Vetado ... caberá ao Conselho:

I — Elaborar seu Regimento Interno, a ser aprovado pelo Governador;

II — Emitir parecer sôbre assuntos e questões de natureza cultural que lhe forem submetidos pelo Secretário de Estado da Educação e Cultura, inclusive sôbre a concessão de subvenções ou auxílios a entidades culturais particulares;

III — Manter intercâmbio com os Conselhos Nacionais e Estaduais de Cultura, propondo ao Governador convênios com esses órgãos;

IV — Publicar uma revista destinada ao registro e à difusão das atividades culturais no Estado.

Art. 45 Vetado.
§ 1.º Vetado.
§ 2.º Vetado.
I — Vetado.
II — Vetado.
§ 3.º Vetado.

Art. 46 Vetado.

Art. 47 Fica o Governador autorizado abrir o crédito especial de ..... Cr$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de cruzeiros) para atender às despesas, de qualquer natureza, com a instalação e o funcionamento do Conselho.

Párágrafo único — O crédito especial a que se refere o presente artigo terá validade em dois exercícios e será compensado na forma do artigo 27, § 1.º, Item III, do Código de Contabilidade Pública, com o cancelamento de igual importância, na Verba 500 — Código 8134 — 3801 — "Para cobertura de créditos adicionais autorizados pelo Legislativo, no exercício" (Art. 19, item VIII, da Constituição) do Orçamento vigente.

CAPÍTULO IV
Da Carteira de Investimento Educacional do Banco do Estado

Art. 48 Fica o Banco do Estado da Guanabara autorizado a criar a Carteira de Investimento, com a função de atender ao disposto no artigo 168, item II da Constituição Federal, o artigo 24 e seus parágrafos da Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

Art. 49 O Estado fornecerá os recursos necessários para que o Banco do Estado da Guanabara possa iniciar as atividades da Carteira, destinando para êsse fim a dotação de 400 milhões de cruzeiros constante do Orçamento de 1963.

§ 1.º O Banco Administrará os recursos da Carteira de maneira a assegurar, em cada caso, o retôrno do valor real do financiamento concedido.

§ 2.º O crédito de 400 milhões será aberto mediante o cancelamento de igual importância constante do Anexo 4, Subanexo 6.00 — Verba 08.0.99.00 n.º 2.

Art. 50 Fica o Banco do Estado autorizado a criar uma classe especial de depositantes, cujos depósitos se destinarão exclusivamente à aplicação prevista para a Carteira de Investimento Educacional.

Art. 51 A fixação do valor dos investimentos, financiamentos, bôlsas reembolsáveis, as condições de sua renovação anual e a seleção dos candidatos serão fixados em regulamento a ser baixado pelo Secretário de Educação, com a prévia audiência do Conselho Estadual de Educação, tendo em vista o disposto nos artigos 93 e 84 e seus parágrafos da Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

CAPÍTULO XII
Da Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara (COHAB)

Art. 155 Fica o Poder Executivo autorizado a constituir, na forma desta lei, a Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara — COHAB, que terá a seu cargo as incumbências estabelecidas no art. 66 e seus parágrafos da Constituição do Estado.

Art. 156 No Estatuto da COHAB serão observadas, em tudo que lhe for aplicável, as normas da lei de sociedades anonimas.

Art. 157 O capital inicial será de Cr$ 6.000.000.000,00 (seis bilhões de cruzeiros), devendo o Estado da Guanabara subscrever no mínimo 51% (cinquenta e um por cento) do capital inicial da sociedade e dos aumentos que neste vierem a ser feitos.

Parágrafo único — Para a integralização das ações, subscritas pelo Estado da Guanabara, serão destinados, entre outros, as dotações orçamentárias previstas no § 1.º do art. 66 da Constituição do Estado; os bens, títulos e valores que forem incorporados ou cedidos ou transferidos de outros órgãos ou entidades; o valor das dotações já aplicadas em realizações compreendidas nas incumbencias previstas no artigo 66 da Constituição do Estado, deduzidas, na contabilidade da COHAB, as despesas feitas por outros orgaos ou entidades naquelas realizações.

Art. 158 A COHAB gozará dos benefícios de desapropriação por utilidade pública, de acôrdo com a legislação em vigor.

Art. 159. A COHAB é declarada de utilidade publica, gozando seus bens e serviços de total isenção de impostos estaduais e municipais.

Art. 160 O Govêrno do Estado poderá garantir as operações de crédito realizadas pela COHAB.

Art. 161 A COHAB terá sede e foro na cidade do Rio de Janeiro e funcionará por tempo indeterminado.

Parágrafo único — Em caso de liquidação da COHAB, o seu acervo reverterá ao patrimônio do Estado da Guanabara, depois de pagas as dívidas e reembolsado o capital dos demais acionistas, inclusive a participação que tiverem em reservas livres.

Art. 162 Não serão distribuídos os dividendos, participações ou bonificações que couberem ao Estado da Guanabara ou a entidades estatais, sendo os mesmos levados aos fundos especiais de aumento do capital da COHAB.

Art. 163 A COHAB será administrada por uma Diretoria composta de cinco membros, ... vetado, eleitos pela Assembléia-Geral de acionistas, ... vetado, e um pelos trabalhadores da Emprêsa, na forma do que dispõe o art. 73 da Constituição Estadual.

§ 1.º Os mandos dos Diretores serão de quatro (4) anos.

§ 2.º O Presidente da COHAB será escolhido pelo Governador do Estado dentro de cinco diretores.

Art. 164 O Conselho Fiscal será composto de três membros efetivos e três suplentes sendo um dêles e seu suplente indicados pelo grupo de acionistas minoritário.

Art. 165 Além do pessoal próprio, que ficará sujeito à legislação trabalhista, a COHAB poderá utilizar servidores estaduais, que serão considerados, para todos os efeitos, como em efetivo exercício no Estado, vedada a acumulação de vencimentos e garantido o direito de opção.

Art. 166 O Governador do Estado nomeará, dentro de 10 dias, contados da vigência desta lei, três incorporadores ... vetado, que terão o prazo de 30 dias para promover e ultimar os atos necessários à constituição da Companhia.

Parágrafo único — Sem prejuízo das funções que lhes são próprias, os três incorporadores poderão praticar todos os atos de competência da Diretoria da COHAB.

Art. 167 Fica o Governador autorizado a abrir crédito especial até o montante de Cr$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), para as despesas iniciais de constituição e instalação da Companhia, que será compensado com o cancelamento de igual importancia na dotação da Verba 100, Poder Executivo, Código Local 3.604.

Art. 168 Por decreto do Poder Executivo, serão extintos ou alterados os órgãos ou entidades que tiverem suas atribuições absorvidas, total ou parcialmente, pela COHAB.

Art. 169 Fica o Poder Executivo autorizado a alienar, mediante asta pública (Constituição do Estado — Art. 44, § 5.º) os proprios estaduais que tiverem a destinação especifica de Conjuntos Residencias, devendo o preço da alienação não ser inferior ao que for estabelecido em laudo oficial de avaliação.

Parágrafo único — Sòmente poderão conceder à haste aquêles que não forem proprietarios de imóvel.

Art. 170 Fica o IPEG autorizado a financiar a aquisição, por servidores do Estado, mediante garantia hipotecária, até o máximo de 240 prestações mensais e a juros de 1% ao mes.

Art. 171 Para ocorrer ao financiamento de que trata o artigo anterior. O Estado considerará como adiantamento do IPEG, em conta escritural, as importâncias respectivas, na quais serão liquidadas, gradualvamente mediante reembolso ao Estado, à medida que o IPEG receber as quantias correspondentes ao capital amortizado mensalmente pelo mutuário.

Art. 172 Na forma da lei civil é assegurado aos locatários dos imóveis oferecidos à licitação, o direito de preferência para aquisição, o qual deverá ser manifestado, por escrito, ao prazo de trinta dias, ao órgao competente, a contar da data da publicação dos Editais respectivos.

Art. 173 O adquirente do imóvel financiado pelo IPEG que, no primeiro decênio deixar de utilizar o imóvel, como moradia própria, perderá o direito ao financiamento vencendo-se a dívida que, acrescida de multa de 20%, será cobrada executivamente.

(Publicada no D.O. de 24-12-1962, *capa e páginas* 26908 Δ 26914).

Bôlsa de Materiais

01 — Materiais de Cerâmica
02 — Materiais de cimento-amianto e premoldados
03 — Materiais de madeira
04 — Materiais metálicos
05 — Materiais plásticos
06 — Materiais químicos
07 — Materiais de vidro
08 — Equipamentos
09 — Materiais Diversos
(Preços médios nos revendedores do Rio em 28-1-63).

Nota da Redação: **Com a publicação em nossa edição passada da "Bôlsa de Materiais", recebemos, particularmente de arquitetos, inúmeras cartas de apoio e aprovação à nossa iniciativa. Muitas sugestões estão sendo apresentadas. A principal delas se refere ao sistema de grupamento dos materiais. Grande número de leitores sugere a adoção de outro sistema que apresente os materiais grupados de acôrdo com a sua utilização,** (materiais de cobertura, materiais de revestimento, etc). **Estamos estudando detidamente essas sugestões e, possìvelmente já no próximo número, introduzamos algumas modificações nesta seção.**

01 — MATERIAIS DE CERÂMICA

Azulejos brancos (11x11 e 15x15)	Cr$	1.185,00	m²
Azulejos de côr (11x11 e 15x15)	"	1.595,00	m²
terminais (boleados), brancos	"	225,00	ml
terminais (boleados), de côr 11x11	"	400,00	ml
calhas internas e externas brancas 15 cm	"	220,00	ml
idem idem idem idem 11 cm	"	256,00	ml
idem idem idem de côr 15 cm	"	265,00	ml
idem idem idem idem 11 cm	"	338,00	ml
Banheiras brancas 4 1/2'	"	18.350,00	uma
Banheiras brancas 5'	"	27.500,00	uma
Banheiras brancas 5 1/2'	"	33.000,00	uma
Banheiras de côr 4 1/2'	"	31.000,00	uma
Banheiras de côr 5 1/2'	"	45.500,00	uma
Bidês brancos 3 furos	"	4.020,00	um
Bidês de côr 3 furos	"	4.900,00	um
Ladrilhos cerâmicos sextavados vermelhos	"	1.220,00	m²
Ladrilhos cerâmicos sextavados em côr ..	"	2.200,00	m²
Ladr. cerâmicos retangulares vermelhos	"	1.560,00	m²
Ladrilhos cerâmicos retangulares em côr	"	2.160,00	m²
Ladrilhos cerâmicos quadrados sulcado vermelho	"	1.670,00	m²
Ladrilho cerâmico quadrado sulcado em côr	"	2.500,00	m²
Ladrilho cerâmico quadrado boleado verm.	"	100,00	pç
Ladrilho cerâmico quadrado boleado côr	"	140,00	pç
Ladr. cerâmico p/piso industrial verm.	"	2.700,00	m²
Ladrilhão cerâmico	"	115,00	pç
Ladrilhos de porcelana (quadrados, hexagonal e octogonal) branco	"	1.150,00	m²
Ladrilhos de porcelana (quadrados, hexagonal e octogonal) em côres	"	1.480,00	m²
Lajota decorativa	"	90,00	pç
Lavatórios brancos 18x11 (1 furo)	"	1.250,00	um
Lavatórios brancos 23x17 (1, 2 e 3 furos)	"	3.500,00	um
Lavatórios de côr 18x11 (1 furo)	"	2.950,00	um
Lavatórios de côr 23x17 (1, 2 e 3 furos)	"	4.270,00	um
Litocerâmica acanalada (normal)	"	1.280,00	m²
Litocerâmica — Placa de 300x60x60 ...	"	1.800,00	m²
Mictórios (centro) brancos	"	1.520,00	um
Mictórios (centro) de côr	"	2.970,00	um
Mictórios (sifonados) brancos	"	11.370,00	um
Mictórios (sifonados) de côr	"	18.700,00	um
Mosaico cerâmico vermelho	"	650,00	m²
Mosaico cerâmico verde	"	1.500,00	m²
Telhas de barro (marselha)	"	42,00	uma
Telhas de cerâmica (marselha)	"	63,00	uma
Telhas de cerâmica (colonial)	"	69,00	uma
Tijolo cerâmico prensado (simples)	"	64,00	pç
meio curto	"	41,00	pç
canto redondo	"	42,00	pç
Vasos Sanitários (vitrificados, autosifonados, de côr)	"	4.100,00	um
Vasos Sanitários (branco)	"	2.230,00	um

(Revendedor no Rio: **Marcovan** — Rua da Assembléia, 178)

02 — MATERIAIS DE CIMENTO-AMIANTO E PREMOLDADOS

Basculantes de concreto armado 60x90x5	Cr$	3.700,00	pç
50x75x5	"	3.600,00	pç
Caixilhos de concreto 14,5x15x5, fixos	"	2.000,00	pç
20x20x5 c/ 2 rebaixos	"	1.340,00	pç
50x50x50 fixos	"	570,00	pç
1,08x28x10 c/ 2 rebaixos	"	1.420,00	pç
Elementos vasados de concreto, quadrados			
13x20x10	"	70,00	pç
14x26x8	"	67,00	pç
30x60x15	"	240,00	pç
Elementos vasados de concreto sextavado			
12x8x8	"	46,00	pç
sextavadinho 14x16x8	"	44,00	pç
Elementos vasados de concreto triangular			
19x19x26x8	"	60,00	pç
Elementos vasados de concreto 49x50x8			
venez	"	416,00	pç

03 — MATERIAIS DE MADEIRA

Chapas de madeira compensada (especial) à prova d'água, 220x110

pinho — 2mm	Cr$	305,00	m²
pinho — 4mm	"	478,00	m²
pinho — 6mm	"	715,00	m²
pinho — 12mm	"	1.112,00	m²
pinho — 15mm	"	1.520,00	m²
pinho — 20mm	"	1.735,00	m²
pinho — 25mm	"	2.340,00	m²
pinho — 35mm	"	3.150,00	m²
pinho — 40mm	"	3.180,00	m²
cedro — 4mm	"	795,00	m²
cedro — 6mm	"	1.245,00	m²
cedro — 8mm	"	2.255,00	m²
cedro — 10mm	"	2.255,00	m²
cedro — 15mm	"	2.896,00	m²
cedro — 20mm	"	3.976,00	m²
cedro — 25mm	"	4.405,00	m²
cedro — 30mm	"	5.598,00	m²

Chapas de madeira compensada (comum), 220x160

pinho — 3mm	Cr$	185,00	m²
pinho — 4mm	"	260,00	m²
pinho — 6mm	"	370,00	m²
pinho — 8mm	"	450,00	m²
pinho — 10mm	"	590,00	m²
pinho — 20mm	"	985,00	m²
pinho — 25mm	"	1.040,00	m²
cedro — 4mm	"	663,00	m²
cedro — 6mm	"	825,00	m²
cedro — 8mm	"	915,00	m²
cedro — 10mm	"	1.022,00	m²
cedro — 15mm	"	1.330,00	m²
cedro — 20mm	"	1.750,00	m²
cedro — 25mm	"	1.980,00	m²
peroba — 4mm	"	795,00	m²
peroba — 6mm	"	965,00	m²
peroba — 8mm	"	1.000,00	m²
peroba — 10mm	"	1.200,00	m²
peroba — 20mm	"	1.750,00	m²
peroba — 25mm	"	2.230,00	m²

Chapas de fibra de madeira tipo Eucatex
Chapas duras de fibra de madeira (Eucatex, Duratex e Masonite)

couro 3,5mm	Cr$	415,00	m²
canelado 3,5mm	"	485,00	m²
frisado 3,5mm	"	485,00	m²
lapidado 3,5mm	"	485,00	m²

Chapas Eucatex para forros

isolante bisotado	12mm	60x60	Cr$	670,00	m²
isolante	8mm	122x244	"	670,00	m²
	12mm	122x244	"	670,00	m²
	12mm	122x122	"	670,00	m²
isolante revestido	12mm	122x244	"	690,00	m²
	12mm	122x305	"	690,00	m²
betumado	12mm	122x244	"	980,00	m²
	24mm	122x244	"	1.960,00	m²
piso flutuante	12mm	122x122	"	415,00	m²

acústico A	19mm	variável	"	1.380,00 m²
acústico B	19mm	variável	"	1.380,00 m²
acústico C	19mm	variável	"	1.380,00 m²
travertino	19mm	variável	"	1.380,00 m²
frigorífico	1/2"	122x244	"	415,00 m²
	1"	122x244	"	670,00 m²
	1 1/2"	122x244	"	980,00 m²
	2"	122x244	"	1.175,00 m²
	3"	122x244	"	1.835,00 m²
	4"	122x244	"	2.260,00 m²
	24mm	122x122	"	570,00 m²
durotermic	19mm	120x240	"	1.420,00 m²
	31mm	120x240	"	2.270,00 m²

Chapas Neoplan (Bernini)			
6mm	Cr$	540,00	m²
8mm	"	670,00	m²
10mm	"	780,00	m²
12mm	"	890,00	m²
15mm	"	1.140,00	m²
17mm	"	1.230,00	m²
18mm	"	1.230,00	m²
20mm	"	1.360,00	m²
22mm	"	1.490,00	m²
25mm	"	1.780,00	m²
30mm	"	1.950,00	m²
Eucatex Azulejo 3,5mm	"	565,00	m²
Eucatex Lambri 3,5mm	"	565,00	m²

Lambris Compensados 0,07 cm.			
pinho faqueado	Cr$	1.315,00	m²
descascado	"	915,00	m²
imbuia	"	1.380,00	m²
amendoim	"	1.380,00	m²
cedro	"	1.390,00	m²
marfim	"	1.390,00	m²
cerejeira	"	2.490,00	m²
jacarandá	"	2.490,00	m²
fantasia	"	3.560,00	m²
ranhurado	"	1.315,00	m²

Compensados 0,12 cm.			
pinho faqueado	Cr$	1.983,00	m²
pinho descascado	"	1.757,00	m²
imbuia	"	1.975,00	m²
amendoim	"	1.975,00	m²
cedro	"	1.975,00	m²
marfim	"	1.590,00	m²
cerejeira	"	3.685,00	m²
jacarandá	"	3.685,00	m²

Maciços			
jacarandá	Cr$	6.200,00	m²
caviúna	"	4.050,00	m²
marfim	"	1.810,00	m²
Parquet em peroba do campo ou sucupira			
0,067x0,134	"	1.450,00	m²
0,077x0,402	"	1.520,00	m²
Parquet em amarelo cetim, macaúba ou			
braúna 0,067x0,134	"	1.915,00	m²
0,067x0,402	"	1.935,00	m²

(Revendedor no Rio: **Bernini, S.A.** — R. Moncorvo Filho, 25.)

05 — MATERIAIS PLÁSTICOS

Chapas plásticas (Formiplac) brilhantes	Cr$	3.900,00	m²
1,5m	"	4.100,00	m²
meio fôscas	"	4.100,00	m²
fôscas	"	6.500,00	uma
Pias plásticas	"	1.900,00	m²
Pisos plásticos de luxo (colocado)	"	1.600,00	m²
anti-derrapante	"	1.650,00	m²
semi-áspero	"	3.600,00	um
Tampos para vasos sanitários (Goyana)			

06 — MATERIAIS QUÍMICOS

Impermeabilizante (Repeláqua)	Cr$	1.935,00	galão
impermeabilizante de péga normal	"	68,00	kg
impermeabilizante de péga rápida	"	120,00	kg
impermeabilizante de péga ultra rápida	"	150,00	kg
mastique elástico p/calafetar a frio	"	97,00	kg
(prêto)	"	195,00	kg
(cinza)	"	95,00	kg
tinta protetora para concreto	"	90,00	kg
tinta protetora para fachadas	"	220,00	kg
líquido incolor para fachadas	"	60,00	kg
tinta asfáltica de proteção, tipo Proko	"		

07 — MATERIAIS DE VIDRO

Pastilhas de vidro			
Miscelânea MC	"	910,00	m²
Miscelânea MS	"	630,00	m²
Reflex	"	1.050,00	m²
Vipax Especial	Cr$	1.150,00	m²
Vipax Standard	"	1.050,00	m²
Telhas de vidro (marselha)	"	310,00	uma

08 — EQUIPAMENTOS

Exaustores domésticos standard	Cr$	19.200,00	um
doméstico luxo	"	31.500,00	um
comerciais 250mm	"	31.000,00	um
comerciais 400mm	"	33.000,00	um
Aquecedores elétricos cap. 30L	"	18.500,00	um
cap. 80L	"	30.200,00	um
cap. 100L	"	27.000,00	um
cap. 200L	"	54.200,00	um
cap. 300L	"	96.400,00	um
cap. 500L	"	125.000,00	um
Aquecedores a gás (brancos)	"	19.200,00	um
Aquecedores a gás (em côr)	"	23.100,00	um
Fogões a gás (encanamento) 4 bôcas	"	25.500,00	um
6 bôcas	"	52.000,00	um
Fogões a gás (engarrafado) 4 bôcas	"	27.000,00	um
6 bôcas	"	55.500,00	um

01 — Materiais de Cerâmica

Ideal-Standard Indústria e Comércio

Indústria de cerâmica e louça sanitária em geral e acessórios, com fábrica em Jundiaí, S. Paulo, e escritórios à Alameda Santos, 2152 — 1.º andar, cj. 11 em S. Paulo, Capital.

Linha de Produção

1 — *Bacias* (Vasos Sanitários) — Nesta linha, além das bacias da chamada Linha Imperial ("Copacabana", "Zanbras" e "Zancabraz"), de linhas supermodernas (ver seção "Novos Materiais" em ARQUITETURA de janeiro), fabrica a *Bacia acoplada c/ caixa "Compton"*, composta de bacia sifonada e caixa silenciosa conjugadas, sem apoio à parede; a *Bacia sifonada "Modernus"*, com sifão interno e perfeita sucção em espiral; a *Bacia "Santa Catarina"*, com sifão interno e ventilador, funcionando por arrasto; a *Bacia Comum "Roger"*, c/sifão externo e ventilador, funcionando por arrasto; a *Bacia Norte "Noblesse"*, com sifão interno para a parede e ventilador, funcionando por arrasto; e a *Caixa de Descarga "Turbillon"*, c/capacidade de 14 litros, supersilenciosa.

2 — *Bidês* — Fora dos tipos da Linha Imperial, fabrica os modêlos *"Star"*, c/3 furos e ducha, instalado com misturador "Quality", c/ralo automático, com água quente e fria a ducha ou a borda; *"Splendor"*, c/4 furos e ducha, instalado com misturador "Quality", c/água quente e fria, a ducha ou a borda, guia de haste do ralo automático colocada no quarto furo; *"Verona"*, c/2 furos e s/ducha, instalado com misturador ralo simples "Quality", c/água quente e fria a borda; e *"Minuet"*, c/1 furo e s/ducha, instalado com aparelho "Quality" com um registro e ralo simples, com água fria só à borda.

3 — *Lavatórios* — Fora dos tipos da Linha Imperial, fabrica os modelos *"Riccione"*, composto de lavatório e coluna, retangular, com 3 furos e quebra-jato; *"Regence"*, também de lavatório e coluna, retangular, frente curva, com quebra-jato e furos e ladrão na frente (invisvvel); *"Bali"*, c/coluna, retangular, apontado para 3 furos, com quebra-jato e ladrão na frente (invisível); *"Orient"*, c/coluna, retangular, apontado para 3 furos, c/respaldo, quebra-jato e ladrão na frente (invisível); *"Ovalav"*, único lavatório verdadeiramente de embutir, ficando a borda sob a tampa do gabinete, oval; *"Merrilyn"*, retangular, c/3 furos, para ser instalado com gabinete, mediante o uso de moldura de metal cromado à prova de vaazmento; *"Revel"*, retangular, apontado para 3 furos, com respaldo, quebra-jato, ladrão na frente (invisível), prêso à parede por suportes ocultos; *"Granada"*, retangular, com respaldo para fixação com parafusos, c/1 furo à direita e apontado para 1 furo à esquerda; *"Minion"*, retangular, c/respaldo para fixação c/parafusos, c/1 furo à direita; *Lavatório de canto "Angular"*, c/respaldo para fixação com parafusos, c/1 furo no canto interno; e *"Bonny"*, oval, com respaldo para fixação com parafusos, c/1 furo à direita.

4 — *Metais* — A Ideal-Standard fabrica duas linhas de metais: a *"Monogram"*, constituída de metais de primeira qualidade, com acabamento de crômo assetinado, maçanetas guarnecidas de "lucite" transparente ou de côres variadas; bica provida de oxigenador que também evita os respingos do jato direto. A outra é a linha "Quality", constituída de peças fabricadas com metais cromados de primeira qualidade; bicas providas de oxigenador. A parte interna dos integrantes das duas linhas são providos de válvula NU-RE-NU, patente da I-S, já em uso nos principais países do mundo e que permite segurança absoluta no funcionamento mediante sistema de vedação dotado de anel e assento de Neoprene; são à prova de vazamentos, permitem abrir e fechar a água com apenas 1/4 de volta da maçaneta e são testadas para resistir até 500.000 ciclos. As duas linhas de produção compreendem *metais para para banheiras e chuveiros* (aparelho misturador, registro de gaveta, ralos) *metais para lavatórios* (aparelho misturador, torneira, ralo) *metais para bidês* (aparelho misturador, torneira, ralos), *metais para caixas silenciosas, fixadores para pias*, etc.

5 — *Mictórios* — A linha de fabricação de mictórios da Ideal-Standard compreende os modelos *"Amazonas"*, "a mais moderna concepção, no gênero", c/alimentação na parte superior e borrifador interno para limpeza, instalado com metais de entrada, saída e grelha em metal cromado. *"Adige"*, c/alimentação na parte superior e borrifador interno para limpeza; dotado de abase e o único no gênero equipado com sifão interno, grelha integral de louça vitrificada e válvula de inspeção interna para limpeza, à prova de entupimentos; o *"Viscount"* de centro, com grelha de louça integral e afixado à parede com dois suportes ocultos, e o mictório de canto *"Baronet"*, com grelha de louça integral e afixado à parede com dois suportes ocultos.

6 — *Diversos* — *Bebedouro "Sharon"*, c/grelha de louça vitrificada, jôrro oblíquo controlável, com protetor, válvula com mola de fechamento automático, regulagem simples do jôrro c/chave de fenda, inteiramente fechado c/sifão oculto e tampa de inspeção para regulagem do jôrro e contra vazamentos; *pias para cozinha*, nos tipos *"Bahia"*, *"Paraná"* e *"Rio Grande"*, nas dimensões 160, 181, 35, 275, 435, 345 e 500 mm, para instalação simples ou em gabinete; *talhas para água* de grande poder isolante, em linhas modernas e funcionais, c/capacidade para 8 e 10 L; *assentos plásticos* para bacias sanitárias, de desenho nôvo e funcional, fabricado de polistireno de alto impacto inquebrável.

Côres: Os produtos Ideal-Standard (cerâmica e louça sanitária) são fabricados em 5 côres, além do branco: *cinza prata, azul regência, verde Ming, coralino* e *amarelo Manchu*.

Característica dos Produtos

A louça sanitária fabricada pela Ideal-Standard se caracteriza principalmente pela alta vitrificação e pelo brilho permanente. Uma outra característica comum a todos os produtos e que reflete uma preocupação do fabricante é a linha moderna e funcional de cada peça. Os metais I-S têm um acabamento fino, com brilho e durabilidade permanentes e são munidos quase sempre de dispositivos de segurança (como a válvula NU-RE-NU) e elementos práticos. Também se caracterizam pelas linhas modernas e funcionais.



Eucatex S. A. Indústria e Comércio

Indústria de chapas de fibra de madeira isolantes, acústicas e duras. Escritório central. S. PAULO — Av. Francisco Matarazzo, 530 — tel.: 51-9108. Caixa Postal — 1683. Endereço telegráfico: Eucatex. Escritórios: RIO DE JANEIRO — Rua Sete de Setembro, 124 — 7.º — tel.: 43-2754. PÔRTO ALEGRE Rua Prof. Annes Dias, 154 — Conj. 1701 — tel.: 9-2145. BELO HORIZONTE — Av. Amazonas, 311 — s/802/3 — tel.: 2-5170. FÁBRICA: Salto — Estado de São Paulo — tel.: 52.

Linha de Produção

1 — *Eucatex Isolante* — *Tipos*: Simples — 1,22 x 2,44 m com espessura de 8 mm. Simples — 1,22 x 1,22 m, 1,22 x 2,44 m, 1,22 x 3,05 m e 0,60 x 0,60 m com espessura de 12 mm. Revestido — 1,22 x 2,44 m, 1,22 x 3,05 m, com espessura de 12 mm. Pêso por m2: 2,7 kg para o de 8 mm e 3,7 kg para o de 12 mm. *Indicações*: Forros em residências, armazéns, fábricas, cinemas, bares, etc. Revestimento de tetos. Divisões em escritórios, fábricas, cinemas, lojas, armazéns, escolas, bancos, etc. Sob pisos, tapêtes e linoléos. Caixas acústicas para máquinas e motores. Embalagens, decorações interiores, "stands", "displays", vitrinas, etc. Revestimento de dutos de ventilação e ar condicionado. Revestimento de silos, armazéns, almoxarifados e depósitos para conservação de materiais em geral e produtos perecíveis. Revestimento de galpões de fábricas para equilíbrio de temperatura e redução de ruídos. Construções de paredes anti-ruídos. Brinquedos, chocadeiras, caixas térmicas, colméias, tanques de resfriamento de leite, etc.

2 — *Eucatex Acústico* — *Tipos*: *"A", "B", "C" Travertino, Ranhurado e Striacústico*. Dimensões: Tipos "A" e *Travertino*: 0,30 x 0,30 m, 0,30 x 0,60 m, 0,60 x 0,60 m e 0,60 x 0,60 m, 4 x 1. Tipo "B": 0,30 x 0,30 m. Tipos "C", *Ranhurado* e *Striacústico*: 0,30 x 0,30 m e 0,60 x 0,60 m. Côr: branca. Pêso: 5, 1 kg por m2. *Indicações*: Tratamento acústico e absorção de até 93% dos ruídos em ambientes. Construção de forros e paredes divisórias. Revestimento de tetos e paredes. Confôrto acústico em escritórios, lojas, bancos, bibliotecas, hospitais, escolas, residências, salas de HI-FI, salas de contabilidade mecanizada, estações de rádio e TV, igrejas, salas de jogos, auditórios, teatros, cinemas, etc. Decoração de vitrinas, "stands" e "displays".

3 — *Eucatex Frigorífico* — Espessuras: 1/2 — 1" — 1 1/2" — 2" — 3" — 4". Dimensões: 1,22 x 2,44 m. Pêso: 210 kg por m3. Condutibilidade térmica: 0,028 Kcal. m/m2 H.ºC. *Indicações*: Isolação térmica de vagões, caminhões e câmaras frigoríficas. Refrigeração doméstica e comercial. Isolação de caixas térmicas para conservação e transporte de gêneros alimentícios e perecíveis em geral e produtos diversos. Revestimento de dutos de ar condicionado. Isolação térmica de canos, secadores, estufas ou qualquer aparelho até a temperatura de 120º C. Estudam-se pedidos para outras espessuras e dimensões.

4 — *Eucatex Duro Matrizes* — Espessuras: 3,5 mm. Dimensões: 1,22 x 2,44 m e 1,20 x 2,40 m. *Indicações*: Fabricação de móveis em geral, carrocerias, portas, rodapés, tampos de mesa, lambris, brinquedos. Embalagens em geral. Prateleiras. Cartazes publicitários de uso interno. Vitrinas. Suportes, base para folheaturas de todos os tipos. Os tipos matrizados são apresentados sob diversos padrões, tais como: Couro, Canelado, Frisado (alto e baixo-relêvo), Plissado, Lapidado, Lambri e Azulejo.

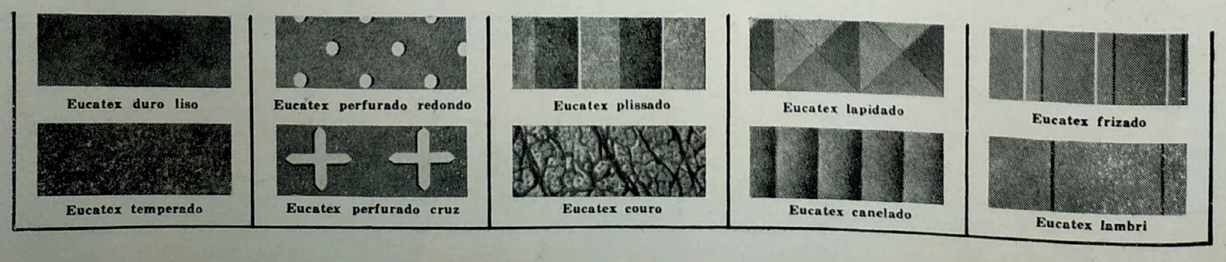
5 — *Eucatex Duro Liso* — Espessuras: 2,5 mm, 3,5 mm, 4,5 mm e 6 mm. Dimensões: 1,22 x 2,44 m. Pêso por m2: 2,7 kg, 3,5 kg, 4,5 kg e 6 kg, respectivamente. *Indicações*: móveis, tampos de mesa, carrocerias, rodapés, lambris, brinquedos, embalagens, "displays", vitrinas, "stands", cartazes de uso interno, suporte-base para folheaturas, quadros-negros, elevadores, trabalhos artesanais, barra lisa de câmaras frigoríficas, etc.

6 — *Eucatex Temperado* — Espessuras: 2,5 mm, 3,5 mm, 4,5 mm e 6 mm. Dimensões: 1,22 x 2,44 m. *Indicações*: As mesas de *Eucatex Duro Liso* e mais as seguintes: Cartazes publicitários de uso externo. Bares e balcões. Suportes e acabamentos de diversos aparelhos. Revestimento externo de galpões, tapumes, quadros elétricos, construções pequenas e provisórias. Pisos. Pequenos botes. Revestimento interno de iates, aviões, etc.

7 — *Eucatex Durotermic* — Espessuras: 19 mm e 31 mm. Dimensões: 1,20 x 2,40 m. Pêso por m2: 11 kg para o de 19 mm e 15 kg para o de 31 mm. *Indicações*: Construção de divisões e portas desmontáveis e reaproveitáveis. Casas e galpões pré-fabricados. Escola, hangares. "Traillers", reboques, caixas térmicas, incubadeiras, chocadeiras, dutos de ar condicionado, etc.

8 — *Eucatex Betumado* — Espessuras: 12 mm e 24 mm. Dimensões: 1,22 x 2,44 m. *Indicações*: Forros e revestimento de ambientes com teor alto e constante de umidade. Juntas de dilatação de concreto para edifícios. Estruturas, pontes, estradas. Isolação de umidade, de condensação em paredes e tetos. Porões, adegas, armazéns e depósitos para conservação de materiais em geral e alimentos. Arsenais, paióis e fortificações. Almoxarifados.

9 — *Eucatex Piso Flutuante* — Espessuras: 12 mm e 24 mm. Dimensões: 1,22 x 2,44 m e 1,22 x 1,22 m. Pêso por m2: 6,4 kg e 3,2 kg, respectivamente. *Indicações*: Redução de ruídos entre pavimentos e edifícios. Bases anti-vibratórias e anti-ruídos para máquinas e motores. Sob pisos, carpetes, tapêtes, linóleos. Calços e bases amortecedores em embalagens.



CHAPAS DE ALUMÍNIO CORRUGADAS PARA COBERTURAS

Companhia Brasileira de Alumínio
RUA RIZKALLAH JORGE, 50 - 11.º ANDAR - SÃO PAULO
CBA

Edifício Avenida Central

incorporação: Dra. Regine Feigl

projeto: Henrique E. Mindlin, IAB

construção: Comp. Constr. Capua & Capua S.A.



18 elevadores

capacidade: 7.500 pess./hora

velocidade: 300 MPM

12 escadas rolantes

capacidade: 60.000 pess./hora

Qualidade e técni
presentes
da prancheta
à realidade,
proporcionando
a mais eficiente
circulação vertica
do Brasil

SÍMBOLO DE VALORIZAÇÃO IMOBILIÁ

ELEVADORES ATLAS

INDUSTRIAS VILLARES S.